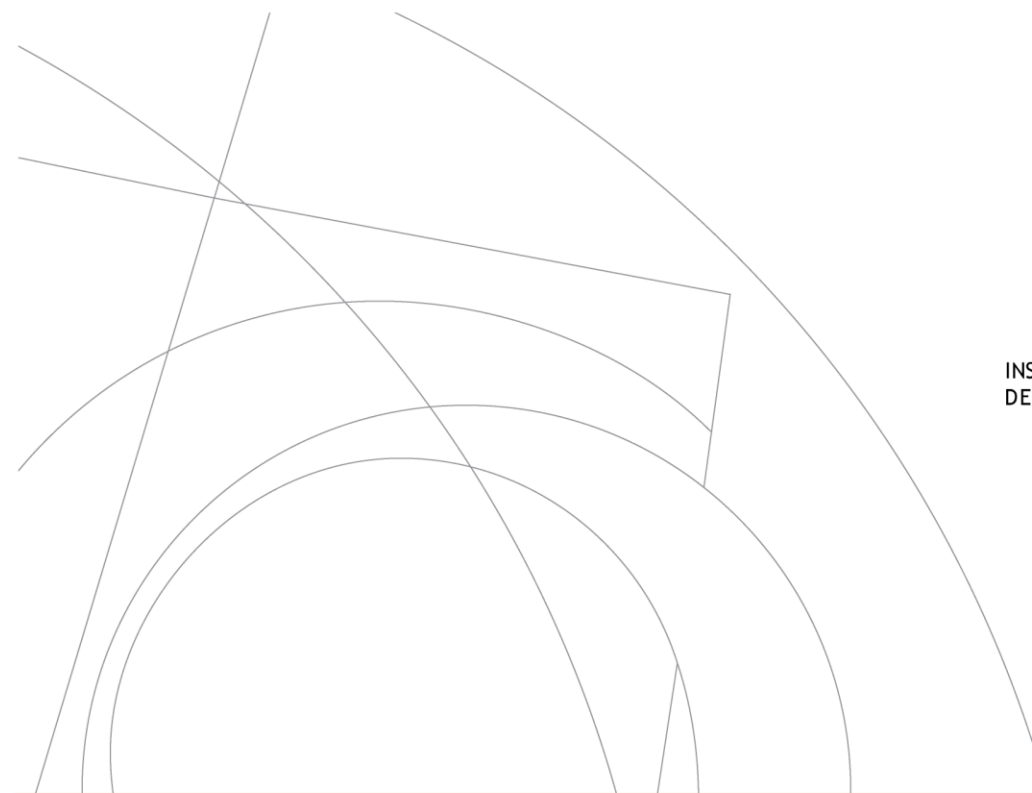


O Turismo Outdoor nas Áreas Protegidas da Região Norte: Análise,
Caracterização e Formulação de Estratégias

Ricardo Costa Aleixo

2021



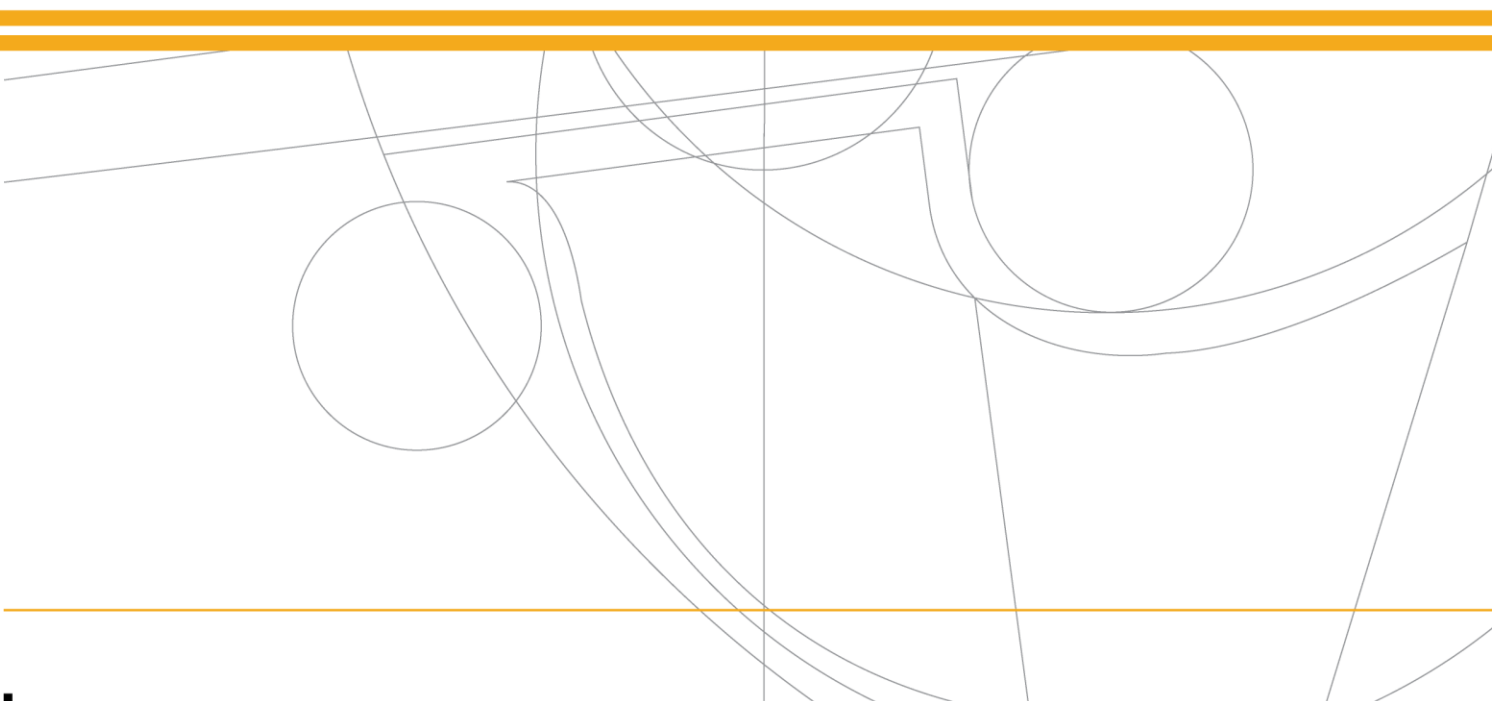
INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

O Turismo Outdoor nas Áreas Protegidas da Região Norte

Análise, Caracterização e Formulação de Estratégias

Ricardo Costa Aleixo

Escola Superior de Tecnologia e Gestão





Escola Superior de Tecnologia e Gestão

O Turismo Outdoor nas Áreas Protegidas da Região Norte: Análise, Caracterização e Formulação de Estratégias

Ricardo Costa Aleixo

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo para obtenção do Grau de Mestre em Turismo, Inovação e Desenvolvimento

Orientador: Prof.^a Doutora Goretti Silva

Orientador na entidade de Acolhimento: Eng. Henrique Pereira

Viana do Castelo, novembro de 2021

Júri:

Presidente: Doutora Alexandra Isabela Lopes Correia, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Arguente: Doutor Joel Filipe Almeida Pereira, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Orientadora: Doutora Goretti Silva, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Acknowledgments

This project is carried out within the scope of the TURNOUT Project - Development of Outdoor Tourism of the Northern Portugal, POCI-01-0145-ERDF-032289 financed by the European Investment Fund Regional Development (ERDF) through the Operational Program Competitiveness and Innovation (POCI) and the Foundation for Science and Technology, I.P. (OE).

Este projeto realiza-se no âmbito do Projeto TURNOUT - Desenvolvimento do Turismo Outdoor da Região Norte de Portugal, POCI-01-0145-FEDER-032289 financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Competitividade e Inovação (POCI) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (OE).

Resumo

O Turismo é uma das mais importantes indústrias a nível mundial e em Portugal. Um dos seus principais produtos é o Turismo de Natureza, presente na figura de um dos seus espaços mais privilegiados, as Áreas Protegidas.

Este relatório resulta de um estágio integrado na conclusão do 2º ano do Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento do IPVC, cuja entidade de acolhimento foi o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Pretendia-se analisar o Turismo de Natureza (Outdoor) na região Norte, nomeadamente nas Áreas Protegidas existentes no topo do país. Sendo o ICNF uma instituição fulcral na dinâmica ligada ao Turismo de Natureza nestes espaços, e indo de encontro às necessidades do projeto TURNOUT, esta parceria constituiu-se de forma natural e positiva para todos nela envolvidos.

Analisando a realidade compreendida entre 2017 e 2019, à luz de mais de mil autorizações requisitadas ao ICNF, concluiu-se que, embora muita informação não esteja documentada e se acabe por perder, o Turismo Outdoor representa milhares de visitantes no que ao turismo no Norte diz respeito. A natureza da região Norte constitui um espaço de excelência para a prática das mais variadas atividades associadas a este nicho e deve continuar a ser aposta por parte das entidades que a gerem e das empresas que nela trabalham.

O trabalho finaliza-se apresentando sugestões e recomendações de melhoria, com base nas conclusões retiradas das análises aos dados obtidos e na perspetiva de um estudante de Turismo que pretende melhorar e contribuir para o desenvolvimento do Turismo de Natureza na região.

Palavras-Chave

Turismo, Turismo de Natureza, Turismo Outdoor, Áreas Protegidas, Região Norte

Abstract

Tourism is one of the most important industries worldwide and in Portugal. One of its main products is Nature Tourism, present in the figure of one of its most privileged spaces, the Protected Areas.

This report is the result of an internship integrated into the conclusion of the 2nd year of the Master in Tourism, Innovation and Development at IPVC, whose host entity was the Institute for the Conservation of Nature and Forests (ICNF). It was intended to analyze Nature Tourism (Outdoor) in the North region, namely in the Protected Areas existing at the top of the country. As ICNF is a key institution in the dynamics linked to Nature Tourism in these spaces, and meeting the needs of the TURNOUT project, this partnership was constituted in a natural and positive way for everyone involved in it.

Analyzing the reality between 2017 and 2019, in the light of more than a thousand authorizations requested from the ICNF, it was concluded that, although much information is not documented and is ultimately lost, Outdoor Tourism represents thousands of visitors in terms of tourism in the North. The nature of the North region constitutes an excellent space for the practice of the most varied activities associated with this niche and should continue to be invested by the entities that manage it and the companies that work in it.

This report ends by presenting suggestions and recommendations for improvement, based on the conclusions drawn from the analysis of the data obtained and from the perspective of a Tourism student who wishes to improve and contribute to the development of Nature Tourism in the region.

Keywords

Tourism, Nature Tourism, Outdoor Tourism, Protected Areas, North Region

Agradecimentos

A realização deste relatório de estágio representa um grande esforço, empenho e dedicação, que não seriam conseguidos sem a ajuda dos que para isto contribuíram.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, porque sempre me incentivaram a não desmotivar, quando muitas vezes desmotivei. Porque sempre fizeram de tudo para que eu conseguisse atingir os meus objetivos. O meu primeiro “obrigado” é para vocês.

Depois, um agradecimento à minha namorada e companheira, Beatriz. Sempre a levantar-me quando parecia que ia cair. Sempre me apoiou, animou e contribuiu para que eu conseguisse concluir esta etapa da minha vida. Muito obrigado por me “chateares” tanto.

Um enorme agradecimento à minha orientadora, Professora Goretti. Por me ter convidado a fazer parte da equipa TURNOUT, embora de forma “emprestada”. Por ter aceite orientar e ajudar-me nesta fase. Sei que podia ter dado muito mais do que dei e agradeço a sua paciência, coordenação e ajuda. Obrigado pelo contributo que teve na minha vida académica e espero que continue a ter muito sucesso na sua vida profissional.

Ao ICNF e a todas as pessoas com quem lidei, na figura do meu orientador na instituição, Eng. Henrique Pereira. Por me ter ajudado e elucidado sobre a entidade, a forma de trabalhar e a realidade no terreno. Os seus conhecimentos e “anos de casa” foram um grande contributo na realização deste trabalho.

Aos colaboradores do ICNF presentes no Parque Natural do Litoral Norte, em Esposende, com quem lidei mais frequentemente. Ao Dr. Artur Viana, Isabel Viana e Eng. Duarte Figueiredo, por toda a disponibilidade e acompanhamento prestados. Estarei sempre grato pela forma como me trataram e acolheram.

A todos os meus colegas de curso, pela amizade e colaboração presente ao longo destes anos.

À coordenadora do curso, Professora Alexandra, porque sempre acreditou em mim e me mostrou o valor que eu não pensei ter. Muito obrigado por todos estes anos, desde a Licenciatura até à conclusão do Mestrado.

A todas as entidades que me ajudaram e contribuíram para este trabalho com informações sobre a realidade existente no terreno.

A todos um muito obrigado.

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. TURNOUT	2
2. Metodologia.....	4
2.1. Contexto do estágio.....	4
2.2. Processo de recolha de informação.....	4
2.3. Revisão bibliográfica.....	5
2.4. Dados primários: Entrevistas	5
2.5. Dados secundários.....	6
2.6. Análise de processo - SmartDocs.....	7
2.7. Sistematização dos dados e critérios de análise.....	8
3. Enquadramento Temático.....	10
3.1. Turismo de Natureza Turismo Outdoor.....	10
3.1.1. Conceito	10
3.1.2. Oferta	12
3.1.3. Procura	13
3.2. EAT's	13
3.2.1. Enquadramento Legal	14
3.3. EAT's nas Áreas Protegidas	16
4. Enquadramento Territorial: Região Norte	19
5. Enquadramento Institucional.....	23
5.1. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ICNF.....	23
5.1.1. Orgânica.....	24
5.1.2. Missão	27
5.1.3. Objetivos	27
5.2. RNAP	28
5.2.1. Tipologias.....	28

5.2.1.1. Parque Nacional.....	29
5.2.1.2. Parque Natural	30
5.2.1.3. Reserva Natural	30
5.2.1.4. Paisagem Protegida.....	31
5.2.1.5. Monumento Natural.....	31
5.2.1.6. Áreas Protegidas de estatuto privado.....	32
5.2.1.7. Áreas protegidas transfronteiriças	32
5.2.2. Áreas Protegidas em Portugal RNAP	33
5.2.3.1 Áreas Protegidas na região Norte	34
5.3. Interlocutores e informação existente em cada Área Protegida.....	41
6. Emissão de Pareceres e Licenças de autorização	43
6.1. Gestão de Áreas Protegidas	43
6.2. Pedidos de Parecer e/ou Licença.....	43
7. Análise dos Dados.....	45
7.1. Dados globais – volume de procura.....	45
7.2. Dados individuais – análise em detalhe	50
7.2.1. Análise aos participantes	53
7.2.2. Outros dados relevantes.....	58
7.2.3. Participantes por concelho.....	61
7.2.3.1. PNAL	61
7.2.3.2. PNM.....	64
7.2.3.3. PNDI	66
7.2.3.4. PNLN	69
7.2.3.5. PNPG	72
7.3. Dados das AP's Regionais/Locais	75
8. Políticas Estratégias Recomendações	78
9. Considerações Finais.....	80

10. Referências Bibliográficas.....	81
11. Anexos.....	84
Anexo 1 – Formulário TN Entidades Empresariais.....	84
Anexo 2 – Formulário TN Entidades Não Empresariais	88
Anexo 3 - Grelha fornecida pelo ICNF.....	94

Índice de figuras

Figura 1 – Logótipo Turismo de Natureza	15
Figura 2 – Benefícios do Turismo de Natureza em Áreas Protegidas	17
Figura 3 - Divisão Territorial por NUTS II.....	19
Figura 4 - Mapa da Região Norte	20
Figura 5 - População Residente em Portugal	21
Figura 6 - Turismo na Região Norte em 2019.....	21
Figura 7 - Mercados Emissores em 2019.....	22
Figura 8 - Alojamento Preferencial em 2019	22
Figura 9 - Administração do ICNF	24
Figura 10 - Serviços Regionais do ICNF	25
Figura 11 - Áreas Protegidas em Portugal	33
Figura 12 - Áreas Protegidas na Região Norte.....	34
Figura 13 - Nº Total de Atividades no conjunto dos 3 anos.....	45
Figura 14 - Total de Participantes por AP no conjunto dos 3 anos	46
Figura 15 - Total de Atividades por ano	47
Figura 16 - Total de Atividades por AP/Ano	48
Figura 17 - Total de Atividades por tipo, no conjunto dos 3 anos.....	48
Figura 18 - Total de atividades no PNAL (3 anos).....	50
Figura 19 - Total de atividades no PNLN (3 anos).....	50
Figura 20 - Total de atividades no PNM (3 anos)	51
Figura 21 - Total de atividades no PNDI (3 anos).....	51
Figura 22 - Total de atividades no PNPG (3 anos)	52
Figura 23 - Total de participantes por ano	53
Figura 24- Total de participantes por AP/Ano	53
Figura 25 - Total de participantes por atividade (3 anos)	54
Figura 26 - Total de participantes no PNAL (3 anos).....	55
Figura 27 - Total de participantes no PNLN (3 anos).....	55
Figura 28 - Total de participantes no PNM (3 anos)	56
Figura 29 - Total de participantes no PNDI (3 anos).....	56
Figura 30 - Total de participantes no PNPG (3 anos).....	57
Figura 31 - Atividades Dentro/Fora das AP's.....	58
Figura 32 - Total de atividades por mês (3 anos)	59

Figura 33 - Total de atividades por tipo de entidade (3 anos).....	60
Figura 34 - Total de participantes Vila Real (3 anos).....	61
Figura 35 - Total de participantes Mondim de Basto (3 anos).....	61
Figura 36 - Total de participantes Peso da Régua (3 anos).....	62
Figura 37 - Total de participantes Ribeira de Pena (3 anos)	62
Figura 38 - Total de participantes Amarante (3 anos)	63
Figura 39 - Total de participantes Santa Marta de Penaguião (3 anos)	63
Figura 40 - Total de participantes Bragança (3 anos).....	64
Figura 41 - Total de participantes Vinhais (3 anos).....	64
Figura 42 - Total de participantes Macedo de Cavaleiros (3 anos).....	65
Figura 43 - Total de participantes Miranda do Douro (3 anos).....	66
Figura 44 - Total de participantes Mogadouro (3 anos).....	66
Figura 45 - Total de participantes Freixo de Espada à Cinta (3anos).....	67
Figura 46 - Total de participantes Figueira de Castelo Rodrigo (3anos).....	67
Figura 47 - Total de participantes Vimioso (3 anos)	68
Figura 48 - Total de participantes Esposende (3anos)	69
Figura 49 - Total de participantes Viana do Castelo (3 anos).....	69
Figura 50 - Total de participantes Caminha (3 anos).....	70
Figura 51 - Total de participantes Vila Nova de Cerveira (3 anos).....	70
Figura 52 - Total de participantes Monção (3 anos).....	71
Figura 53 - Total de participantes Ponte de Lima (3 anos)	71
Figura 54 - Total de participantes Montalegre (3 anos).....	72
Figura 55 - Total de participantes Terras de Bouro (3 anos).....	72
Figura 56 - Total de participantes Vieira do Minho (3 anos).....	73
Figura 57 - Total de participantes Arcos de Valdevez (3 anos)	73
Figura 58 - Total de participantes Melgaço (3 anos)	74
Figura 59 - Total de participantes Ponte da Barca (3 anos)	74

Lista de símbolos e abreviaturas

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

AP – Área Protegida

EAT – Empresa de Animação Turística

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

PNPG – Parque Nacional da Peneda-Gerês

PNLN – Parque Natural do Litoral Norte

PNAL – Parque Natural do Alvão

PNM – Parque Natural de Montesinho

PNDI – Parque Natural do Douro Internacional

ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

AF – Autoridade Florestal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

CIM – Comunidade Intermunicipal

RNT – Registo Nacional de Turismo

RNAAT – Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística

DL – Decreto Lei

COTF – Centro de Operações e Técnicas Florestais

SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno

1. Introdução

O turismo e o lazer associados à natureza têm vindo a crescer e possuem muitas implicações a nível económico e ambiental (Bell, Tyrväinen, Sievänen, Pröbstl, & Simpson, 2007). Tal como a sociedade vai mudando, também a procura e as tendências ao nível do Turismo Outdoor se vão alterando e desenvolvendo, o que representa desafios e oportunidades para os gestores das áreas naturais e os prestadores de serviços neste tipo de espaços (Bell, Tyrväinen, Sievänen, Pröbstl, & Simpson, 2007). Além disto, inúmeros estudos têm concluído que a relação entre o ser humano e os espaços verdes contribuem positivamente para uma boa saúde física e mental, o que demonstra a elevada importância e crescente procura pelo Turismo de Natureza (Mackenzie, Son, & Eitel, 2018).

As alterações demográficas, o comportamento do consumidor e a mobilidade cada vez mais facilitada conduziram a uma maior conexão de estilos de vida a nível europeu e mundial, levando à adoção de comportamentos mais saudáveis, amigos do ambiente e que alteraram as preferências dos turistas a nível global (Bell, Tyrväinen, Sievänen, Pröbstl, & Simpson, 2007).

O interesse crescente pelo Turismo de Natureza fez com que os visitantes optassem por espaços verdes protegidos, nomeadamente as Áreas Protegidas a nível global (Buckley, 2003). Apesar disso, diversos investigadores consideram que o turismo e as atividades recreativas realizadas nesses espaços constituem uma das principais ameaças à biodiversidade existente nas AP's, uma vez que podem influenciar negativamente todos os elementos presentes no ecossistema: o solo, a água, a flora e a fauna (Tverijonaite, Ólafsdóttir, & Thorsteinsson, 2018).

Sabendo disto, os empreendedores e gestores de espaços verdes devem orientar a sua oferta em função destes desafios, nomeadamente no que diz respeito ao cada vez mais discutido tema das alterações climáticas (Bell, Tyrväinen, Sievänen, Pröbstl, & Simpson, 2007).

O presente estágio e respetivo relatório procurou desenvolver e aprofundar os conhecimentos relacionados com esta realidade e o seu impacto no Turismo de Natureza, permitindo um contacto mais direto com quem trabalha diariamente em espaços verdes, os gere e os protege. Neste propósito, de modo a concluir o Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento, a realização de um estágio foi o método adotado, tendo em

conta que seria uma opção mais prática e de contacto com outras entidades, ao invés de um trabalho meramente exploratório e teórico.

Neste sentido, definiram-se objetivos de modo a orientar o trabalho e os procedimentos a seguir:

- Analisar e Caracterizar o Turismo Outdoor nas Áreas Protegidas da Região Norte
- Definir e enquadrar o Turismo Outdoor/Turismo de Natureza
- Diagnosticar a procura de Turismo Outdoor nas Áreas Protegidas da Região Norte
- Caracterizar a informação existente na base de dados fornecida pelo ICNF
- Analisar o histórico evolutivo entre 2017 e 2019, para cada Área Protegida em estudo
- Formular estratégias, políticas e recomendações para o futuro

Assim, o presente relatório está estruturado em capítulos. Os primeiros tratam dos procedimentos metodológicos adotados e dos enquadramentos teórico, temático, institucional e geográfico do trabalho. Na segunda parte do trabalho são descritos os critérios de análise, os dados obtidos e, por fim, são apresentadas sugestões e recomendações de melhoria face às conclusões retiradas.

1.1. TURNOUT

De seguida, importa contextualizar o projeto TURNOUT de uma forma geral e breve.

O projeto TURNOUT representa uma iniciativa com diversas áreas de atuação, tendo sempre por base as atividades ao AR LIVRE. Este projeto visa, também, materializar algumas iniciativas criadas anteriormente tais como o Consórcio Norte Natural, além da Natur Minho, Estratégia 2020 para o Alto Minho, entre outras.

A candidatura deste projeto resultou num apoio financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Competitividade e Inovação (POCI) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (OE).

O projeto TURNOUT tem como quatro entidades principais o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Politécnico do Porto, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e o Turismo do Porto e Norte de Portugal. Como consequência natural do desenvolvimento do trabalho, foram surgindo várias entidades parceiras que se associaram e contribuíram

para o projeto, sejam elas entidades públicas ou privadas, destacando-se, neste relatório em concreto, o ICNF como um dos parceiros fundamentais para o TURNOUT, acolhendo este estágio e colaborando na discussão e apresentação de resultados.

2. Metodologia

2.1. Contexto do estágio

O estágio que deu origem a este relatório, resulta de uma junção de fatores no processo de decisão sobre como seria o decorrer do 2º ano do mestrado. Em primeiro lugar, dentro das temáticas apresentadas e possíveis, o Turismo de Natureza apresentava-se como a favorita e mais interessante a nível pessoal, seja pelo gosto pela área, seja pelos trabalhos efetuados anteriormente enquadrados no tema. Neste sentido, a professora e orientadora Goretti Silva, sugeriu integrar o estágio num projeto que já estaria a decorrer, o TURNOUT, que visa, precisamente, desenvolver o Turismo Outdoor/de Natureza na região Norte. Assim, seria possível colaborar num projeto mais abrangente, através de um contributo concreto para o trabalho, no caso, em parceria com uma importante instituição, o ICNF. Tomada esta decisão, foram feitas reuniões com representantes de cada instituição (ESTG e ICNF) e decidiu-se avançar com o estágio, “afinando” os pormenores com o decorrer do tempo.

2.2. Processo de recolha de informação

De forma a garantir que os objetivos e as funções a desempenhar fossem cumpridos, o estágio desenrolar-se-ia com base em:

- Bibliografia e legislação disponibilizada pelo ICNF, para além da informação encontrada em repositórios online e offline;
- Reuniões periódicas com os supervisores, nomeadamente o orientador do ICNF e os interlocutores presentes em todas as Áreas Protegidas;
- Recolha e análise de dados secundários, mediante acesso à base de dados (SmartDoc) e documentos impressos, disponibilizados pelo ICNF, que contém toda a informação relativa ao registo e atividades das empresas de animação turística, quando a atividade destas requer parecer/licença por parte dos serviços do ICNF.
- Visitas ao terreno, nomeadamente a cada uma das Áreas Protegidas, a fim de perceber a realidade em contexto territorial com acompanhamento de cada um dos técnicos das AP's;
- Recolha de dados primários, se e quando considerados relevantes para a prossecução do estudo da realidade em questão, nomeadamente através de entrevistas a determinantes agentes/intervenientes no âmbito da animação turística;

- Colaboração na aplicação de questionários aos visitantes e praticantes de determinadas atividades, em articulação com a equipa do projeto TURNOUT.

2.3. Revisão bibliográfica

Para contextualizar o tema e objeto de estudo, foi feita, numa primeira análise, uma revisão bibliográfica sobre o Turismo Outdoor e os nichos a ele associados. Além disso, procurou-se informação sobre a oferta e a procura por este tipo de atividades, ao nível internacional e nacional, com especial incidência no produto comercializado pelas empresas de animação turística no nosso território e na região Norte em específico. Esta revisão bibliográfica foi elaborada com base em artigos e estudos presentes em bases de dados gerais, tais como o Google Scholar, a B-On, repositórios de diversas universidades, além da importante bibliografia fornecida pelo projeto TURNOUT, na sua pasta em “Google Drive” e que facilitou, e muito, a tarefa de procura de informação sobre o tema.

2.4. Dados primários: Entrevistas

Procurou-se, também, obter informação com base em dados primários, nomeadamente ao nível de pequenas entrevistas exploratórias efetuadas aos colaboradores do ICNF, bem como a entidades que aceitaram contribuir para o trabalho. Numa primeira fase, ainda em fase de iniciação e articulação do estágio, foi feita uma conversa exploratória sobre o tema com o Eng. Duarte Figueiredo, responsável e Chefe de Divisão de Gestão Operacional e Valorização do Norte e a Eng. Isabel Freitas, Chefe de Divisão de Cogestão de Áreas Protegidas. Esta serviu, essencialmente, para perceber e contextualizar o ICNF e como este poderia ser útil no estudo, ao nível turístico, que se pretendia realizar. Explicou-se a dinâmica das licenças e dos pareceres e que informação estes continham, de modo a perceber a sua relevância para o trabalho.

Mais tarde, foi marcada uma reunião com a Eng. Isabel Freitas e o orientador de estágio por parte do ICNF, o Eng. Henrique Pereira, técnico responsável pelo Parque Natural do Alvão e com elevado conhecimento sobre a gestão de Áreas Protegidas e a sua relação com o Turismo. Nessa reunião, foram definidos os parâmetros e as datas de realização do estágio, bem como as condições. Além disto, tudo o que envolvia a região Norte ao nível das AP's sob gestão do ICNF foi explicado nessa reunião, nomeadamente os técnicos responsáveis por cada uma, as suas dinâmicas, explicação do que é o SmartDocs e como funciona, entre outros temas importantes.

Enquanto este trabalho se foi desenvolvendo, foram feitos contactos com as 7 Áreas Protegidas de âmbito regional/local sob a possibilidade de realizar entrevistas de contributo para o trabalho. Uma das primeiras a responder e a prontificar-se foi o Parque Natural Regional Vale do Tua, na figura do seu técnico Ari Neiva e o diretor do parque Artur Cascarejo, com quem foi feita uma entrevista, via online, em colaboração com a professora orientadora Goretti Silva e a investigadora do projeto TURNOUT, Susana Rachão. A entrevista foi semiestruturada e bastante informal, contribuindo na recolha de dados primários, tendo-se desenrolado com base nos temas que surgiam e que se revelaram bastante pertinentes no que diz respeito à gestão das AP's fora da alçada do ICNF.

A segunda AP a demonstrar interesse foi a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, tendo sido realizada uma entrevista telefónica com Gonçalo Rodrigues, Chefe da Unidade de Recursos Naturais e Rurais do Município de Ponte de Lima que procurou responder de forma breve às questões colocadas, explicando a dinâmica desta AP e com que tipo de turistas mais costumavam lidar.

De todas as outras AP's contactadas, o responsável pela Reserva da Faia Brava tentou articular uma entrevista que acabou por não se realizar e o mesmo se passou com o técnico da Reserva Natural Local do Estuário do Douro. Em ambos os casos, deixou de haver resposta.

No que concerne aos técnicos responsáveis pelas AP's sob alçada do ICNF, foi feita uma entrevista inicial, no primeiro dia do estágio nas instalações físicas do PNLN, com o técnico Artur Viana. Além disso, a 20 de fevereiro de 2020 foi feita uma visita de estudo, em conjunto com uma escola secundária de Famalicão, onde foi possível verificar que tipo de atividades são criadas pelo ICNF para promover e educar as pessoas para a natureza e a sua conservação. Mais tarde, foi feita uma visita individual às instalações do PNPG em Braga, onde foi possível falar com uma das técnicas responsáveis, a Dr^a Cristina Machado que forneceu um panorama geral da gestão do PNPG e demonstrou as suas diferenças para as demais AP's, fruto de ser o único Parque Nacional no país.

2.5. Dados secundários

No que toca a dados secundários, além da revisão bibliográfica, a principal fonte de dados secundários foram os pareceres/licenças e documentos fornecidos pelo ICNF, ao nível da legislação e da gestão de AP's. A plataforma SmartDocs permitiu aprofundar os

documentos relacionados com cada pedido de atividade, sendo que em alguns casos os pareceres/ofícios foram fornecidos “à parte” (formato digital), em pastas organizadas por ano e por AP, fornecidas pelos respetivos técnicos. Para cada pedido é necessário preencher e entregar um formulário consoante o tipo de entidade em questão, distinguindo-se entre entidades empresariais e não-empresariais (anexos 1 e 2). São pedidos dados de identificação do requerente, tais como nome, morada, contacto, entre outros, além do tipo de atividades solicitadas e a AP onde pretendem realizar a atividade.

2.6. Análise de processo - SmartDocs

De modo a retirar toda a informação pertinente e aprofundar o conteúdo dos pareceres, uma das fases principais do estágio foi desenvolvida nas instalações físicas do PNLN, com acesso direto à plataforma de gestão de pareceres e outros documentos do ICNF, o SmartDocs.

O SMART DOCS surgiu em 2010, aquando do período de fusão entre o ICNB e a AF, e é uma plataforma informática onde é inserida toda a informação do ICNF. Isto engloba não só os pareceres e as licenças de autorização para a atividade turística, mas também tudo aquilo que está sob alçada do ICNF, nomeadamente ao nível da conservação e gestão florestal, da gestão da RNAP, da caça e pesca, entre outros domínios. Todos os “processos” têm um número atribuído, que é possível consultar através da plataforma. Cada um dos tem documentos a ele associados, sejam eles pareceres, licenças, troca de e-mails, autorizações, reclamações, contribuições/opiniões (por parte da Autoridade Florestal), etc. No caso concreto deste estágio, em cada um dos processos era possível obter acesso ao pedido de autorização/licença para cada atividade, a informação redigida pelo técnico responsável pela AP, aconselhando ou não a sua autorização, os ficheiros de cartografia, o ofício final (assinado pelo responsável pela Gestão Operacional do Norte, Duarte Figueiredo), entre outros documentos de suporte e que sejam necessários.

O acesso ao SMART DOCS é feito mediante um nome de utilizador e password, sendo que cada um tem permissões de acesso diferentes, consoante o seu cargo na entidade. Essas permissões são fornecidas pelos serviços centrais, sediados em Lisboa. Para este estágio, o acesso foi total, o que tornou possível aceder à informação de todas as áreas protegidas num único local, facilitando, assim, a realização do trabalho, não implicando deslocações grandes e, de certa forma, desnecessárias.

2.7. Sistematização dos dados e critérios de análise

Analisada a plataforma de trabalho e de recolha de dados, importa explicar de que forma estes foram guardados e tratados. Neste sentido, com base numa grelha pré fornecida pelo ICNF (anexo 3), em ficheiro excel, preencheu-se o documento consoante a informação que constava em cada parecer e os parâmetros que se pretendiam analisar, que iam de encontro ao que o ICNF forneceu. Assim, em cada parecer retiraram-se os seguintes campos de informação:

- Ano
- Nome do promotor
- Tipo de entidade
- Atividade (principal)
- Atividade(s) complementar(es)
- Concelho(s) abrangido(s)
- Local da atividade
- Área Protegida
- Sítio Rede Natura 2000
- Perímetro Florestal
- N° de Participantes
- N° de Viaturas
- Data/Mês da atividade

Numa primeira fase, a informação foi dividida por AP, uma vez que o registo de dados foi feito de forma consecutiva para os 3 anos relativos a cada AP. Mais tarde, foi criada uma base de dados geral onde é possível, numa única folha em excel, retirar qualquer tipo de informação que se deseje obter consoante a necessidade específica, incluindo tabelas, gráficos, etc.

Terminada a criação e registo na base de dados, criaram-se critérios de análise que pudessem sustentar o trabalho desenvolvido e retirar as conclusões sobre a realidade ao longo dos três anos em estudo. Assim, os principais critérios de análise aos dados retirados dos pareceres foram os seguintes:

- Tipo de atividade mais predominante (por AP; por ano; por período do ano; com maior n° de participantes por ano; etc.)

- N° de participantes (período do ano com maior frequência; AP com mais visitantes; evolução ao longo dos anos; ano com maior n° de visitas; etc.)
- Atividades dentro ou fora do perímetro das AP? N° de atividades/n° de participantes em cada caso
- Quais os concelhos mais procurados? Quais os lugares (caso haja informação) mais procurados?
- Pressão Turística
- Atividades por tipo de entidade (quais se destacam mais; quais pedem mais autorizações)

Com base nestes critérios, foram criados gráficos de análise dos dados que permitiram retirar as conclusões necessárias para este estudo e que fossem relevantes para o ICNF.

3. Enquadramento Temático

Neste capítulo, serão definidos e enquadrados alguns conceitos e aspetos que estão na base e decorrem do relatório. Neste sentido, importa explicar o conceito de Turismo de Natureza, bem como a sua evolução em termos de procura e oferta, para além dos agentes que mais diretamente lhe dão expressão e o operacionalizam, as Empresas de Animação Turística, bem como o papel destas empresas para que este produto turístico se materialize no contexto das Áreas Protegidas, tal como irá ser explicado de seguida.

3.1. Turismo de Natureza | Turismo Outdoor

O Turismo de Natureza, também designado como Turismo Outdoor, constitui um produto turístico com enorme expressão a nível mundial e que, ao longo das últimas décadas, foi adquirindo uma grande relevância (Job & Paesler, 2013). Numa sociedade que valoriza cada vez mais o lazer e a sustentabilidade, a interação entre o turista e a natureza parece estar a mudar. Na atualidade, o turismo de massas vem apresentando um decréscimo que tem contribuído para o aumento do contacto entre os turistas e o meio natural, seja para fins de lazer, seja para desporto, nomeadamente através de caminhadas e passeios de bicicleta (Job & Paesler, 2013). As pessoas passaram a dar outra importância às atividades ao ar livre e à liberdade proporcionada pela natureza (Job & Paesler, 2013), tendência que se veio a acentuar de forma “estratosférica” com o início da pandemia da Covid-19. O Turismo de Natureza e a visitação em Áreas Protegidas podem gerar impactos bastante positivos ao nível das economias locais, regionais e nacionais, apesar desses benefícios poderem trazer outro tipo de questões e desafios, nomeadamente ecológicos e sociais (Job & Paesler, 2013).

De seguida, serão explicitadas algumas considerações sobre este produto turístico, nomeadamente no que diz respeito à sua definição e procurando analisar a procura e a oferta existentes em Portugal.

3.1.1. Conceito

Segundo o Decreto Lei nº108/2009, Turismo de Natureza engloba as atividades que decorram em áreas classificadas ou outras com valores naturais, desde que sejam reconhecidas como tal pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). A seguinte lista de atividades de turismo de natureza/aventura pode ser encontrada no mesmo decreto lei:

Caminhadas e outras atividades pedestres

Atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares)

Atividades de orientação (percursos, *geocaching*, caças ao tesouro e similares)

Montanhismo

Escalada em parede natural e em parede artificial

***Canyoning, coasteering* e similares**

Espeleologia

Arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a manobras com cordas e cabos de aço como rapel, slide, pontes e similares)

***Paintball*, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares**

Passeios e atividades em bicicleta (btt e cicloturismo), em *segway* e similares

Passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares

Passeios em todo o terreno (moto, moto4 e viaturas 4x4, *kartcross* e similares)

Atividades em veículos não motorizados como *gokarts, speedbalance* e similares

Passeios de barco, com e sem motor

Canoagem e rafting em águas calmas e em águas bravas

Natação em águas bravas (*hidrospeed*)

Vela, remo e atividades náuticas similares

***Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf, skimming, standup paddle boarding* e similares**

Pesca turística, mergulho, *snorkeling*, e similares

Balonismo, asa delta com e sem motor, parapente e similares

Experiências de paraquedismo

Atividades de *Teambuilding* (quando incluam atividades de turismo de ar livre)

Atividades de Sobrevivência

Programas multiactividades (quando incluam atividades de turismo de ar livre)

Contudo, não é possível reduzir o conceito de Turismo de Natureza àquilo que é definido na lei portuguesa. A literatura internacional e nacional apresenta diversas definições no que ao Turismo de Natureza e às atividades desenvolvidas em meio natural diz respeito.

Segundo Vera et al. (2017, cit. in Nunes, 2010), Turismo de Natureza define-se como:

“o segmento do turismo que se desenvolve em áreas naturais relativamente virgens, com o objetivo específico de admirar, estudar, desfrutar da viagem, das plantas e animais, assim como das marcas culturais do passado e do presente das ditas zonas – relaciona-se, desta forma, ócio, meio ambiente e turismo”.

No entanto, referindo os benefícios económicos e sociais do Turismo de Natureza, Lucas (1984, cit. in Hall & Weiler, 1992) afirmou que *“o turismo de natureza é aquele segmento turístico que se baseia no recreio em áreas naturais e na observação da natureza, sendo responsável por reduzidos impactes ambientais e por elevados contributos sociais e económicos para o país ou região”.*

Associado ao conceito de Turismo de Natureza surge o conceito de Turismo Outdoor, o qual também pode ser definido como um conjunto de atividades recreativas e de lazer que ocorram no meio exterior, seja ele urbano ou rural, integrando, por exemplo, as atividades desportivas (Jenkins & Pigram, 2004 cit. in Margaryan & Fredman, 2017, pg. 2).

Outros termos que habitualmente se relacionam com o Turismo Outdoor são o Turismo Ativo, Turismo de Aventura, Turismo Desportivo, Turismo de Lazer e Saúde, entre outros, uma vez que todos estes apresentam a natureza como palco privilegiado para a realização das atividades nestes enquadradas.

Relativamente ao Turismo de Aventura, o mesmo pode definir-se como um grupo de atividades turísticas ao ar livre, muitas vezes comercializadas, que envolve uma interação com o meio ambiente natural, longe da zona de residência habitual do turista, contendo elementos de risco e em que o resultado é influenciado pelo participante, o local e a gestão da experiência turística (Lopes, Barroco, & Antunes, 2017).

Por outro lado, o Turismo de Saúde, preconizado pelas estâncias termais, os centros de bem-estar, spas, hotéis com infraestruturas de relaxamento, entre outros, ocorre habitualmente em locais rodeados pelo meio natural. Isto ocorre devido ao reconhecimento dos benefícios para os visitantes que pratiquem estas atividades em áreas protegidas e espaços verdes, contribuindo para a sua saúde física, mental e bem-estar, gerando receitas para quem é visitado e as comunidades locais (Pickering, Rossi, Hernando, & Barros, 2018).

3.1.2. Oferta

Turismo de Natureza tem por base, como o próprio nome indica, lazer e atividades na natureza. Neste sentido, o primeiro aspeto fulcral para um destino ser competitivo nesta área prende-se com a capacidade em apresentar recursos naturais de excelência e que despertem interesse em serem visitados e utilizados. Contudo, não basta “confiar” nas paisagens pitorescas e naquilo que a natureza tem para oferecer. É necessário criar infraestruturas e condições para que os turistas possam usufruir do território de forma criativa, produtiva, mas sustentável. Como refere (Weaver et al., 1999, cit. in Silva, 2013, pg. 173), “embora existam nichos de turistas que são especialmente motivados pela natureza intocada, a maioria dos turistas necessitam de equipamentos, infraestruturas e disponibilidade de serviços turísticos que os acompanhem ou apoiem logisticamente”. Este conjunto de infraestruturas e equipamentos, quando bem planeados e geridos, em

conjunto com a oferta de serviços de animação turística, contribuem para a valorização do património natural e são essenciais à qualidade das visitas, destacando-se, entre outros, os “trilhos sinalizados e cuidados, caminhos de acesso, miradouros, alojamento em ambiente natural, equipamentos de apoio ao desporto na natureza e centros interpretativos” (Silva, 2013, pg. 173). Assim, se todos estiverem presentes e articulados, consegue-se garantir uma visitação mais ampla e diversificada aos territórios naturais, o que é positivo visto que se consegue aumentar a permanência dos visitantes no destino.

Em Portugal, é importante salientar que cerca de 23% do território é formado por Áreas Protegidas e Rede Natura 2000, um dado que se revela fulcral na promoção e desenvolvimento do turismo nestes espaços, além de salientar a relevância de estudar e apostar no turismo de natureza em AP's. Por outro lado, tem-se apostado fortemente na criação e sinalização de trilhos pedestres, centros interpretativos e no alojamento em espaço rural, nomeadamente no norte do país. Isto deve-se ao facto de existir uma grande mancha de espaços verdes, nomeadamente os pertencentes ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), onde se incluem as Áreas Protegidas, a Rede Natura 2000, os sítios Ramsar, além da diversidade de Perímetros Florestais existentes no território.

3.1.3. Procura

O Turismo de Natureza constitui um dos principais produtos turísticos a nível mundial, nomeadamente em Portugal, representando, dentro das atividades de animação turística, em 2018, uma quota de 32% relativos à procura por este tipo de serviços. Segundo o PENT (2013), estimavam-se para o ano de 2020 cerca de 26,1 milhões de viagens de turismo de natureza em todo o Mundo o que, devido à pandemia da Covid-19, não se veio, certamente, a verificar.

Segundo o mesmo documento os principais mercados emissores a nível europeu são a Alemanha e a Holanda, seguindo-se Reino Unido, Escandinávia, França e Itália, o que constituía naquela altura 91% do mercado europeu.

3.2. EAT's

No sentido de dar resposta à necessidade de as pessoas usufruírem e disfrutarem do contacto e das atividades na natureza, surgiram ao longo dos anos diversas empresas de animação turística que procuraram dar resposta ao que o mercado pedia. Na década de 90, a oferta turística consistia, basicamente, em alojamento e restauração, o que se tornou insuficiente para o consumidor turístico que precisava de ocupar o seu tempo livre e explorar a região que abrangia o destino escolhido. Neste sentido, a animação turística

surge como um complemento do produto turístico, solucionando a necessidade identificada e garantindo uma maior competitividade e diferenciação nos destinos turísticos (Esteves, et al., 2013).

Contudo, para que isto aconteça de forma sustentável e seja possível maximizar os benefícios económicos, sociais e ambientais que advém desta atividade, é fundamental que haja um espírito de cooperação entre os agentes do setor público e do setor privado do turismo (Martins, 2009).

Em novembro de 2021, segundo dados do Registo Nacional de Turismo (RNT), encontram-se registados a nível nacional 9.352 Agentes de Animação Turística, onde se englobam as Empresas de Animação Turística e os Operadores Marítimo Turísticos. As EAT's constituem 7620 registos do valor total mencionado.

3.2.1. Enquadramento Legal

Segundo o Decreto-Lei nº108/2009, uma Empresa de Animação Turística é uma pessoa singular ou coletiva que desenvolva, com carácter comercial, alguma das atividades de animação turística, podendo ser atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural que se configurem como atividades de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse para a região em que se desenvolvam. O mesmo decreto-lei considera as “Atividades de turismo de ar livre”, também denominadas por “atividades outdoor”, de “turismo ativo” ou de “turismo de aventura” aquelas que:

“i) Decorram predominantemente em espaços naturais, traduzindo-se em vivências diversificadas de fruição, experimentação e descoberta da natureza e da paisagem, podendo ou não realizar-se em instalações físicas equipadas para o efeito;

ii) Suponham organização logística e ou supervisão pelo prestador;

iii) Impliquem uma interação física dos destinatários com o meio envolvente.”

Quanto às “Atividades de turismo cultural”, consideram-se as pedestres ou transportadas, que promovam o usufruto do património cultural e natural mediante o contacto entre o destinatário do serviço e o bem cultural, tendo como fim a partilha de conhecimento.

Por outro lado, as empresas que desenvolvam atividades de animação turística em meio aquático designam-se por Operador Marítimo-Turístico e estão sujeitas ao Regulamento

da Atividade Marítimo-Turística (RAMT). As modalidades que integram as atividades marítimo-turísticas são as seguintes:

- a) Passeios marítimo-turísticos;
- b) Aluguer de embarcações com tripulação;
- c) Aluguer de embarcações sem tripulação;
- d) Serviços efetuados por táxi fluvial ou marítimo;
- e) Pesca turística;
- f) Serviços de natureza marítimo-turística prestados mediante a utilização de embarcações atracadas ou fundeadas e sem meios de propulsão próprios ou selados;
- g) Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo;
- h) Outros serviços, designadamente os respeitantes a serviços de reboque de equipamentos de carácter recreativo, tais como bananas, para-quedas, esqui aquático.”

Fonte: Decreto-Lei nº108/2009

Em ambos os casos, para exercerem a sua atividade comercial e serem designadas como Empresa de Animação Turística ou Operador Marítimo-Turístico, é obrigatório estarem registadas como tal no Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), gerido pelo Turismo de Portugal, I. P. e disponível ao público no seu sítio na Internet.

As empresas que pretendam obter o reconhecimento das suas atividades como turismo de natureza, necessitam de efetuar esse pedido ao Turismo de Portugal que, por sua vez, envia o processo ao ICNF para reconhecimento e aprovação. Através dessa autorização as empresas obtêm o logótipo que identifica a sua atividade comercial como “Turismo de Natureza” em todos os seus canais de comunicação, conforme definido na Portaria nº 651/2009 (fig. 1).



Figura 1 – Logótipo Turismo de Natureza

Fonte: <https://seeklogo.com/vector-logo/282834/turismo-de-natureza>

3.3. EAT's nas Áreas Protegidas

Tendo em conta o enquadramento legal necessário para exercer atividades comerciais no âmbito do Turismo de Natureza, importa salientar as especificidades inerentes à atuação das Empresas de Animação Turística no espaço das Áreas Protegidas, ou seja, dentro do SNAC.

Neste sentido, conforme definido no Decreto-Lei nº 108/2009, apenas as empresas reconhecidas como Turismo de Natureza podem realizar atividades nas Áreas Protegidas, mediante pedido de autorização prévia ao ICNF, caso contrário estarão a incorrer numa contraordenação. As atividades que se desenvolvam fora deste perímetro não necessitam de autorização, apesar de serem transmitidas recomendações, por parte do ICNF, de modo a proteger e preservar o meio natural.

As Empresas de Animação Turística e o Turismo de Natureza, representam uma das maiores oportunidades de desenvolvimento local e dinamização da economia por inúmeros fatores, sejam eles de ordem económica, ambiental ou social. Neste sentido, Rosa (2014) elenca, num quadro por si elaborado, uma panóplia de benefícios que o turismo de natureza traz às Áreas Protegidas e que garantem que esta atividade deve ser uma forte aposta:

Figura 2 – Benefícios do Turismo de Natureza em Áreas Protegidas

Benefícios	
Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de emprego para os residentes locais • Aumento da receita • Estimula o aparecimento de novas companhias turísticas e diversifica a economia local • Estimula a produção de produtos locais (manufatura) • Aumento dos <i>standards</i> de qualidade de vida • Gera receitas fiscais locais • Permite aos trabalhadores aprender e desenvolver novas competências • Aumenta as possibilidades de financiamento para a AP e comunidades locais
Proteção da herança ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Protege os processos ecológicos e bacias hidrográficas • Conserva a biodiversidade (incluindo genes, espécies e ecossistemas) • Cria valor económico e protege recursos que de outra forma não têm valor percebido para os residentes, ou que representam um custo e não um benefício • Transmite valores de conservação, através da educação e interpretação • Ajuda a comunicar e interpretar os valores do património natural e construído e de herança cultural para os visitantes e moradores de áreas visitadas, construindo assim uma nova geração de consumidores responsáveis • Apoia a investigação e o desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar o funcionamento de empresas de viagens e turismo, bem como o comportamento do visitante em destinos • Melhora a instalações locais, transportes e comunicações • Ajuda a desenvolver mecanismos de autofinanciamento para as operações de áreas protegidas
Desenvolvimento sociocultural e Aumento da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Promove valores estéticos, espirituais, e outros relacionados ao bem-estar • Apoia a educação ambiental para visitantes e moradores • Estabelece ambientes atraentes para os destinos, para os moradores e para os visitantes, que podem apoiar outros compatíveis com novas atividades, desde a pesca aos serviços/produtos de base industrial • Melhora a compreensão intercultural • Incentiva o desenvolvimento da cultura, artesanato e as artes • Aumenta o nível de educação da população local • Encoraja os residentes locais aprender as línguas e culturas de turistas estrangeiros • Protege, conserva e valoriza recursos do património cultural e edificado • Encoraja os residentes locais a valorizar a sua cultura local e meio ambiente

Fonte: Rosa (2014, pg. 78)

Através do quadro é possível concluir que todos os intervenientes envolvidos no Turismo de Natureza em Áreas Protegidas saem beneficiados desta relação, quer sejam os próprios visitantes, quer a população local, através da obtenção de receita e promoção dos seus produtos característicos. Porém, numa perspetiva mais abrangente, as próprias empresas e os seus colaboradores também usufruem destes benefícios uma vez que se estimula o desenvolvimento da sua competitividade, formação, modelo de gestão, investigação,

entre outras áreas às quais é necessário dar resposta de modo a evoluir no produto que oferecem.

Por fim, o património natural e cultural existente nestes espaços colhe inúmeras vantagens uma vez que é criado nos residentes locais um espírito de preservação e valorização que só se consegue obter fruto do interesse que os visitantes demonstram em conhecer o seu património e a sua cultura. Ao criar interesse por este património, surge a necessidade de preservá-lo e conservá-lo de uma maneira que, em muitos casos, se não fosse o turismo, o mesmo estaria abandonado e esquecido, apesar de todas as condicionantes e desafios que um aumento de visitantes acarreta, nomeadamente em questões de capacidade de carga e poluição.

4. Enquadramento Territorial: Região Norte



Figura 3 - Divisão Territorial por NUTS II
Fonte: INE, 2019

Com cerca de 3,6 milhões de habitantes, a Região do Norte concentra quase 35% da população residente em Portugal, assegura perto de 39% das exportações nacionais e representa cerca de 29% do PIB da economia nacional.

Dotada de boas infraestruturas de comunicação e de internacionalização e contando com uma rede qualificada de equipamentos de ciência e tecnologia, o Norte de Portugal vive de portas abertas para o mundo e de olhos postos no futuro.

Em termos administrativos, o Norte de Portugal é composto por 86 municípios e 1.426 freguesias. Os municípios encontram-se organizados em oito Comunidades Intermunicipais (CIM), as quais constituem o nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), aprovada pela Comissão Europeia (CCDR-N, 2021).

NUTS III

Regulamento (UE) nº 868/2014 da Comissão,
de 8 de Agosto de 2014

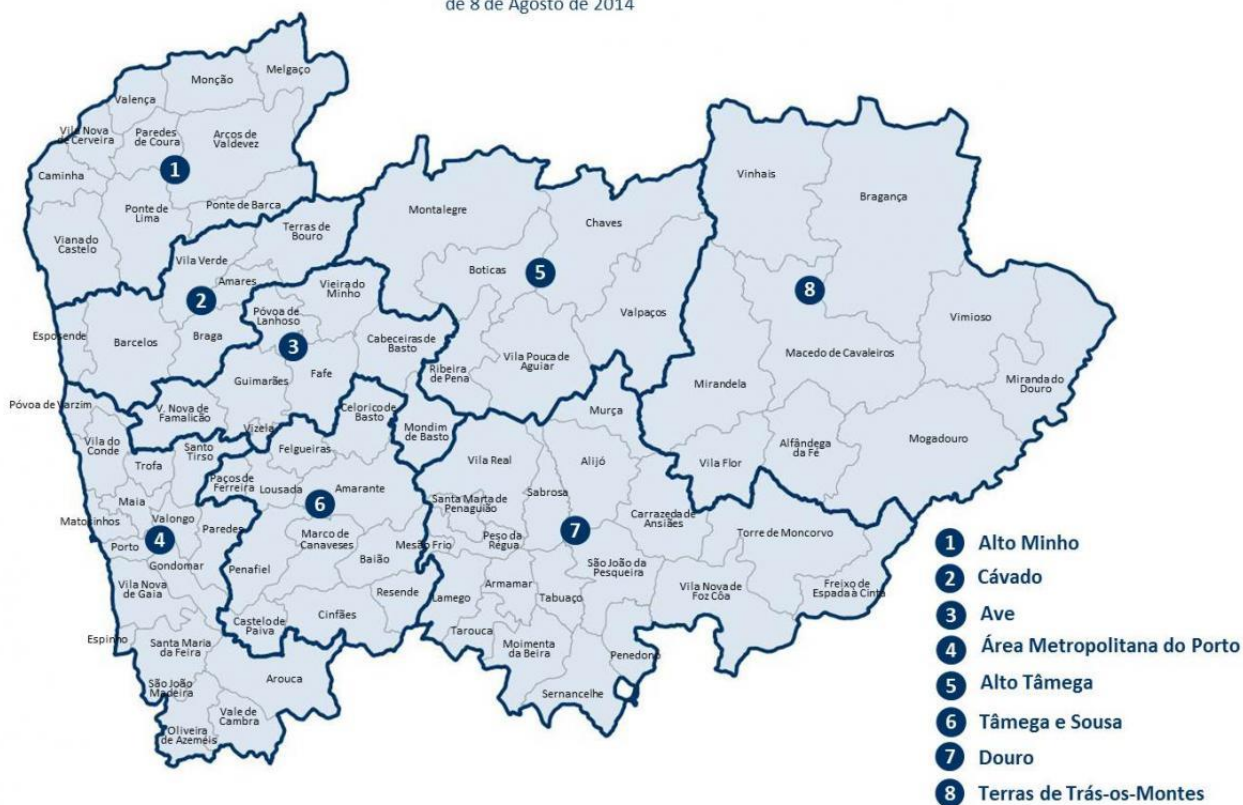


Figura 4 - Mapa da Região Norte

Fonte: CCDR-N, 2021

A nível **territorial**, a região Norte possui uma área de cerca de 21 000 km², o que corresponde a 23% da área total portuguesa (cerca de 92 000 km²).

Em 2019, Portugal possuía uma **população** estimada de 10 295 909 habitantes. Desse número, 3 575 338 residia na região Norte, o que se traduz no primeiro lugar a nível de população residente em Portugal (fig. 5).

31/12/2019

População residente
Resident population

	Total	H	M
Portugal	10 295 909	4 859 977	5 435 932
Norte	3 575 338	1 687 717	1 887 621
Centro	2 217 285	1 051 358	1 165 927
A. M. Lisboa	2 863 272	1 337 420	1 525 852
Alentejo	704 558	337 966	366 592
Algarve	438 406	208 963	229 443
R. A. Açores	242 796	117 884	124 912
R. A. Madeira	254 254	118 669	135 585
	Total	M	F

Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.
Source: Statistics Portugal, Annual Provisional Estimates of Resident Population.

Figura 5 - População Residente em Portugal
Fonte: INE, 2019

No que toca à **atividade turística**, segundo dados do Turismo de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, o ano de 2019, relativamente à procura apresentou os seguintes resultados:

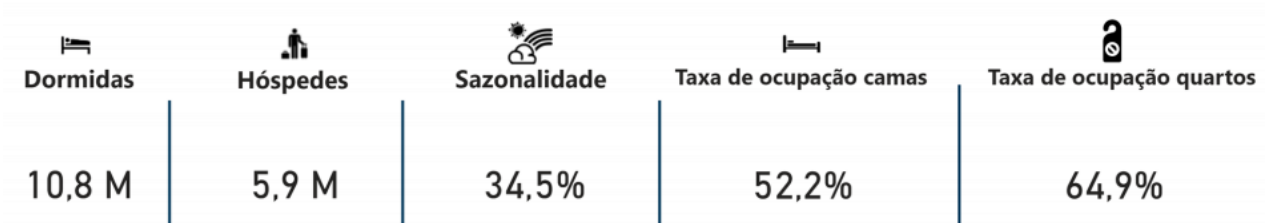


Figura 6 - Turismo na Região Norte em 2019

Fonte: travelBI, 2019

A região Norte constituiu a primeira preferência dos turistas nacionais com uma quota de 25,8 % e a terceira no que toca aos turistas estrangeiros, cuja quota se cifrou nos 18,9 %. Os 3 principais mercados emissores foram a Espanha, França e Brasil, representando cerca de 34% da quota total. 70,5% do turismo (nacional e internacional) na região optou por alojamento em hotéis, seguindo-se a preferência pelo alojamento local (20,1%) e o Turismo em Espaço Rural (5,5%) (fig. 7 e 8).

Top 10 Mercados em Variação e Quota [%]

● Variação 19/18 ● Quota 2019

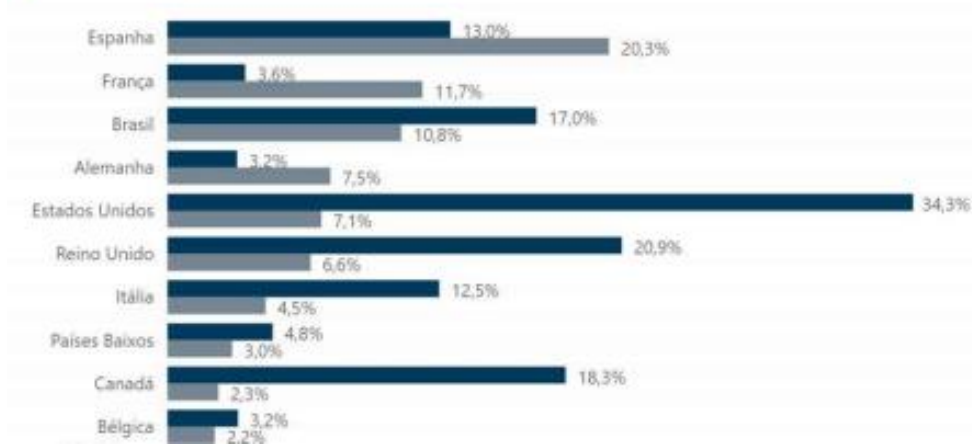


Figura 7 - Mercados Emissores em 2019

Fonte: travelBI, 2021

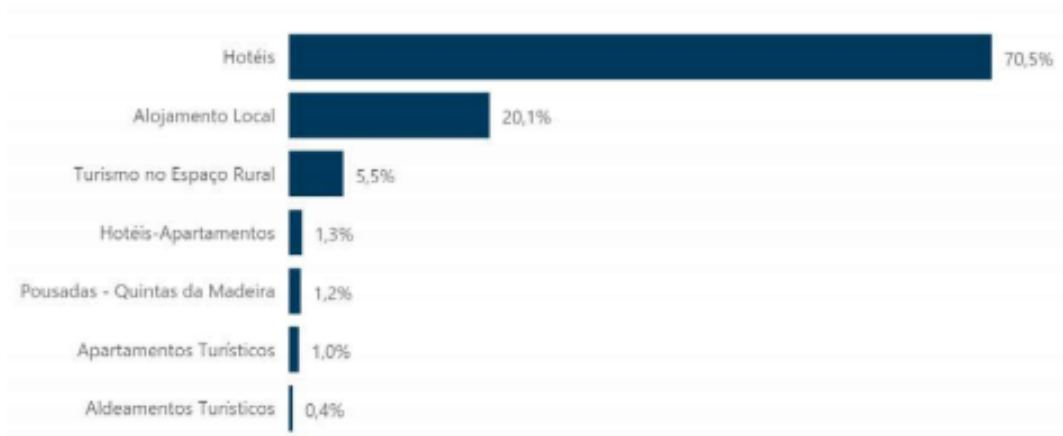


Figura 8 - Alojamento Preferencial em 2019

Fonte: travelBI, 2021

5. Enquadramento Institucional

5.1. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas | ICNF

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) foi criado em 2012, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, resultando da fusão entre a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB). Esta decisão enquadra-se num contexto de reformas na Administração Pública em Portugal, uma vez que esta se encontrava algo desatualizada, complexa e, principalmente, bastante dispendiosa. Num Estado que necessitava de reduzir despesas, tornou-se imperioso reformular e otimizar a sua Administração Central tornando-a menos redundante, mais eficaz e moderna.

Com a criação deste organismo, pretendia-se retirar do ICNF benefícios ao nível de políticas de conservação, proteção e gestão do património natural português, em todas as suas vertentes, garantindo, assim, uma boa e sustentável política ambiental. De modo a concretizar este objetivo, o ICNF dotou-se de uma função executora, por via da atuação direta, e uma função coordenadora, através de uma forte cooperação, não só entre os demais serviços da Administração Pública relacionados com os setores das florestas, conservação da natureza e gestão do território, mas também recorrendo a parcerias com instituições e agentes privados, cooperativos e comunitários.

O Decreto-Lei n.º 29/2015, de 10 de fevereiro, estabelece que o ICNF “é o instituto público integrado na administração indireta do Estado que se encontra investido nas funções de autoridade nacional da conservação da natureza e da biodiversidade e de autoridade florestal nacional, tendo por missão acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural, promovendo o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e dos recursos associados, bem como fomentar a competitividade das fileiras florestais e assegurar a prevenção estrutural no quadro do planeamento e da atuação concertados no domínio da defesa da floresta e dos recursos cinegéticos e aquícolas e outros diretamente associados às atividades silvícolas”. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, decreta que o ICNF “é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio”.

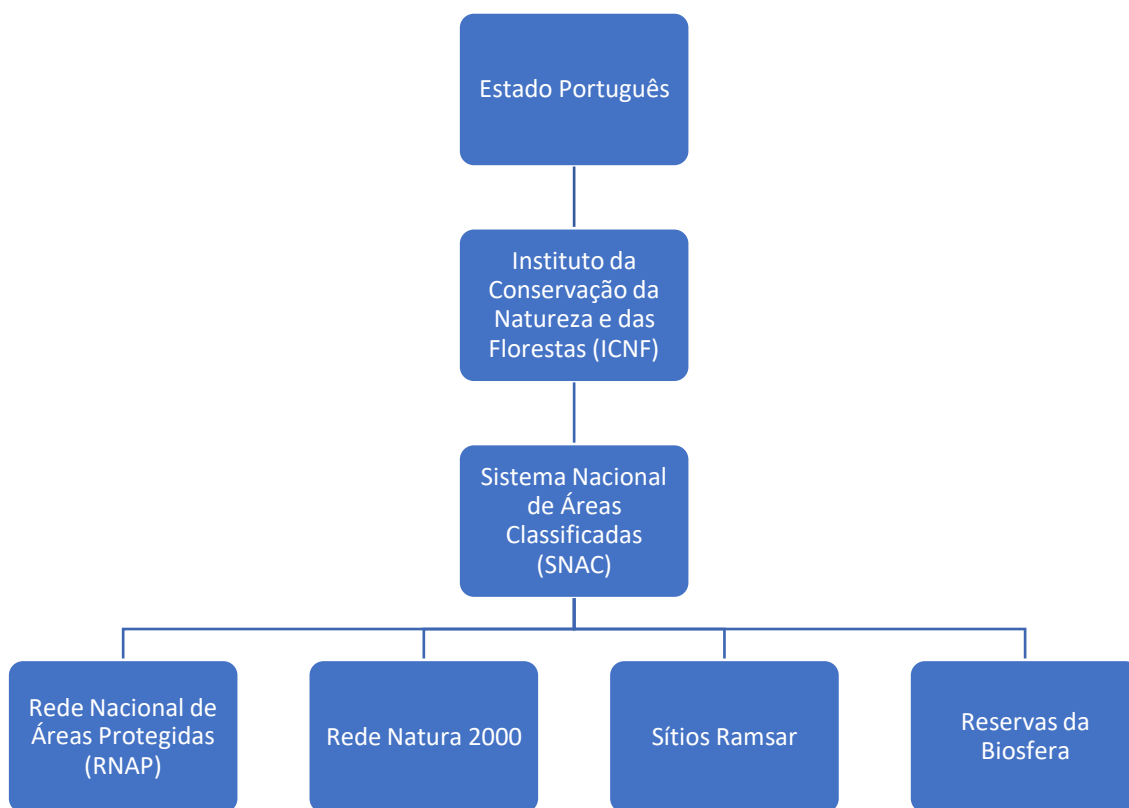


Figura 9 - Administração do ICNF
Fonte: própria

5.1.1. Orgânica

O Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, decreta que o ICNF contempla quatro órgãos:

- a) O conselho diretivo;
- b) O fiscal único;
- c) O conselho consultivo;
- d) Os conselhos estratégicos das áreas protegidas de interesse nacional.

O ICNF, como organismo com jurisdição em todo o território nacional, exceto nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, para além dos seus serviços centrais, sediados em Lisboa, encontra-se subdividido em cinco serviços regionais (fig. 10) tendo por referência as unidades do nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), a saber:

- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte;

- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro;
- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo;
- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve.

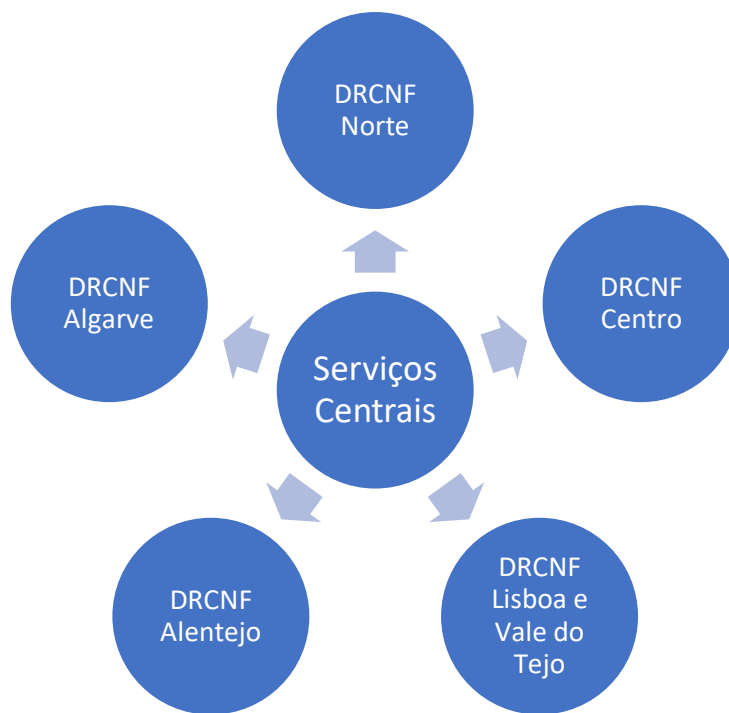


Figura 10 - Serviços Regionais do ICNF
Fonte: própria

De acordo com a Portaria n.º 166/2019, de 29 de maio, quer os Serviços Centrais, quer as Direções Regionais possuem Departamentos que, por sua vez, se subdividem em Divisões consoante a sua área e objetivo. Os Serviços Centrais apresentam a seguinte estrutura:

SERVIÇOS CENTRAIS

Gabinete de Comunicação Externa

Gabinete de Auditoria e Desempenho

Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso

Departamento de Gestão Administrativa e Financeira

Divisão de Recursos Humanos

Divisão de Contratação e Logística

Divisão de Gestão Financeira e Orçamental

Divisão de Gestão Patrimonial

Departamento de Sistemas de Gestão e Capacitação

Divisão de sistemas de Informação e Capacitação

Divisão de Redes e Infraestruturas

Departamento de Políticas, Planeamento e Relações Externas

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Divisão de Estratégias, Assuntos Internacionais e Promoção

Departamento de Instrumentos Financeiros e Apoio ao Investimento

Divisão de Gestão de Instrumentos Financeiros

Departamento de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Divisão de Conservação e Monitorização

Divisão de Apoio à Gestão de Áreas Classificadas

Divisão de Aplicação de Normativos

Departamento de Gestão de Áreas Públicas Florestais

Departamento de Gestão e Valorização da Floresta

Divisão de Gestão Florestal e Competitividade

Divisão de Fitossanidade Florestal

Divisão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas

Departamento de Gestão de Fogos Rurais

Divisão de Apoio à Gestão de Fogos Rurais

Comando Nacional da Força de Sapadores Bombeiros Florestais

Relativamente às Direções Regionais, uma vez que a região em estudo corresponde à NUT II Norte, importa salientar quais os departamentos correspondentes à DRCNF do Norte:

DIREÇÃO REGIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS DO NORTE

Divisão de Vigilância Preventiva e Fiscalização

Divisão de Gestão Administrativa e Logística

Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Divisão de Áreas Classificadas

Divisão de Cogestão de Áreas Protegidas

Divisão de Ordenamento do Território

Departamento Regional de Gestão e Valorização da Floresta

Divisão de Gestão de Áreas Públicas Florestais

Divisão de Proteção Florestal

Divisão de Extensão e Competitividade Florestal

Força de Sapadores Bombeiros Florestais

5.1.2. Missão

Segundo o Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, “O ICNF, I. P., tem por missão propor e executar políticas integradas de ordenamento e gestão do território, em articulação com entes públicos e privados, nos domínios da conservação da natureza, da biodiversidade, das florestas e competitividade das fileiras florestais, e assegurar a coordenação da prevenção estrutural e gestão dos fogos rurais”.

5.1.3. Objetivos

Ao ICNF cabe desempenhar um conjunto extenso de objetivos que estão especificados no Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, tendo sido desenvolvidas, posteriormente, as tarefas inerentes aos órgãos internos/departamentos deste organismo, disponíveis na Portaria n.º 166/2019, de 29 de maio.

Apesar da atividade do ICNF ser bastante abrangente e diversificada, este organismo destaca-se por produzir manuais, códigos de conduta e procedimentos de segurança no que diz respeito à conservação da natureza e da biodiversidade. No âmbito da Formação, destacam-se pela promoção de diversos Programas de Formação financiados e possuem um Centro de Operações e Técnicas Florestais (COTF), onde transmitem aos formandos competências ao nível das operações florestais, uso de maquinaria e equipamento, métodos e técnicas utilizadas, garantindo sempre uma adoção de boas práticas e o cumprimento das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho. Outra das suas funções passa por elaborar e disponibilizar requerimentos e formulários inerentes a qualquer atividade em que seja necessário comunicar e pedir autorização prévia ao ICNF.

No âmbito da conservação da Natureza, o ICNF é responsável pelo Sistema Nacional de Áreas Classificadas, onde se integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000. Para além disso, este organismo tutela tudo aquilo que se relacione com Turismo de Natureza, nomeadamente a nível legislativo, atividades turísticas, empreendimentos turísticos, turismo sustentável, gestão de visitantes, entre outros.

Por fim, tudo o que implica gestão das florestas, da caça ou da pesca passa por este organismo.

5.2. RNAP

5.2.1. Tipologias

O Decreto-Lei 142/2008, mais adiante atualizado pelo Decreto-Lei 242/2015, estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade. No que respeita à RNAP, foram definidas tipologias para as áreas protegidas e criou-se uma hierarquia de autoridades, consoante a categoria de AP e respetiva gestão.

Assim, definiram-se como autoridades as seguintes:

- ICNF, a autoridade nacional
- Comissões de desenvolvimento regional (âmbito regional, articulando com a autoridade nacional)
- Municípios e Associações de Municípios (âmbito regional e local)

Quanto às categorias/tipologias de áreas protegidas podemos encontrar as seguintes:

- Parque Nacional
- Parque Natural
- Reserva Natural
- Paisagem protegida
- Monumento Natural

No referido decreto-lei encontram-se algumas notas orientadoras de toda a dinâmica inerente à RNAP, de entre as quais as descritas de seguida:

→ As áreas protegidas de âmbito nacional podem adotar qualquer das tipologias referidas anteriormente.

→ Com exceção da tipologia «parque nacional», as áreas protegidas de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias referidas, devendo as mesmas serem acompanhadas da designação «regional» ou «local», consoante o caso.

→ Sempre que uma área protegida, qualquer que seja a sua tipologia, seja delimitada exclusivamente em águas marítimas sob jurisdição nacional, deve ser acrescentado à tipologia usada a expressão «marinha».

→ Podem ainda ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, designadas «áreas protegidas privadas», nos termos previstos no artigo 21.º (DL 142/2008)

A classificação de uma área protegida visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

5.2.1.1. Parque Nacional

- Entende-se por «parque nacional» uma área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo.

- A classificação de um parque nacional visa a proteção dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas, tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

1 - A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geossítios em estado de conservação favorável;

2 - O estabelecimento de um regime de visitação que garanta objetivos culturais, educativos e recreativos;

3 - A regulamentação das atividades de exploração e de edificação, considerando as necessidades das populações locais num quadro de uso sustentável dos recursos naturais;

4 - A promoção **de atividades que constituam vias alternativas de desenvolvimento local sustentável** e que não constituam uma ameaça para os valores naturais e funções do ecossistema a conservar.

5.2.1.2. Parque Natural

- Entende-se por «parque natural» uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

- A classificação de um parque natural visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

1 - A promoção de práticas de manejo que assegurem a conservação dos elementos da biodiversidade;

2 - A **criação de oportunidades para a promoção de atividades de recreio e lazer**, que no seu carácter e magnitude estejam em consonância com a manutenção dos atributos e qualidades da área;

3 - A promoção de atividades que constituam vias alternativas de desenvolvimento local sustentável.

5.2.1.3. Reserva Natural

- Entende-se por reserva natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.

- A classificação de uma reserva natural visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o

valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

1 - A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geossítios em estado de conservação favorável;

2 - **O condicionamento da visita a um regime que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural;**

3 - A limitação da utilização dos recursos, assegurando a manutenção dos atributos e das qualidades naturais essenciais da área objeto de classificação.

5.2.1.4. Paisagem Protegida

- Entende-se por «paisagem protegida» uma área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural.

- A classificação de uma paisagem protegida visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, **realçando a identidade local**, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

1 - A conservação dos elementos da biodiversidade num contexto da valorização da paisagem;

2 - A manutenção ou recuperação dos padrões da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as **manifestações sociais e culturais;**

3 - O fomento das iniciativas que beneficiem a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços.

5.2.1.5. Monumento Natural

- Entende-se por monumento natural uma ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.

- A classificação de um monumento natural visa a proteção dos valores naturais, nomeadamente ocorrências notáveis do património geológico, na integridade das suas

características e nas zonas imediatamente circundantes, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

1 - A limitação ou impedimento das formas de exploração ou ocupação suscetíveis de alterar as suas características;

2 - A criação de oportunidades para a investigação, educação e apreciação pública.

5.2.1.6. Áreas Protegidas de estatuto privado

- A designação é feita a pedido do respetivo proprietário, mediante um processo especial de candidatura e reconhecimento pela autoridade nacional a regular por portaria do membro do Governo responsável pela área do ambiente.

- Os terrenos a que for atribuída a designação de «área protegida privada» integram a RNAP e ficam sujeitos ao protocolo de gestão que for acordado com a autoridade nacional na sequência do seu reconhecimento.

- O reconhecimento previsto no presente artigo não confere ao respetivo proprietário quaisquer direitos ou prerrogativas especiais de autoridade nem condiciona a aplicação dos instrumentos de gestão territorial existentes, mantendo-se apenas enquanto se mantiverem os valores e objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade que justificaram a sua concessão.

- O ato de atribuição da designação de «área protegida privada» pode interditar ou condicionar a autorização da autoridade nacional, no interior da área protegida, as ações, atos e atividades de iniciativa particular suscetíveis de prejudicar a biodiversidade, o património geológico ou outras características da área protegida, salvo tratando-se de uma ação de interesse público ou de um empreendimento com relevante interesse geral.

5.2.1.7. Áreas protegidas transfronteiriças

- Por via da celebração de acordos ou convenções internacionais com outros Estados, podem ser classificados espaços naturais protegidos de carácter transfronteiriço, designados «áreas protegidas transfronteiriças».

5.2.2. Áreas Protegidas em Portugal | RNAP

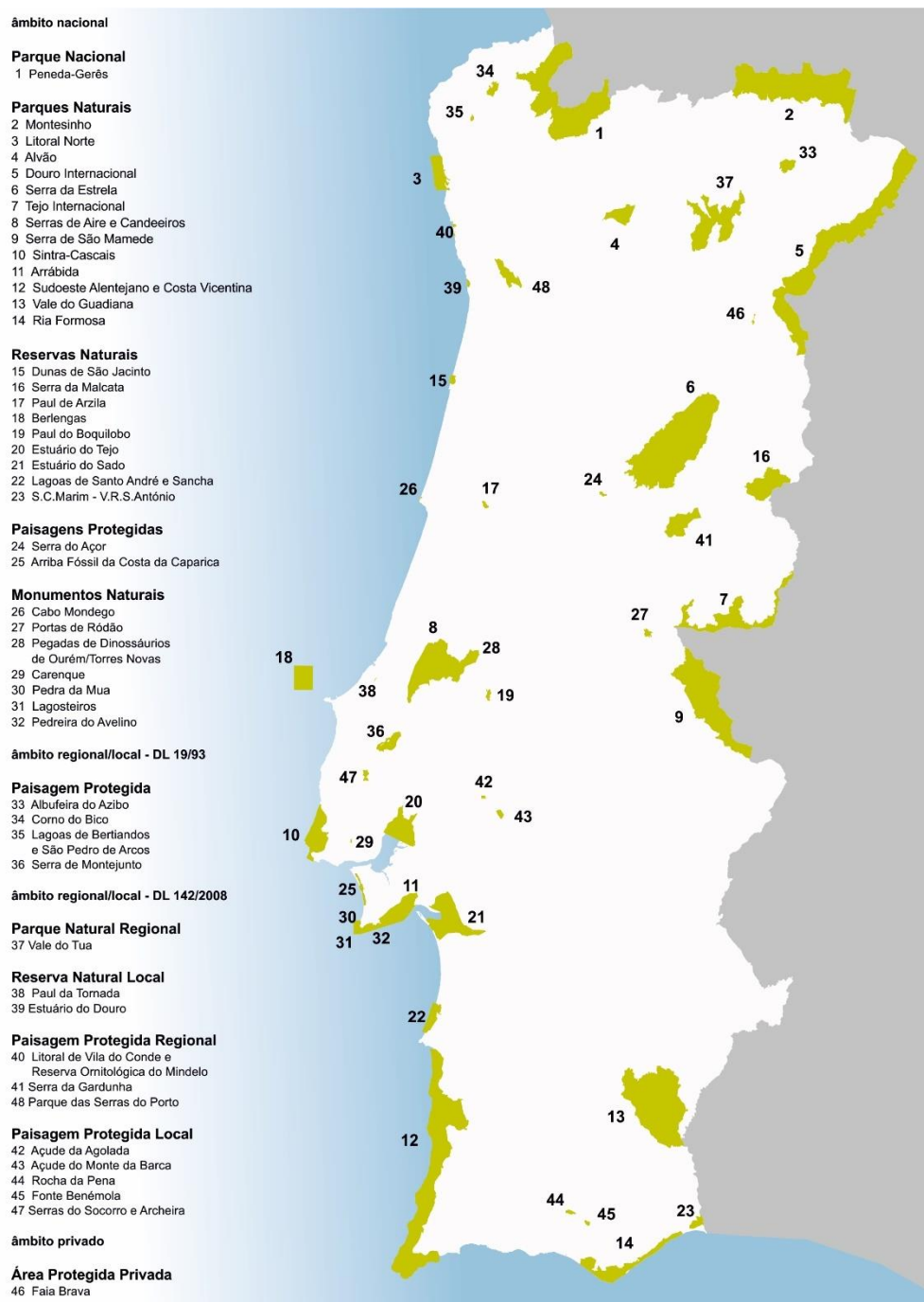


Figura 11 - Áreas Protegidas em Portugal

Fonte: <http://www2.icnf.pt/portugal/ap/rnap>

No mapa da figura 11 encontramos todas as Áreas Protegidas existentes em Portugal, nas suas mais variadas tipologias e categorias.

5.2.3.1 Áreas Protegidas na região Norte

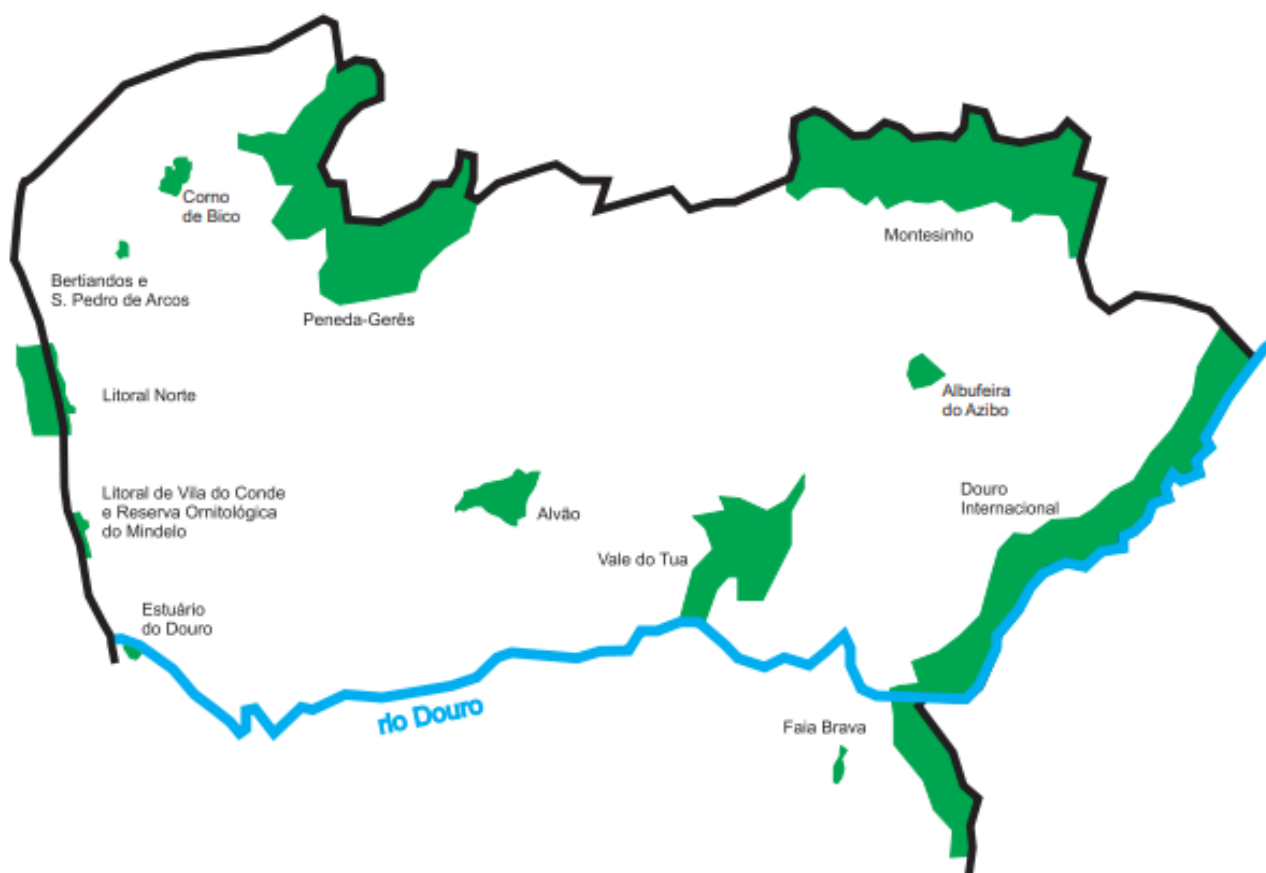


Figura 12 - Áreas Protegidas na Região Norte

Fonte: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/natural-pt/resource/doc/Revista-NaturalPT-dez2017.pdf>

De seguida, caracterizam-se as Áreas Protegidas pertencentes à Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte, com um breve enquadramento e descrição das mesmas.

Âmbito nacional

1. Parque Nacional da Peneda-Gerês

O Parque Nacional da Peneda-Gerês foi criado em 1971 (Decreto n.º 187/71, de 8 de maio) e constituiu a primeira área protegida em Portugal e o único Parque Nacional em território português. Surgiu da necessidade de implementar um plano que valorizasse e articulasse as atividades humanas e os recursos naturais, promovendo, assim, benefícios de nível educativo, turístico e científico.

Localiza-se no extremo noroeste de Portugal, entre o Alto Minho e Trás-os-Montes, abrangendo um total de 22 freguesias distribuídas pelos concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro. Integra no seu espaço territorial as serras da Peneda, do Soajo, Amarela e do Gerês, numa área total de 70.000 hectares repleta de um riquíssimo património natural e cultural, onde se encontram ecossistemas no seu estado natural e com pouca influência humana.

O Parque Nacional faz fronteira com o país vizinho, Espanha, onde adquire a designação de “Parque Natural Baixa Limia - Serra do Xurés”.

2. Parque Natural de Montesinho

O Parque Natural de Montesinho situa-se no Alto Nordeste transmontano, englobando a parte norte dos concelhos de Bragança e Vinhais, fazendo fronteira com Espanha, tal como acontece com o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Foi criado em 1979, ao abrigo do Decreto-Lei nº 355/79, de 30 de agosto, onde se defendia que “A riqueza natural e paisagística do maciço montanhoso Montesinho - Coroa e os valiosos elementos culturais das comunidades humanas que ali se estabeleceram justificam que urgentemente se iniciem ações com vista à salvaguarda do património e à animação sócio-cultural das populações”.

Abrange um total de 92 freguesias distribuídas pelos concelhos anteriormente mencionados e apresenta uma área total de 74.230 hectares onde habitam cerca de 9.000 habitantes. Salienta-se a grande variação de temperatura que ocorre no Parque Natural de Montesinho onde se atingem os - 12° C no Inverno e + 40° C no Verão, o que faz com que seja recomendável visitar o parque na primavera e outono.

O Parque Natural de Montesinho contempla um património sociocultural bastante rico na medida em que se conseguiram preservar algumas práticas quotidianas e costumes antigos, apesar de se verificar uma evolução resultante da mobilidade populacional e das inovações tecnológicas. Um dos símbolos da região é a música tradicional onde se destaca, claramente, o som da gaita de foles, ícone transmontano. Para além disso, a principal rocha existente é o xisto, espelhado na arquitetura popular demonstrada através dos pombais, moinhos e forjas do povo.

3. Parque Natural do Douro Internacional

Localizado ao longo do troço fronteiro do Rio Douro (numa extensão de cerca de 122 km), o Parque Natural do Douro Internacional é um dos maiores parques naturais do país, com uma área total de 86.500 hectares distribuídos pelos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo. Em conjunto com o “Parque Natural Arribes del Duero”, extensão do PNDI ao longo do território Espanhol, formam uma das maiores áreas protegidas da Europa, com uma superfície total de 192.605 hectares.

Foi criado em 1998, ao abrigo do Decreto Regulamentar nº 8/98, de 11 de maio, que tinha como objetivos específicos:

- valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas;
- promover a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a conservação da natureza;
- valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas atividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo;
- ordenar e disciplinar as atividades recreativas na região de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

4. Parque Natural do Litoral Norte

O Parque Natural do Litoral Norte, situado entre a foz do rio Neiva e a zona da Apúlia, estende-se ao longo de 16 km da costa litoral norte, pertencendo ao Município de Esposende em que abrange parte das freguesias de Antas, Apúlia, Belinho, Esposende, Fão, Gandra, São Bartolomeu do Mar e Marinhas. A sua dimensão é de 8.887 hectares onde 7.653 ha constituem área marinha e 1.237 ha correspondem a área terrestre. Encontra-se limitado, a Norte, pelo concelho de Viana do Castelo e, a sul, pelo da Póvoa de Varzim.

Caracteriza-se por ser uma das principais zonas balneares do norte do país, com praias quase desertas, vegetação rasteira, inúmeras dunas e ribeiras, num parque natural em que praticamente não se ultrapassa os 10 metros de altitude.

A Estrada Nacional 13 (Valença-Porto) localiza-se a uma distância reduzida do parque, o que fez com que importantes fluxos turísticos fossem criados em torno da região permitindo a sua visitação de forma mais constante e acessível.

5. Parque Natural do Alvão

Situado no distrito de Vila Real, o Parque Natural do Alvão abrange parte dos concelhos de Vila Real e de Mondim de Basto, constituindo uma superfície total de 7.220 hectares. Foi criado em 1983, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 237/83, de 8 de junho, e possui algumas das mais espetaculares cascatas do Norte português.

Na vertente oeste do parque, localiza-se uma das maiores elevações existentes em Portugal Continental, a Serra do Marão (1416 metros de altitude). É uma zona em que as casas foram construídas predominantemente em xisto, granito e colmo, o que transmite uma ideia de afastamento irreal visto que a cidade do Porto se localiza a apenas 1 hora de viagem. É também caracterizada por possuir uma excelente gastronomia regional, onde se destacam a bola de carne e a vitela assada.

A sua classificação e criação surgiu fruto do interesse e persistência de entidades como a Câmara Municipal de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), e a então existente Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão.

Âmbito Regional-Local

6. Parque Natural Regional do Vale do Tua

O Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) surgiu a 24 de setembro de 2013, ao abrigo do Regulamento N.º 364-A/2013 do Diário da República, que lhe confere a designação de Área Protegida de Âmbito Regional. Situa-se no Baixo Tua, abrangendo

os distritos de Vila Real e Bragança, e integrando os municípios de Alijó, Murça, Vila Flor, Carraceda de Ansiães e Mirandela.

Na envolvente da superfície do PNRVT encontram-se outras áreas protegidas (algumas anteriormente mencionadas) tais como o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural do Alvão, o Parque Natural do Montesinho e a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.

O parque apresenta uma paisagem diversificada e marcada por planaltos, serras e 3 rios distintos: Douro, Tua e Tinhela. Caracteriza-se por ser uma região com um importante património arquitetónico, arqueológico e etnográfico, destacando-se também pela sua elevada atividade termal e o seu potencial para o enoturismo.

7. Reserva Natural Local do Estuário do Douro

Com apenas 20 hectares de superfície total, a Reserva Natural Local do Estuário do Douro localiza-se entre as margens das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, englobando a Baía de São Paio e a zona arenosa do Cabedelo. Surgiu por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia (Regulamento n.º 82/2009, de 12 de fevereiro - DR 2.^a série) que pretendia preservar o património natural ali existente, principalmente no que à proteção das aves diz respeito.

O Estuário do Douro é um local ideal para abrigo e nidificação de aves, muitas delas espécies raras e de conservação prioritária. A classificação como Área Protegida surgiu para garantir a sua preservação, uma vez que algumas atividades humanas realizadas no local punham em risco a sustentabilidade do Estuário do Douro o que, a médio-prazo, conduziria à sua degradação.

A gestão da RNLED está a cargo do Município de Vila Nova de Gaia que, por sua vez, delegou à Empresa Municipal Parque Biológico de Gaia as funções de gestão municipal e de fazer cumprir os objetivos para a área protegida.

8. Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo

A Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo localiza-se, quase na totalidade, no concelho de Macedo de Cavaleiros, abrangendo as freguesias de Vale da Porca, Santa Combinha, Podence, Salselas, Vale de Prados e ainda a freguesia de Quintela de Lampaças do concelho de Bragança. Foi criada em 1999, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 13/99, de 3 de agosto, e é gerida pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Possui uma área total de 3.281,7 hectares.

É uma zona de fácil acesso, uma vez que se encontra junto à Autoestrada Transmontana (A4), e apresenta uma atividade turística dinâmica seja através de visitas de estudo por parte das escolas, seja através dos turistas que visitam esta área protegida devido às suas praias fluviais e condições excelentes para o relaxamento e harmonia com a natureza.

9. Paisagem Protegida Regional do Corno de Bico

Criada em 1999, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 21/99, de 20 de setembro, a Paisagem Protegida Regional do Corno de Bico possui uma área de cerca de 2.181 hectares e abrange 5 freguesias pertencentes ao concelho de Paredes de Coura: Bico, Castanheira, Cristelo, Parada e Vascões. A sua gestão está a cargo da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Caracteriza-se por ser uma região montanhosa, em que Corno de Bico é a elevação de maior altitude e uma das maiores na zona (883 m Alt.). É, também, na paisagem protegida que nasce o Rio Coura que possui algumas espécies protegidas a nível internacional e que importa conservar. Quase toda a região se encontra incluída na Lista Nacional de Sítios de Importância Comunitária (SIC) - Rede Natura 2000, ao abrigo da Diretiva Habitats, uma vez que possui uma variedade de habitats e espécies ameaçadas a nível europeu que necessita de proteção e conservação. Por fim, importa salientar a elevada presença de moinhos e espigueiros, o que demonstra a vontade da população local em conservar e manter alguns dos seus costumes e tradições mais antigas.

Possui um importante centro de interpretação, o CEIA (Centro de Educação e Interpretação Ambiental do Corno de Bico) que se localiza na freguesia de Vascões, tendo sido criado em 2007. Este centro dispõe de áreas destinadas à investigação e divulgação

dos recursos naturais presentes no Corno de Bico, nomeadamente ateliers, sala de exposições, auditório, laboratório, entre outros equipamentos.

10. Paisagem Protegida Regional das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos

As Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos localizam-se no concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo e possuem uma área de 346 hectares, estando sob a gestão da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Esta área protegida adquiriu a sua classificação ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 19/2000, de 11 de dezembro, possui, também, estatuto de Sítio de Importância Comunitária e integra a Convenção de Ramsar (zonas húmidas).

Apesar de ter uma dimensão reduzida, é um local com uma imensidão de espécies de fauna, principalmente associadas ao facto de encontrarem numa zona húmida. Devido ao seu elevado valor no que ao património natural diz respeito, associado a um grande investimento e dedicação por parte das entidades locais e da própria população, criou-se uma dinâmica em torno da área protegida que atingiu um grande sucesso ao longo dos anos, nomeadamente através da criação de uma Quinta Pedagógica (Quinta de Pentieiros), um Centro de Interpretação Ambiental, uma rede de percursos pedestres, várias casas de abrigo e bungalows e, por fim, um Parque de Campismo.

11. Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo

Com o objetivo de “possibilitar a adoção de medidas eficazes que permitam a manutenção e valorização da diversidade biológica e do carácter da paisagem e o atenuar de certas dissonâncias ambientais e estéticas”, foi classificada como Paisagem Protegida de âmbito regional o Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo. Com cerca de 380 hectares, esta área protegida criou-se por Deliberação da Assembleia Metropolitana do Porto (Aviso n.º 17821/2009, de 12 de outubro, DR 2.ª série) e localiza-se na Área Metropolitana do Porto, entre a margem esquerda da foz do rio Ave e a margem direita do rio Onda, no limite de Matosinhos. Integra as freguesias de Azurara, Árvore, Mindelo, Vila Chã e Labruge estando sob gestão da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Caracteriza-se por ser uma área tipicamente costeira, onde se encontram diversos habitats, cordões dunares, conjuntos de rochas, zonas húmidas e áreas agrícolas que importam conservar e proteger.

Âmbito Privado

12. Reserva Natural da Faia Brava

Em 2010, foi criada a primeira (e única) Área Protegida de âmbito privado em Portugal, a Reserva Natural da Faia Brava (Aviso n.º 26026/2010, de 14 de dezembro, DR 2.ª série). Gerida pela Associação Transumância e Natureza, esta área protegida abrange uma área de 214 ha e situa-se dentro da Zona de Proteção Especial do Vale do Coa e do próprio Parque Arqueológico do Vale do Coa.

A sua classificação, inicialmente, surge pela necessidade de conservar duas espécies de aves em risco: o britango e a águia de Bonelli. Neste sentido, a Associação Transumância e Natureza tratou de adquirir um conjunto de propriedades nas quais estas aves se integravam e que, com o passar do tempo, se foram interligando acabando por formar uma área contínua e que corresponde à superfície classificada. Abrange as freguesias de Algodres e Vale de Afonsinho (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo), para além da freguesia de Cidadelhe (concelho de Pinhel).

A sua principal atividade é a observação de aves (*birdwatching*), porém existem percursos pedestres marcados que podem ser percorridos de forma independente pelos visitantes, quer seja a pé, a cavalo ou de bicicleta.

5.3. Interlocutores e informação existente em cada Área Protegida

Todas as áreas protegidas possuem uma entidade cuja gestão está a seu cargo. No que diz respeito às 5 principais AP's, de âmbito nacional e a cargo do ICNF, foi possível elencar, ao longo do estágio, os seus responsáveis técnicos e com os quais houve um contacto direto, sempre com a orientação e ajuda do Eng. Henrique, ao nível do fornecimento de informação, material de trabalho e esclarecimento de dúvidas. Assim, cada AP a cargo do ICNF tem como técnico:

- ❖ Parque Natural do Litoral Norte – Artur Viana;
- ❖ Parque Natural do Alvão – Henrique Pereira;
- ❖ Parque Nacional da Peneda-Gerês – Cristina Machado e Maria da Graça Costa;
- ❖ Parque Natural de Montesinho – Telmo Afonso;
- ❖ Parque Natural do Douro Internacional – Susana Marques.

Cada uma destas áreas tem uma sede (no caso do PNPG há 2), perto do perímetro correspondente ao parque, onde se situam os serviços administrativos, as viaturas de terreno, os técnicos e os vigilantes da natureza.

A sede do PNLN situa-se em Esposende, local onde a maioria do estágio, em termos práticos, ocorreu. Nesse local era possível ter acesso a toda a informação digital referente a cada uma das AP's, mediante o acesso ao mesmo computador e base de dados.

As outras sedes situam-se nos seguintes locais:

PNAL – Vila Real

PNPG – Braga e Montalegre

PNM – Bragança

PNDI – Mogadouro

6. Emissão de Pareceres e Licenças de autorização

Enquadrado o ICNF e as suas dimensões ao nível do território e das áreas protegidas, segue-se o material fornecido pela entidade que acolheu o estágio e que permitiu recolher, registar e analisar os dados que servem de base e de estudo para o trabalho que foi desenvolvido.

6.1. Gestão de Áreas Protegidas

O presente trabalho incide sobre uma das tarefas referente à gestão de AP's, ou seja, o controlo das atividades turísticas existentes nestes espaços.

A gestão das áreas protegidas de âmbito nacional compete à autoridade nacional, o ICNF, enquanto que no âmbito regional ou local está a cargo das associações de municípios ou aos respetivos municípios. O decreto-lei 242/2015 acrescenta a este último as comunidades intermunicipais.

As tarefas de gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, regional ou local, ou suas partes, bem como o exercício de ações de conservação ativa ou de suporte, podem ser contratualizadas com entidades públicas ou privadas.

A classificação de áreas protegidas de âmbito nacional pode ser proposta pela autoridade nacional ou por quaisquer entidades públicas ou privadas, designadamente autarquias locais e associações de defesa do ambiente. Essas propostas são apresentadas à autoridade nacional, que procede à sua apreciação técnica e pode propor ao membro do Governo responsável pela área do ambiente a respetiva classificação como área protegida de âmbito nacional. A classificação é obrigatoriamente precedida de um período de discussão pública visando a recolha de observações e sugestões sobre a classificação da área protegida, devendo, durante o mesmo período, ser também promovida a audição das autarquias locais envolvidas.

6.2. Pedidos de Parecer e/ou Licença

Os pedidos de parecer/licença surgem ao abrigo da legislação que foi criada de modo a conservar e proteger as Áreas Protegidas, nomeadamente ao nível da criação de infraestruturas, desporto, atividades, animação, entre outros. Para cada uma destas utilizações, está previsto um conjunto de regras, definidas nos Planos de Ordenamento de cada AP. Neste sentido, criaram-se Cartas de Desporto da Natureza, onde estão elencados os locais mais adequados para a realização de atividades de animação turística e desporto,

além dos locais onde as mesmas são proibidas. Neste sentido, o pedido de parecer é fundamental para que seja possível preservar as AP's e definir em que locais é permitido um uso mais intensivo do meio natural. Sejam entidades empresariais, entidades não-empresariais ou até pessoas individuais ou coletivas, é sempre necessário efetuar um pedido ao ICNF para realizar atividades no interior das AP's, sob pena de haver coimas e ações judiciais. Tudo isto se encontra descrito no Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, que regulamenta o exercício de atividades de animação turística e na Portaria n.º 651/2009 que estabelece o código de conduta a adotar pelas entidades que pretendam exercer este tipo de atividades em Áreas Protegidas.

Para cada pedido de licença ou parecer, é necessário preencher e enviar em suporte digital ou diretamente para as instalações das respetivas AP's um formulário que se encontra disponível online, no sítio do ICNF (anexos 1 e 2). De seguida, o pedido dá entrada no sistema através de uma comunicação por parte do técnico responsável pela AP sobre a intenção em realizar determinada atividade, apresentando as suas características, intenções e recomendações sobre a sua potencial realização ou não. Com base nisto, o Chefe de Divisão Regional emite e assina um ofício que se destina aos requerentes, dando parecer favorável ou desfavorável à realização das atividades ou pedido de licenças.

7. Análise dos Dados

Enumerados os critérios de análise e de que forma foram registados os dados retirados dos pareceres, segue-se a análise dos mesmos, conseguida através da exportação de gráficos demonstrativos da realidade existente ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019 nas AP's da região Norte sob alçada do ICNF.

Esta análise será efetuada partindo de uma perspetiva geral para uma mais individualizada e aprofundada, consoante a AP. Os primeiros dados serão globais, permitindo ter uma visão mais abrangente da realidade vivida durante os 3 anos em estudo, passando, de seguida, por uma análise mais detalhada, nomeadamente ao nível de cada AP, ano, tipo de atividade, concelho, entre outros.

7.1. Dados globais – volume de procura

De forma a iniciar a análise dos dados retirados dos pareceres, começa-se por referir que o total dos mesmos foram 1.107, somando os dados das 5 AP's, ao longo dos 3 anos.

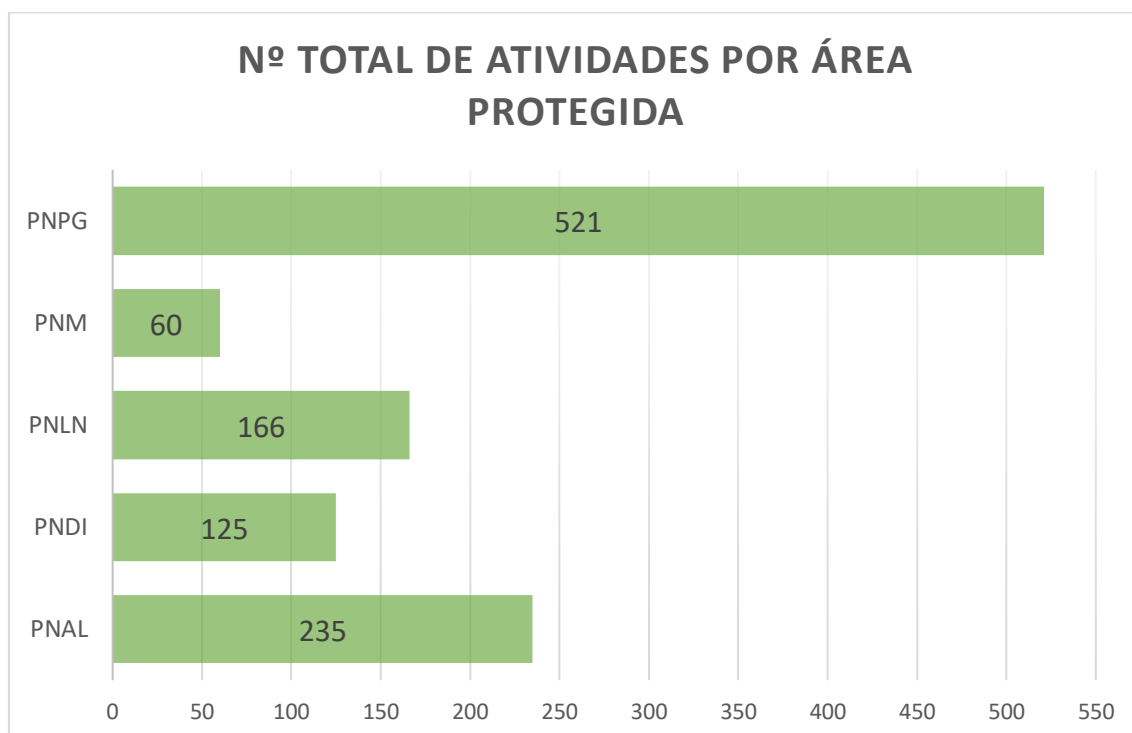


Figura 13 - Nº Total de Atividades no conjunto dos 3 anos

Como é possível observar, o PNPG representa praticamente metade do nº total de pareceres, uma vez que é o único Parque Nacional no país e o local onde existe mais dinâmica a nível turístico. Para além disto, o facto de ser uma área mais exigente ao nível de autorizações e licenças, faz com que haja mais pedidos por parte das entidades ou

indivíduos, sob pena de serem multados/punidos pelas entidades responsáveis. De seguida, verifica-se maior nº de pareceres pedidos no Parque Natural do Alvão, seguido do Parque Natural do Litoral Norte e do Parque Natural do Douro Internacional. Por fim, com significativamente menor nº de pareceres, o Parque Natural de Montesinho, justificando-se o facto de ser uma área mais “exigente” ao nível das autorizações e um local mais descentralizado a nível de turismo e dinâmica por parte das entidades ligadas ao turismo/animação.

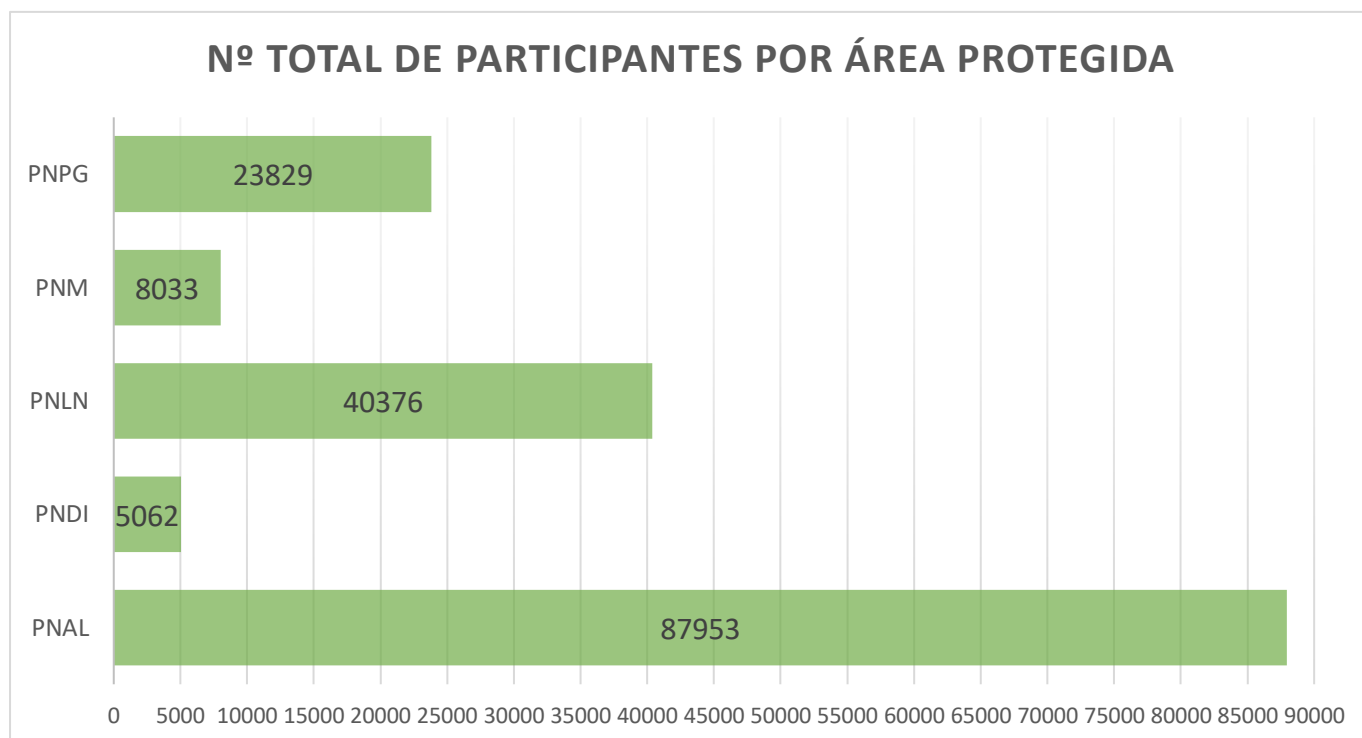


Figura 14 - Total de Participantes por AP no conjunto dos 3 anos

Através da análise da figura 14, concluímos que, relativamente aos dados obtidos, ao longo dos 3 anos houve um total de 165 253 participantes em atividades nas 5 AP's da região Norte. Contudo, é fundamental salientar que estes dados só são obtidos através dos pareceres que contêm efetivamente informação. Por outras palavras, os pareceres que não continham informação sobre o nº de participantes efetivo ou previsto, não integram a análise ao gráfico acima, o que pode levar a uma desvirtualização da realidade resultante da falta de dados aquando da realização deste estágio.

Tendo por base esta condicionante, podemos observar que, claramente, o PNAL representa a maior “fatia” no que ao nº de participantes diz respeito. Isto justifica-se pela “obrigatoriedade” por parte do técnico responsável pela área relativamente a este ponto,

fornecendo, inclusivamente, uma ficha de elaboração própria onde este campo consta e que é, efetivamente, de preenchimento obrigatório.

De seguida, segue-se o PNLN, com cerca de 40 000 participantes, sendo que uma das razões é o elevado nº de trails e corridas pedestres que ocorrem nesta área. O PNPG, em face do nº elevado de pareceres, surge em 3º uma vez que a grande maioria das atividades são feitas de forma individualizada ou em pequenos grupos, principalmente ao nível dos passeios pedestres.

Por fim, o PNM e o PNDI constituem o restante de participantes, com um número mais reduzido em face das suas especificidades e das atividades nessas áreas realizadas.

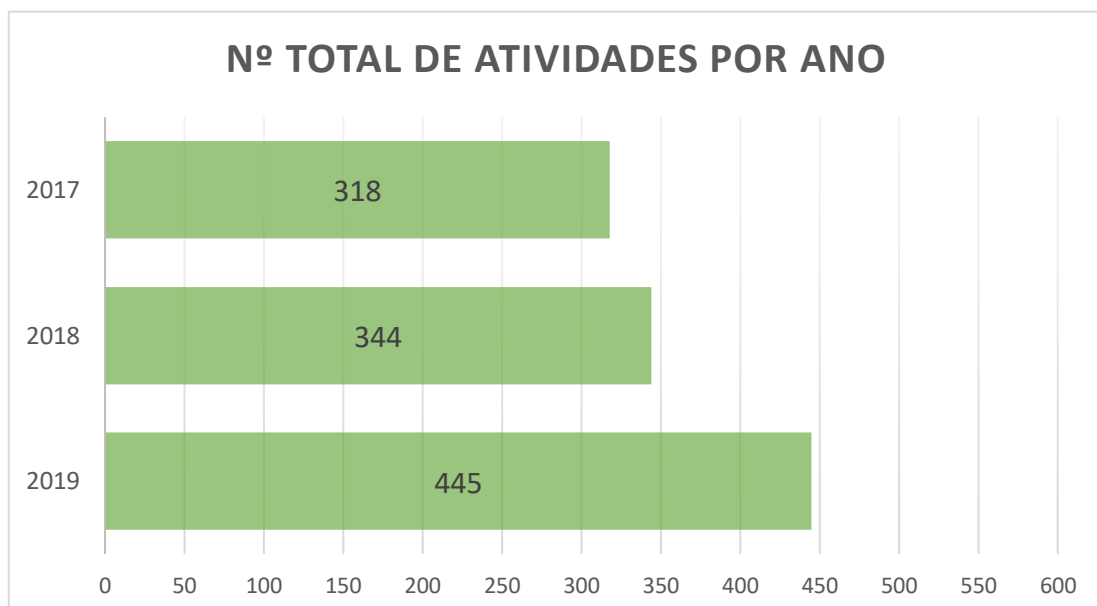


Figura 15 - Total de Atividades por ano

Este gráfico demonstra uma evolução crescente no número de atividades realizadas nas AP's ao longo dos 3 anos em estudo. Deste modo podemos concluir que o Turismo Outdoor tem vindo a ganhar cada vez mais importância uma vez que o contacto com a Natureza é cada vez mais uma prioridade para o turista e população em geral.

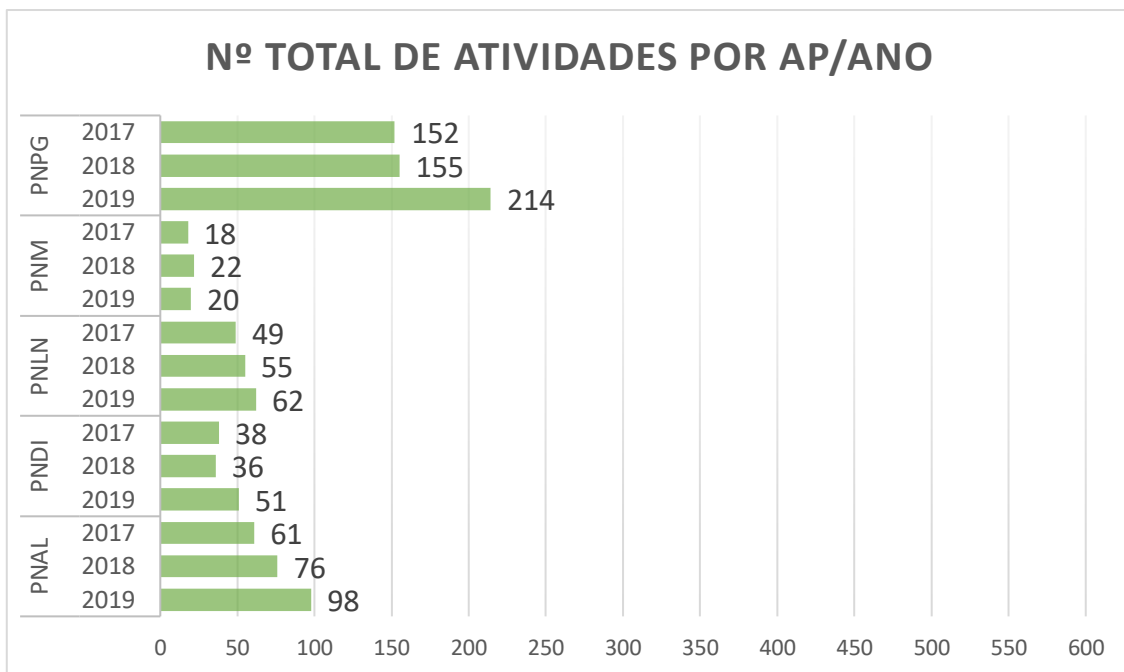


Figura 16 - Total de Atividades por AP/Ano

No seguimento do gráfico anterior, encontramos neste um maior detalhe do nº de atividades, nomeadamente especificando por AP e com o respetivo ano. Destacam-se como os maiores aumentos o PNPG, de 2018 para 2019 e o PNAL com uma grande evolução entre 2017 e 2019. Por outro lado, o PNM apresentou um número estável de atividades, chegando mesmo a diminuir de 2018 para 2019.

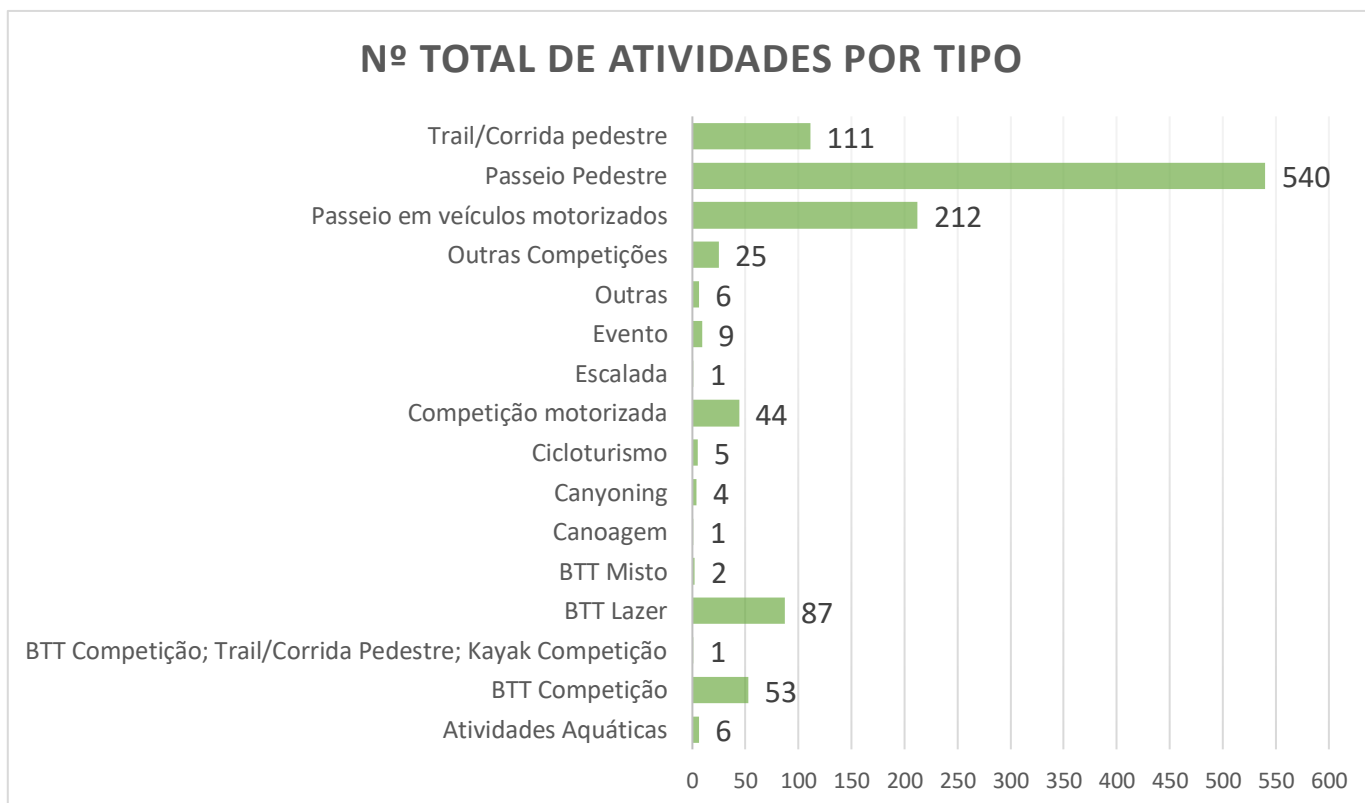


Figura 17 - Total de Atividades por tipo, no conjunto dos 3 anos

No que toca ao tipo de atividade, a que apresenta maior expressão, fruto de ser a mais comum e em grande parte representada no PNPG, são os passeios pedestres, na sua maioria individuais ou em pequenos grupos. Aqueles que possuem muitos participantes são, normalmente, organizados por associações e clubes, como será analisado posteriormente.

Numa segunda linha, surgem os trails/corridas pedestres e, numa terceira, os passeios em veículos motorizados, uma grande aposta por parte das associações e clubes que pretendam ganhar algum rendimento através da organização destes eventos e que juntam, habitualmente, centenas de participantes. No caso dos passeios em veículos motorizados é necessária uma forte explicação do percurso e ponderação por parte do ICNF, de modo a não prejudicar e danificar a paisagem.

Em quarto lugar, as atividades com mais destaque são as que se relacionam com o uso da bicicleta, seja em competição seja em lazer.

Por fim, as restantes atividades elencadas apresentam pouca expressão uma vez que representam pedidos pontuais, ou seja, o gráfico não inclui as atividades desenvolvidas pelas empresas que pedem licenças, sendo as mesmas enviadas ao ICNF através de relatórios semestrais. Infelizmente, segundo os técnicos responsáveis pelas AP's, esses relatórios não são uma realidade constante e reconhecem que isso deveria ser mais fiscalizado e controlado.

De seguida, será efetuada uma análise mais detalhada dos dados do gráfico anterior, consoante a AP.

7.2. Dados individuais – análise em detalhe

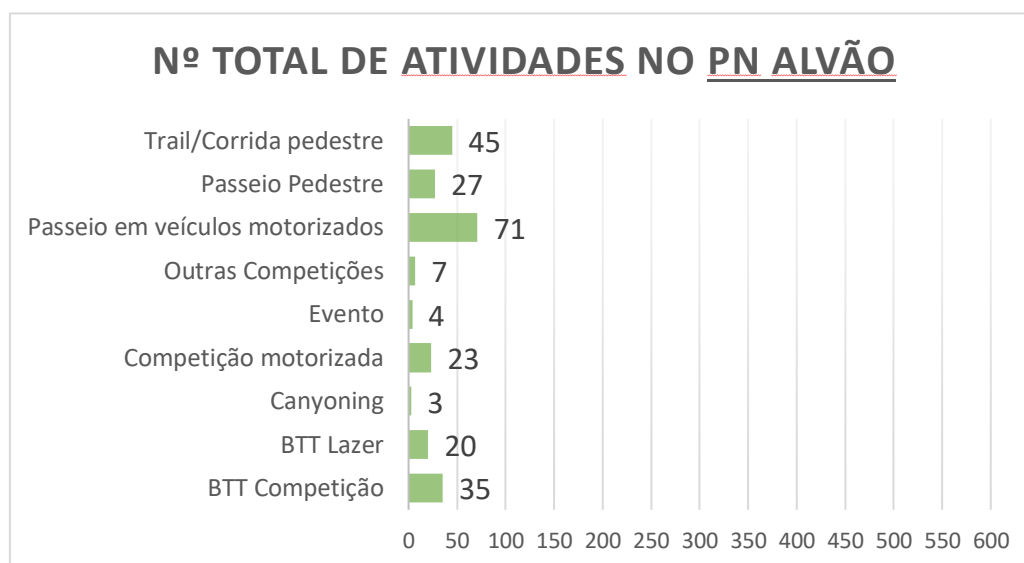


Figura 18 - Total de atividades no PNAL (3 anos)

No PNAL, verificamos que a maioria dos pareceres solicitados se referem a passeios em veículos motorizados, seguindo-se os trails/corridas pedestres. Numa segunda fase, surgem as atividades de BTT (competição/lazer) e os passeios pedestres.

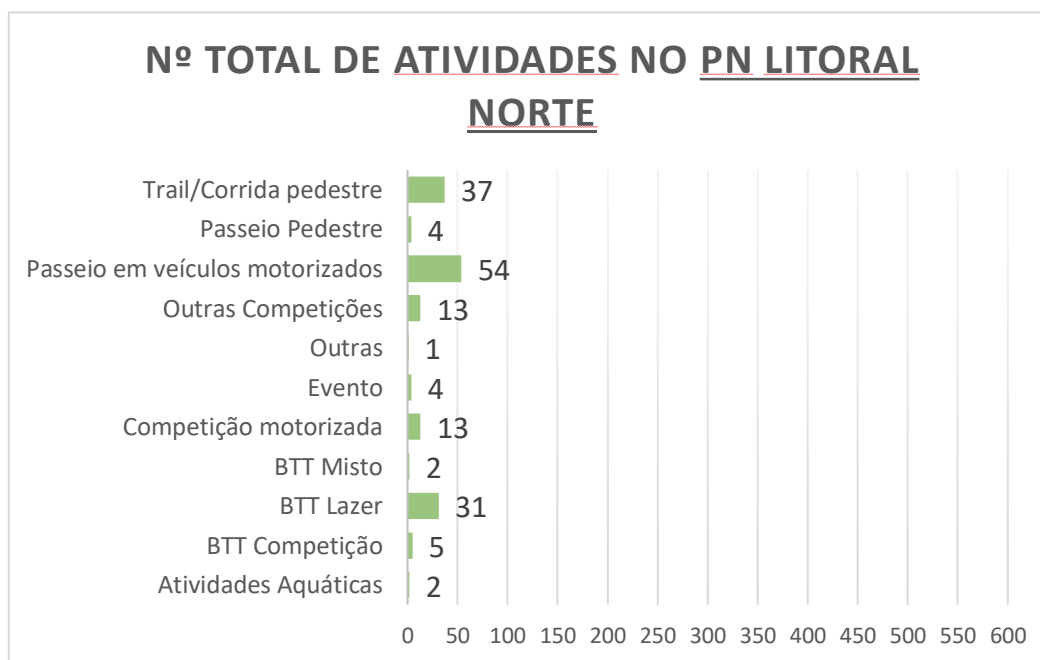


Figura 19 - Total de atividades no PNLN (3 anos)

No que diz respeito ao PNLN, ao longo dos 3 anos, a maioria dos pareceres também seguiram a tendência dos passeios em veículos motorizados, surgindo os trails/corridas pedestres em segundo lugar. Também surgiram vários pedidos para atividades de BTT nas suas várias vertentes. Importa destacar a forte aposta em competições na área

respeitante a esta AP, nomeadamente as pedestres, motorizadas e outras, tais como as que se realizam em meio aquático e junto ao mar (ex: praias).

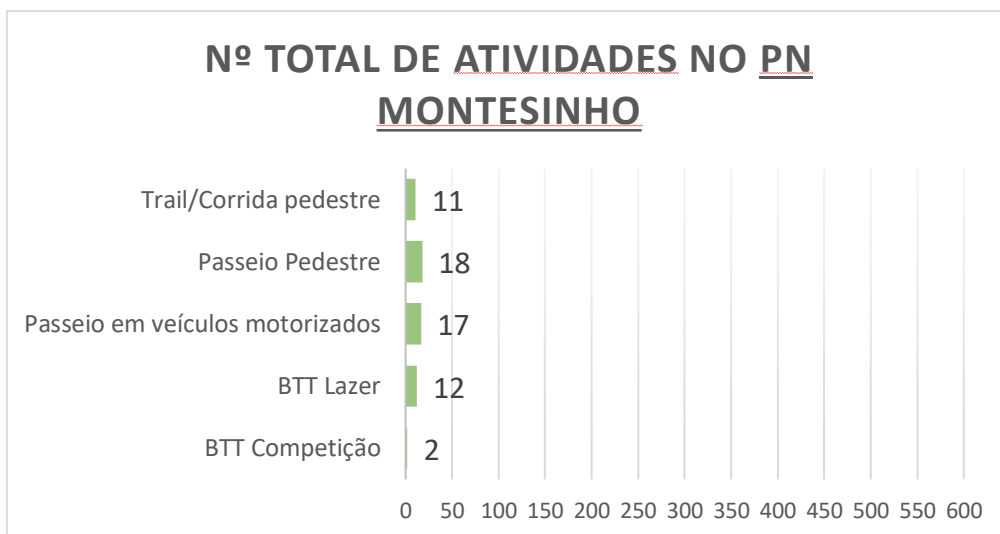


Figura 20 - Total de atividades no PNM (3 anos)

O PNM possui o nº mais reduzido de pareceres do conjunto das AP's. Assim, verificamos que o tipo de atividades é relativamente equilibrado, não se destacando nenhuma em particular.

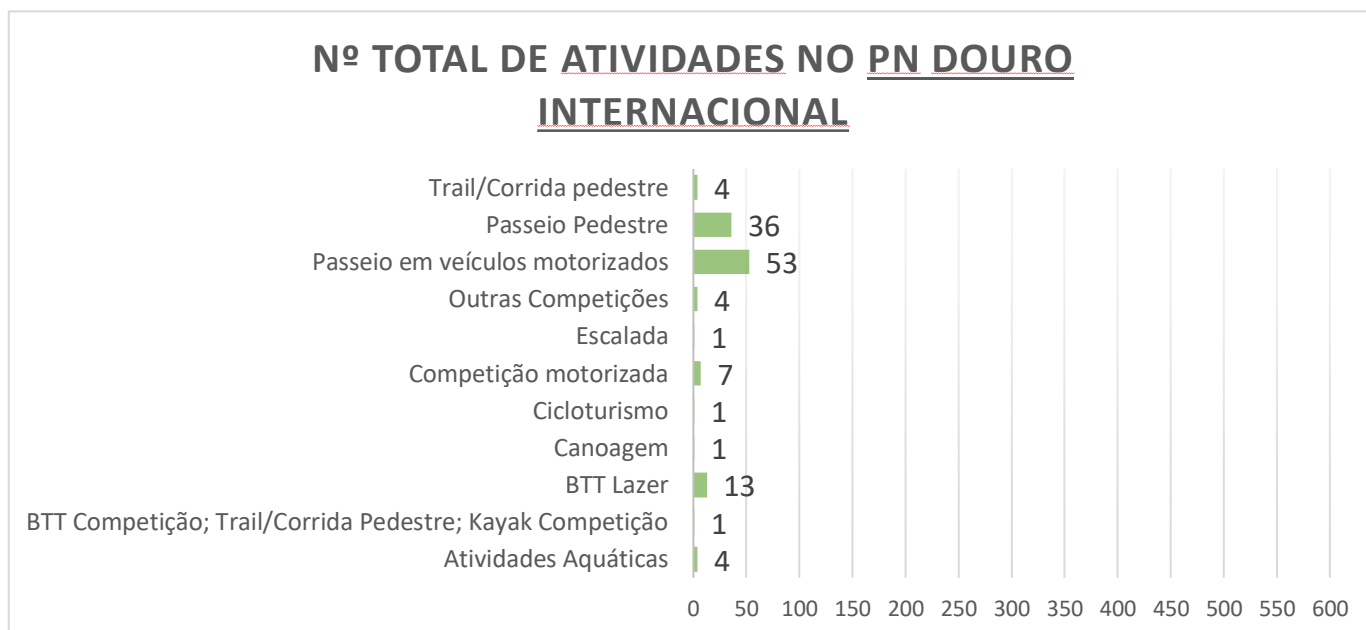


Figura 21 - Total de atividades no PNDI (3 anos)

No que toca ao PNDI, destacam-se, mais uma vez, os passeios em veículos motorizados e os passeios pedestres. As outras atividades apresentam menor expressão, mas é possível verificar uma variedade relativamente ao tipo de atividade, como são exemplos a escalada, canoagem ou kayak.

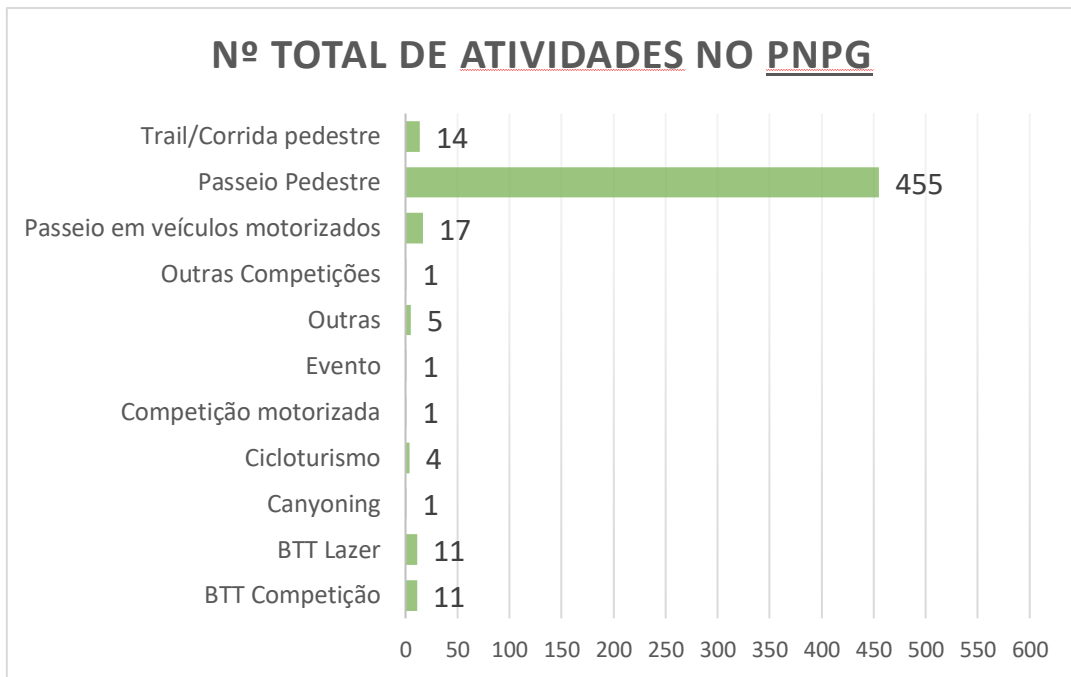


Figura 22 - Total de atividades no PNPG (3 anos)

Por fim, a análise ao PNPG permite-nos verificar uma clara supremacia dos passeios pedestres, destacando-se que na maioria são em contexto individual ou com grupos muito reduzidos. As restantes atividades acabam por ter menor expressão uma vez que são inúmeras as empresas que trabalham no PNPG e cujos dados não estão contidos neste gráfico.

7.2.1. Análise aos participantes

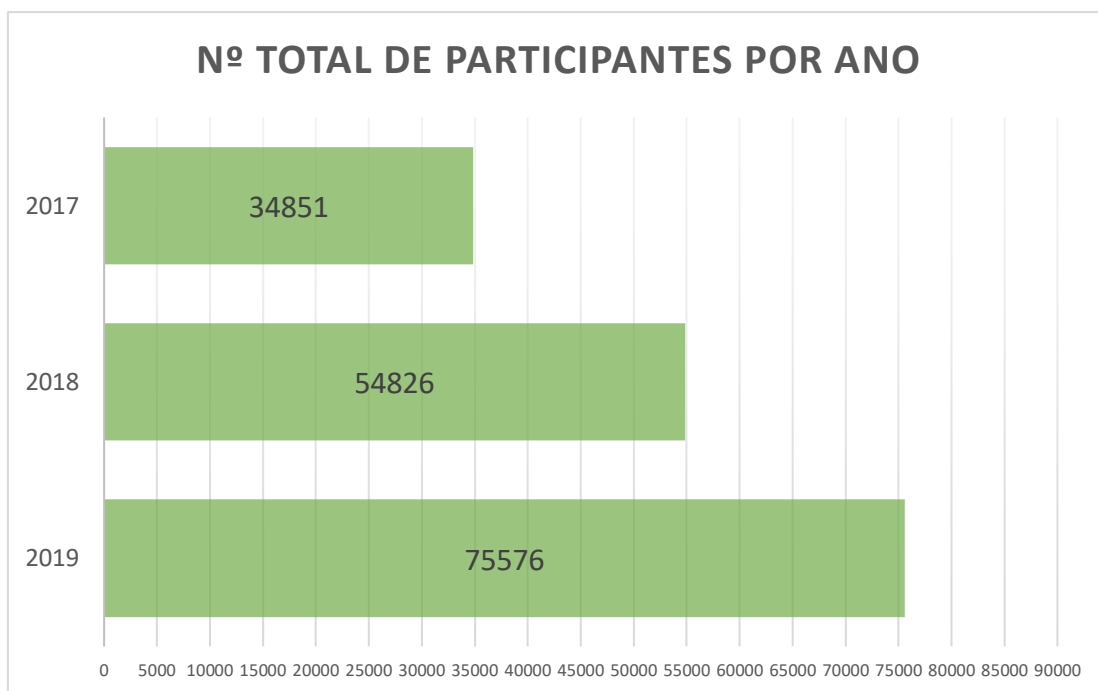


Figura 23 - Total de participantes por ano

A análise aos participantes, contendo os dados de todas as AP's, ao longo dos 3 anos permite concluir que houve uma evolução constante, sendo que de 2017 para 2019 o valor duplicou.

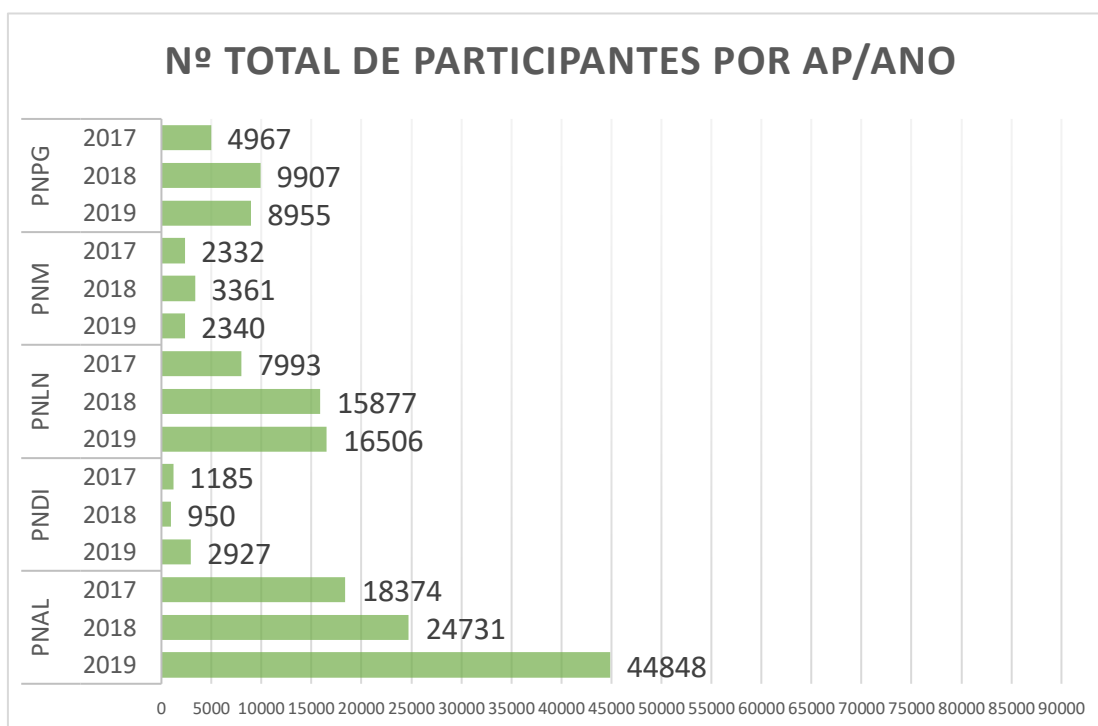


Figura 24- Total de participantes por AP/Ano

Este gráfico permite analisar o nº de participantes por ano em cada AP. É possível observar que no PNAL e PNLN a evolução foi crescente. Por outro lado, as restantes

AP's não possuem este crescimento, apesar de, no caso do PNDI, o valor de 2018 para 2019 quase ter triplicado.

O grande destaque vai para a evolução no PNAL de 2018 para 2019, com quase o dobro do nº de participantes.

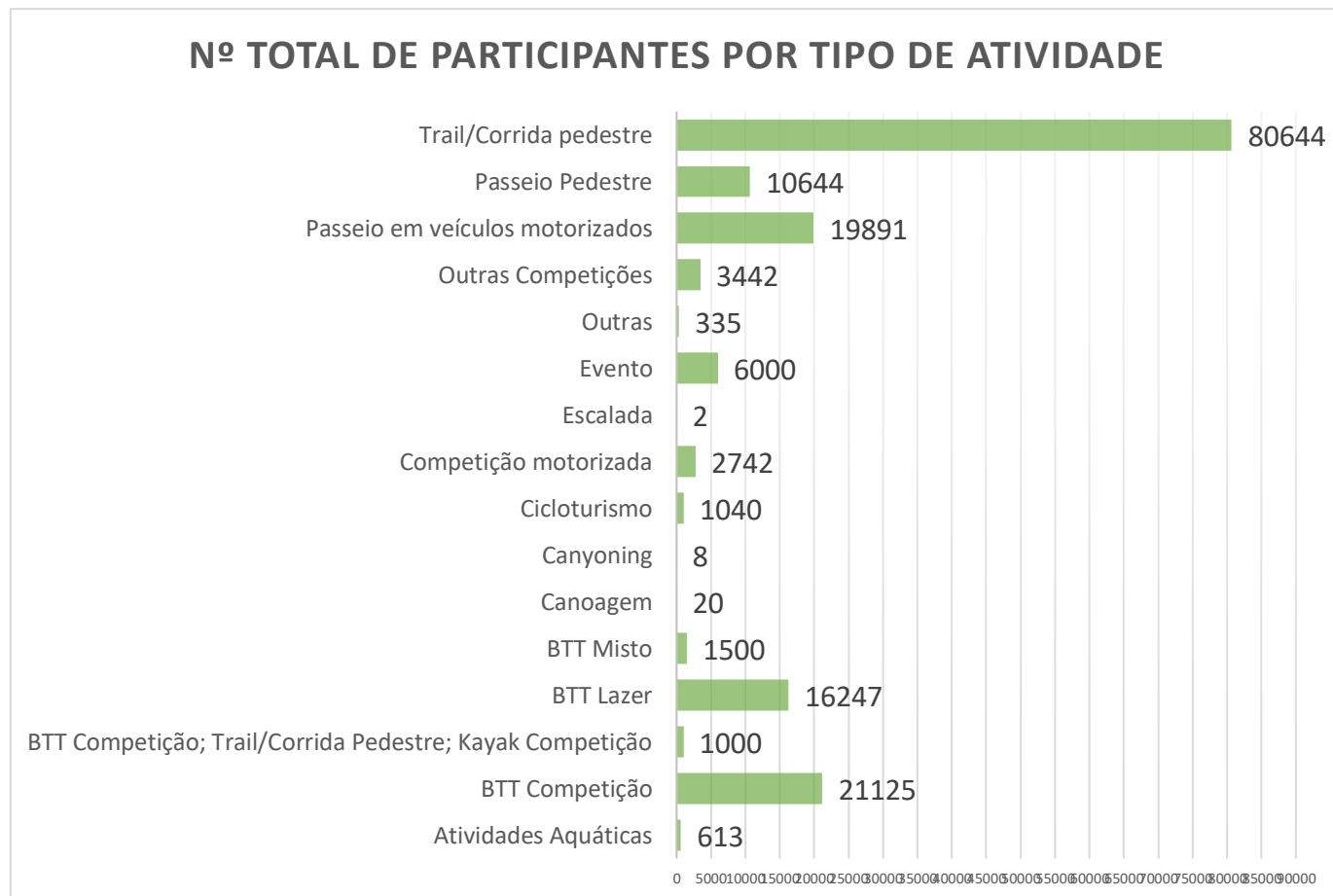


Figura 25 - Total de participantes por atividade (3 anos)

Através da análise do nº total de participantes, ao longo dos 3 anos, por tipo de atividade, é possível verificar a discrepância dos trails pedestres relativamente às outras atividades, por razões óbvias, uma vez que estes eventos costumam reunir milhares de pessoas. Ainda assim, importa destacar a dinâmica que estas competições geram em torno dos locais onde se realizam, uma vez que, além do nº de participantes, mais gente se envolve em torno dos eventos, o que se traduz em milhares de pessoas que visitam as regiões e os espaços por onde estes percursos passam.

Numa segunda linha surgem os participantes em competições de BTT, que também costumam ser significativos, tal como nas atividades de bicicleta por motivos de lazer.

Em terceiro lugar, surgem os passeios em veículos motorizados e os passeios pedestres, que pelo nº elevado de pareceres também representa uma importante “fatia” no que aos participantes diz respeito.



Figura 26 - Total de participantes no PNAL (3 anos)

Quanto ao nº de participantes no PNAL, ao longo dos 3 anos, seguindo a lógica global anterior, o maior valor é verificado nos trails/corridas pedestres, seguido dos passeios em veículos motorizados. Seguem-se as atividades em bicicleta, os passeios pedestres e as competições motorizadas.

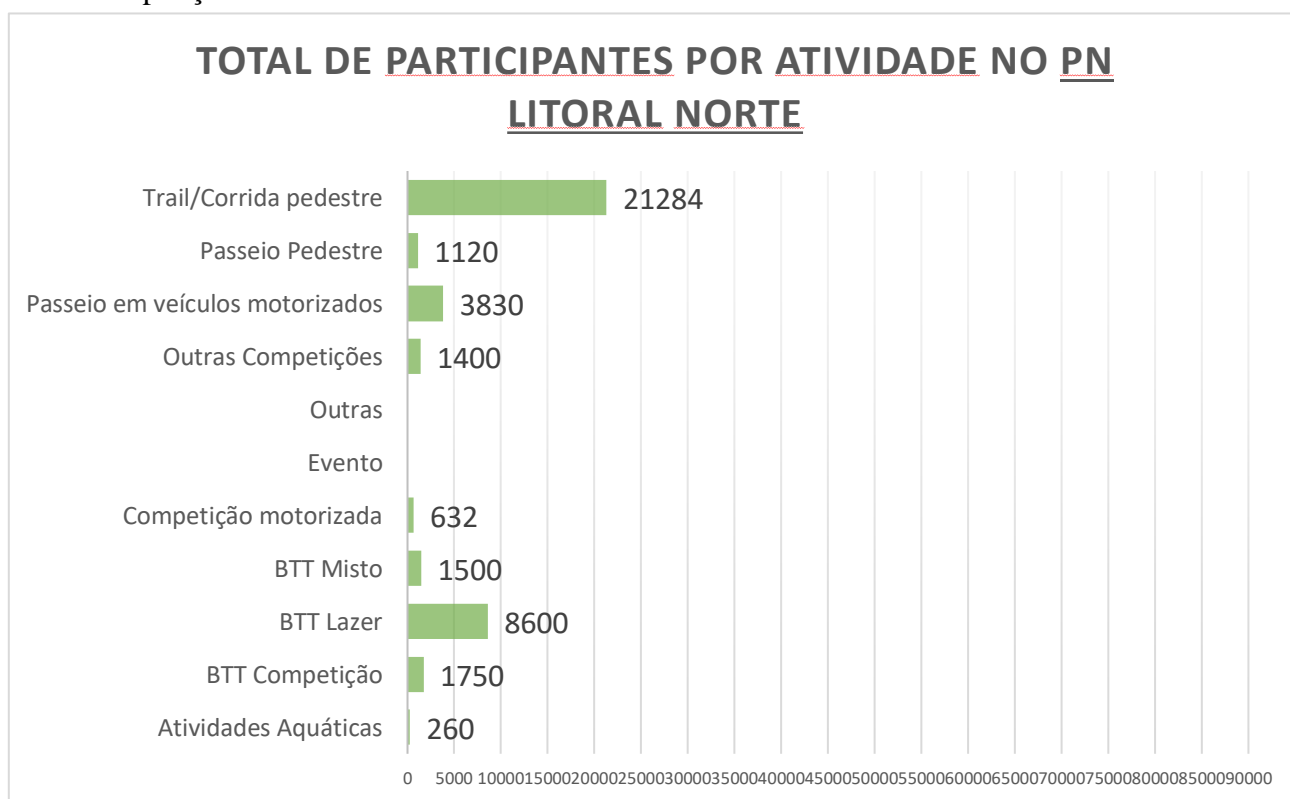


Figura 27 - Total de participantes no PNLN (3 anos)

O PNLN segue a mesma lógica anterior relativa aos trails pedestres, destacando-se, em segundo lugar, a aposta nas atividades de BTT em lazer.

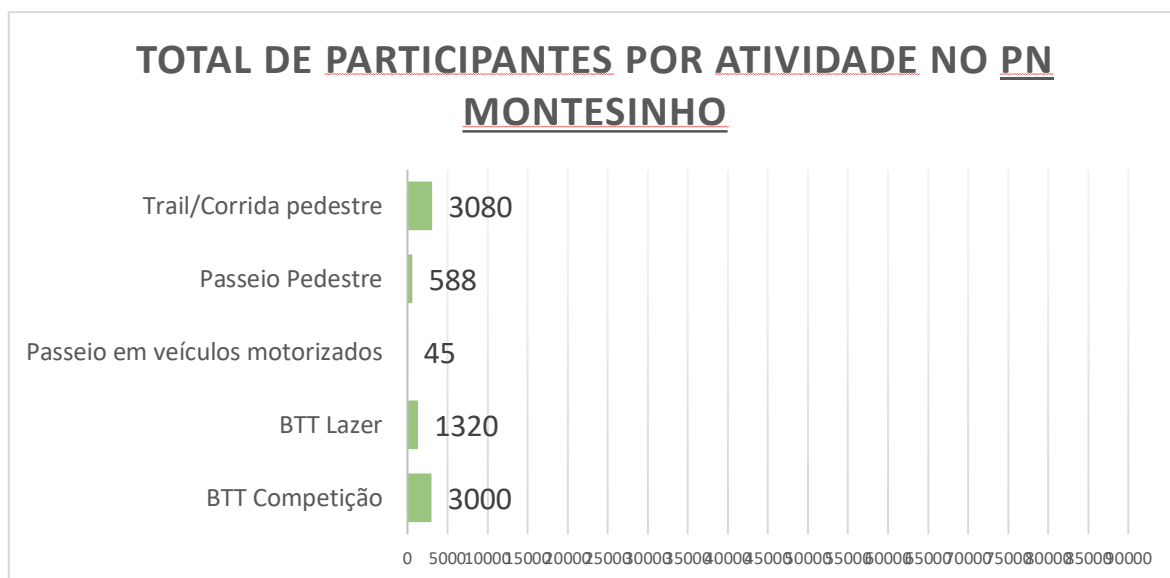


Figura 28 - Total de participantes no PNM (3 anos)

O PNM apresenta um nº de participantes superior em atividades ligadas ao BTT, seguindo-se os trails pedestres e, por fim, os passeios pedestres.



Figura 29 - Total de participantes no PNDI (3 anos)

Na análise ao nº de participantes por atividade no PNDI, é possível verificar que não há nenhuma que se destaque das outras. Mesmo assim, o maior nº ocorre nos passeios em veículos motorizados e numa atividade mista que continha competição de BTT, trail pedestre e competição de kayak, tendo juntado 1000 pessoas.

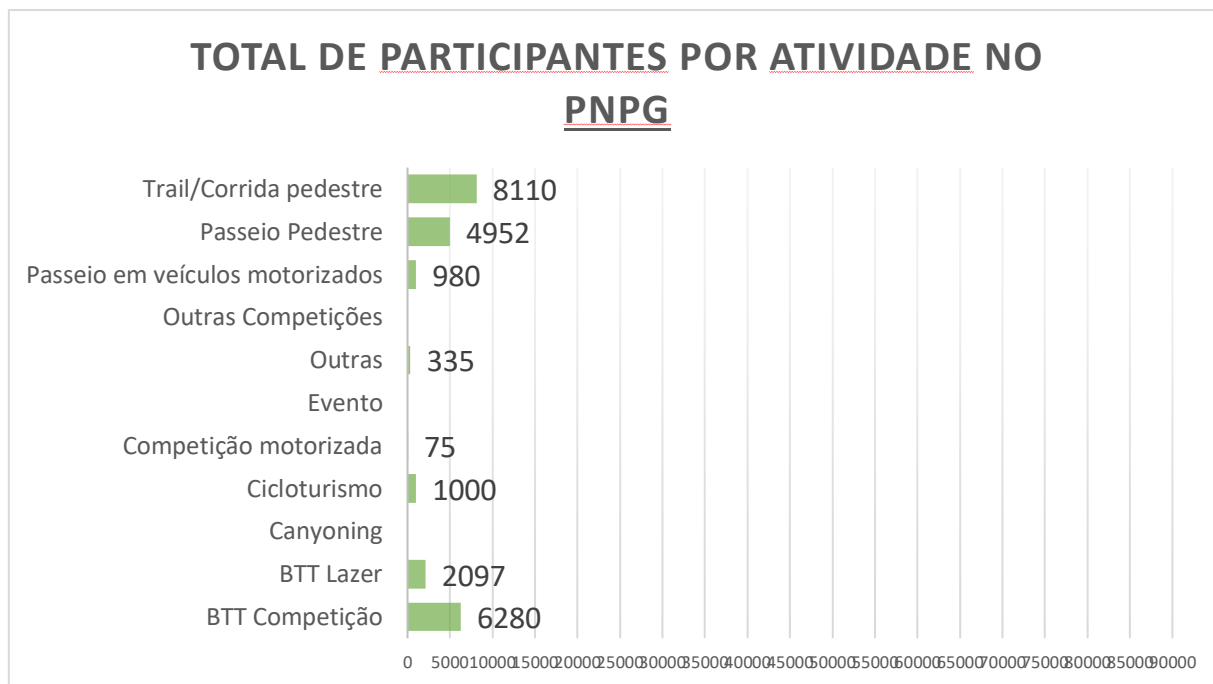


Figura 30 - Total de participantes no PNPG (3 anos)

A análise ao PNPG permite concluir que, apesar do nº enorme de passeios pedestres realizados, esta atividade não representa a maior participação ao longo dos 3 anos em estudo. Assim, destacam-se os trails pedestres, sendo que alguns dos maiores do país até se realizam nesta AP, seguindo-se as atividades em BTT e os passeios pedestres.

7.2.2. Outros dados relevantes

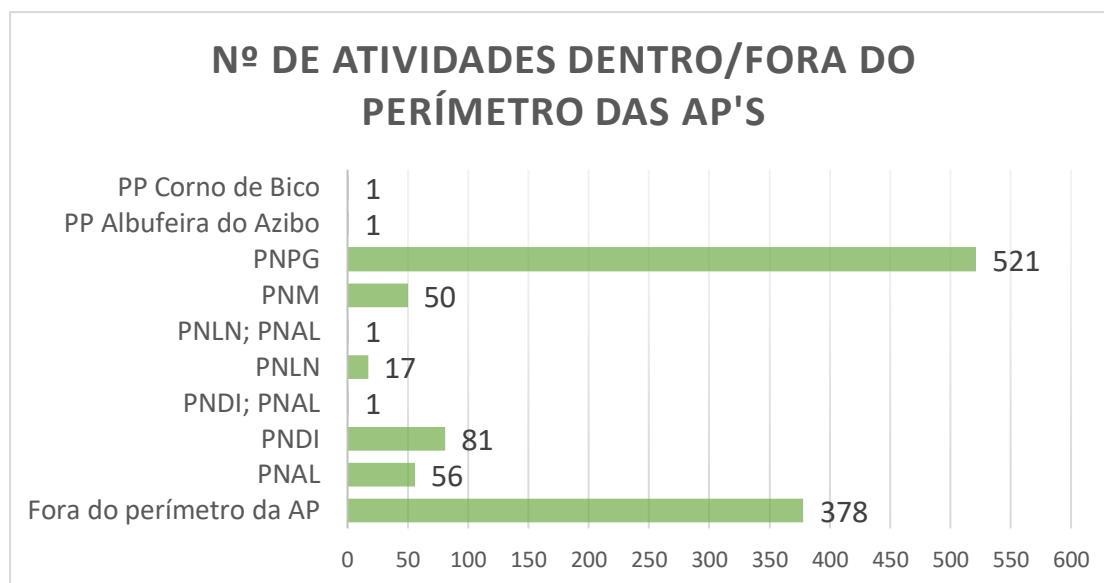


Figura 31 - Atividades Dentro/Fora das AP's

Este gráfico, onde se integra o total de atividades ao longo dos 3 anos, traduz se os percursos das mesmas passam pelo perímetro correspondente às AP's ou não. Neste sentido, verificamos que, no caso do PNPG, todas as atividades se desenrolam no perímetro correspondente ao parque nacional. Nas restantes situações, observa-se que no PNDI, no PNAL e no PNM ocorrem atividades no seio das AP's com bastante frequência, ao contrário do PNLN uma vez que este apresenta uma área quase na sua totalidade costeira apesar de receber diversos pareceres correspondentes à zona circundante. Verifica-se, também, que em duas situações há atividades que atravessam mais do que uma AP. Por fim, é de destacar a presença de dois pareceres referentes às Paisagens Protegidas de Corno de Bico e da Albufeira do Azibo que, embora não seja da competência do ICNF a sua autorização, foi solicitada a sua utilização por parte dos requerentes.

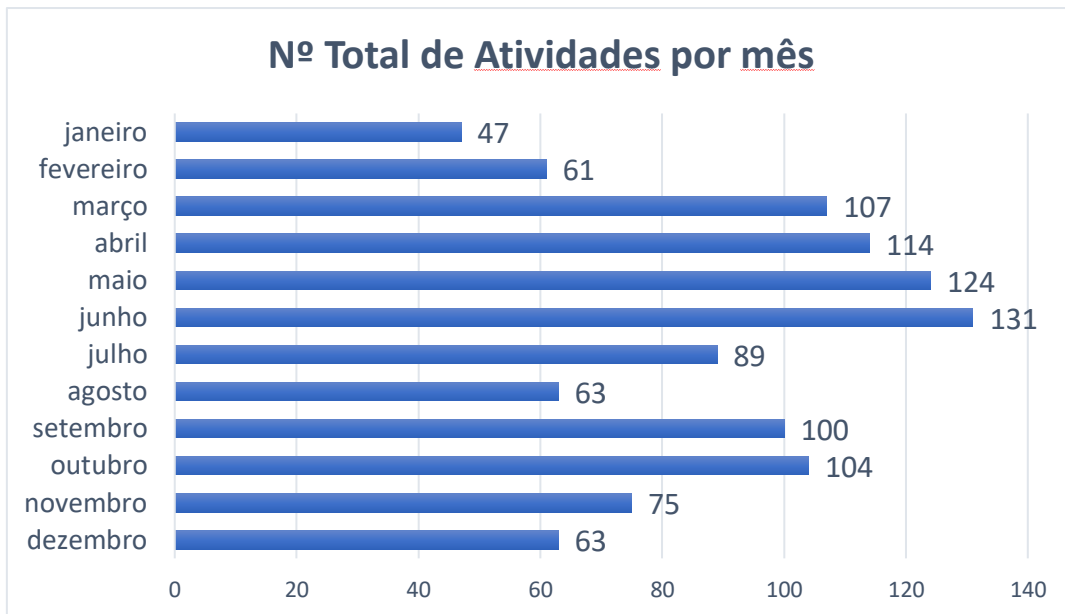


Figura 32 - Total de atividades por mês (3 anos)

Analisando o gráfico, podemos verificar que, somando o total de atividades ao longo dos três anos, a maior afluência por parte dos visitantes ocorre entre março e junho, ocorrendo uma ligeira descida que depois recupera nos meses de setembro e novembro.

Podendo, numa primeira fase, parecer estranho o nº de atividades diminuir nos meses de férias e verão (julho e agosto), importa notar que isto se deve ao facto de serem alturas de temperaturas mais altas e secas, o que não abona a favor dos visitantes e praticantes de atividades em meio natural. Os meses com temperaturas mais amenas são os mais procurados uma vez que são mais agradáveis e permitem um esforço físico mais saudável e com menos riscos de insolação e desidratação.

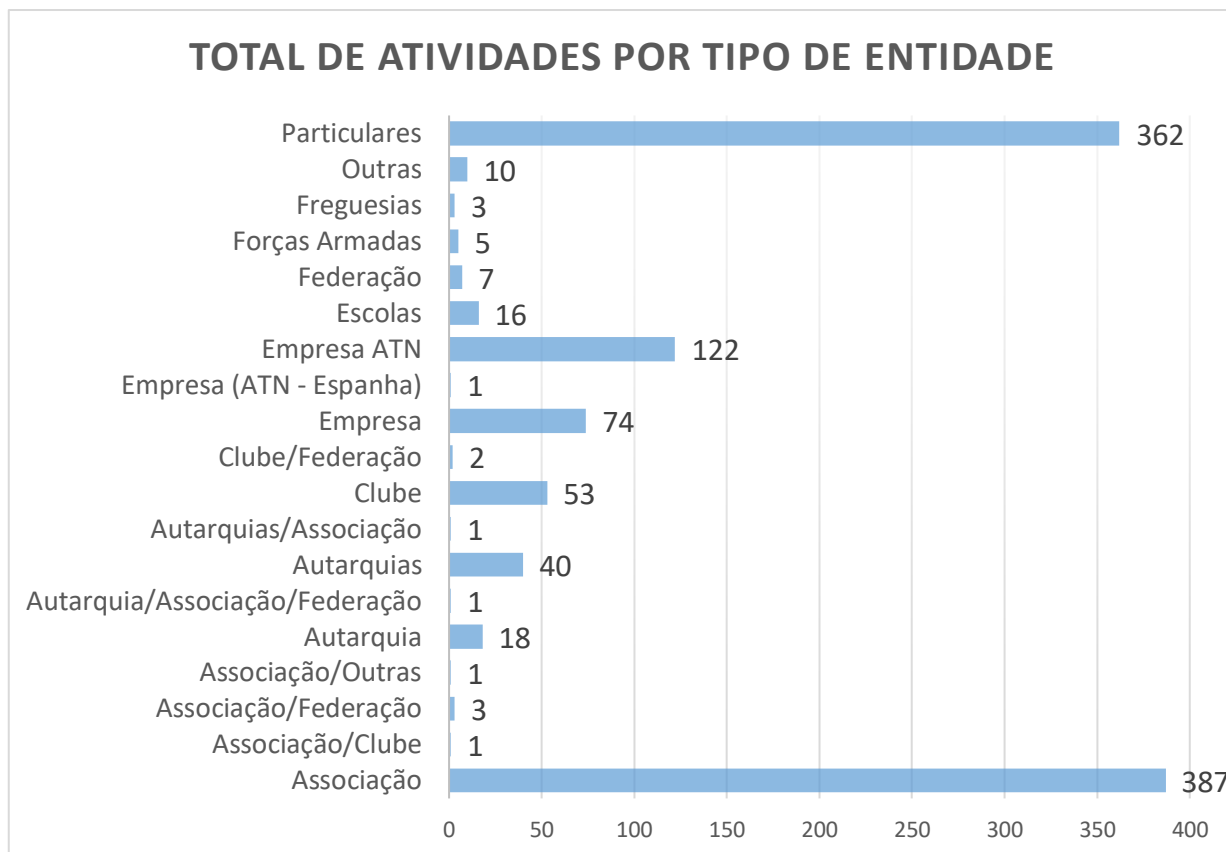


Figura 33 - Total de atividades por tipo de entidade (3 anos)

Este gráfico demonstra, ao longo dos 3 anos em estudo, o nº total de atividades em todas as AP's consoante o tipo de entidade requerente. Verifica-se um domínio das associações, sejam elas desportivas, culturais, sociais ou empresariais, seguido dos pareceres a título particular, onde se incluem as atividades individuais ou em grupo, mas que sejam solicitadas a título pessoal/particular.

Em terceiro lugar surgem as empresas de animação turística, salientando-se que as mesmas requerem atividades das quais não estejam já descritas nas licenças semestrais/anuais que solicitam ao ICNF.

As empresas não turísticas também representam uma importante “fatia” dos pareceres pedidos, seguindo-se os clubes, as próprias autarquias (individualmente ou em conjunto com outros municípios) e as escolas.

7.2.3. Participantes por concelho

Passando agora à análise dos participantes por concelho, uma vez que o nº de concelhos é elevado, serão expostos aqueles que possuem maior representatividade em cada AP, permitindo verificar em que locais há uma maior procura/pressão turística e que tipo de atividades predominaram.

7.2.3.1. PNAL

Relativamente ao PNAL, o concelho com maior atividade a nível de visitantes foi o Peso da Régua, seguido de Vila Real e Mondim de Basto.

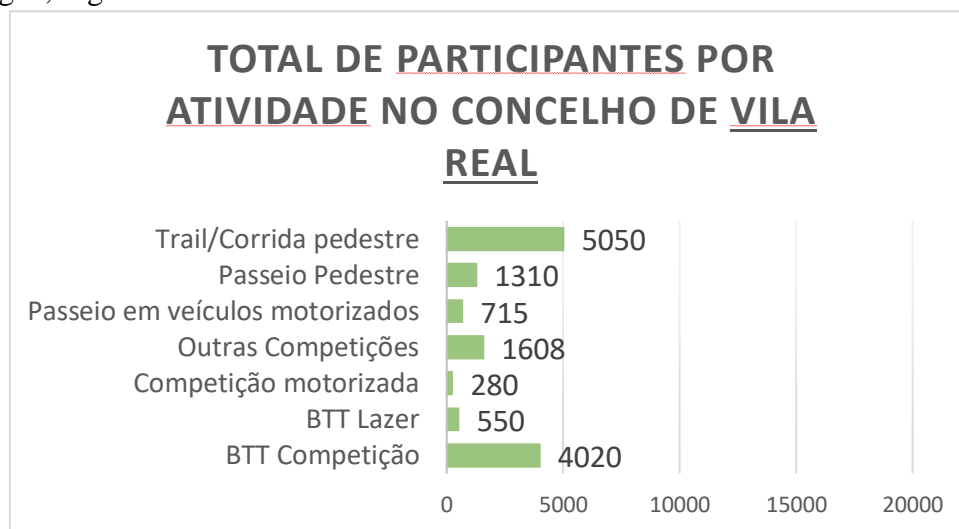


Figura 34 - Total de participantes Vila Real (3 anos)

TOTAL: 13 533

Em Vila Real destacam-se os participantes em eventos competitivos organizados tais como trails, competições de BTT entre outros. O mesmo se verifica no caso de Mondim de Basto, com semelhanças ao nível de participantes totais.

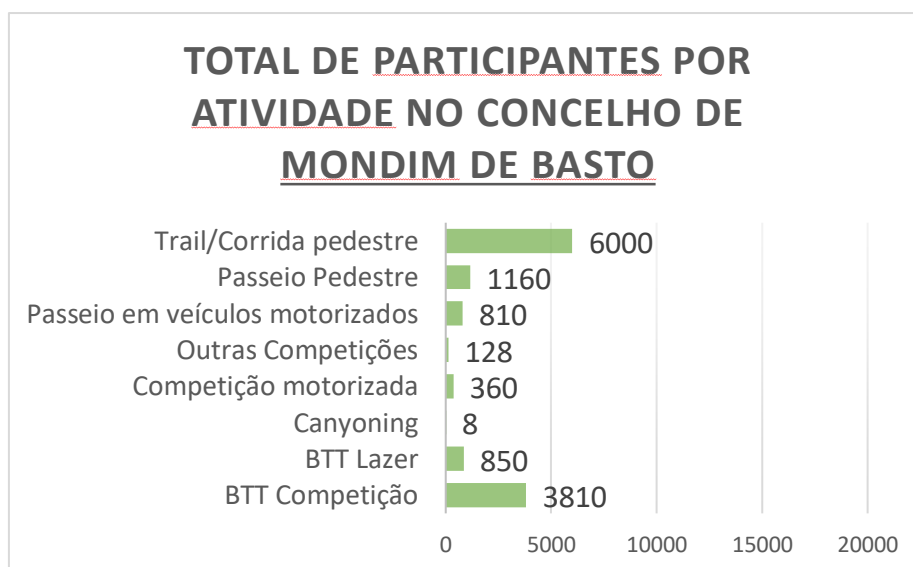


Figura 35 - Total de participantes Mondim de Basto (3 anos)

TOTAL: 13 126

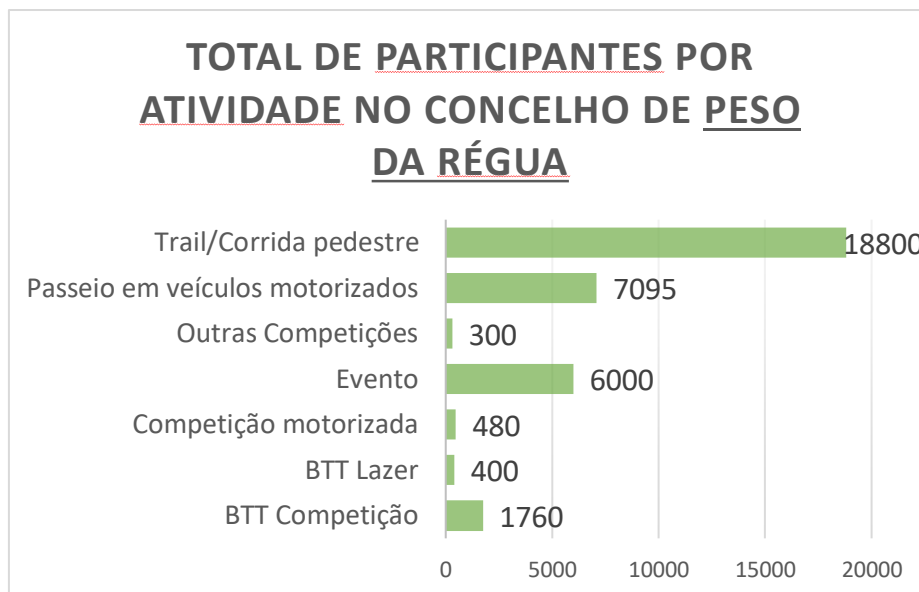


Figura 36 - Total de participantes Peso da Régua (3 anos)

TOTAL: 34 835

Tal como referido anteriormente, o Peso da Régua é o concelho com maior participação no PNAL, representando uma grande fatia ao que os trails pedestres diz respeito e, também, ao nível dos passeios motorizados. De destacar os 6000 participantes referentes a um evento, no caso um festival, que se realiza anualmente na área do PNAL e conta com cerca de 2000 participantes por ano.

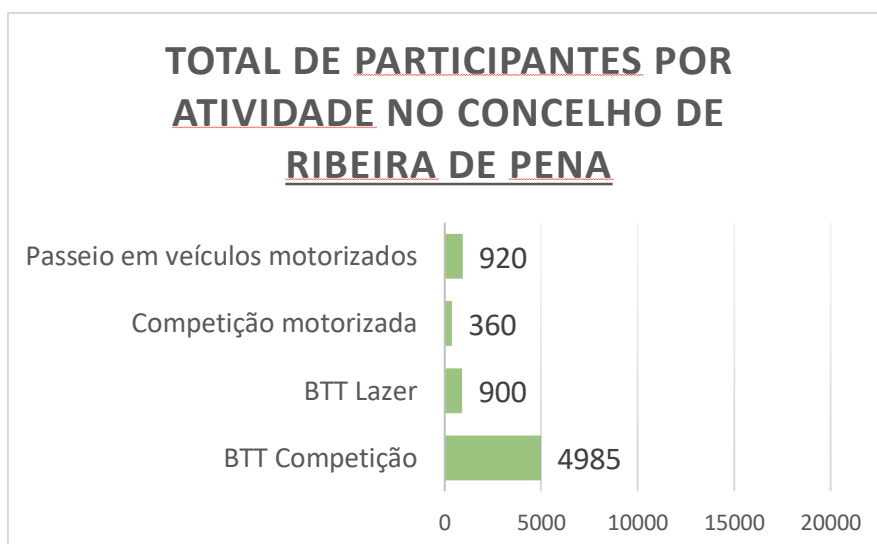


Figura 37 - Total de participantes Ribeira de Pena (3 anos)

TOTAL: 7 165

O concelho de Ribeira de Pena destaca-se, principalmente, pelos participantes em competições e passeios de BTT.

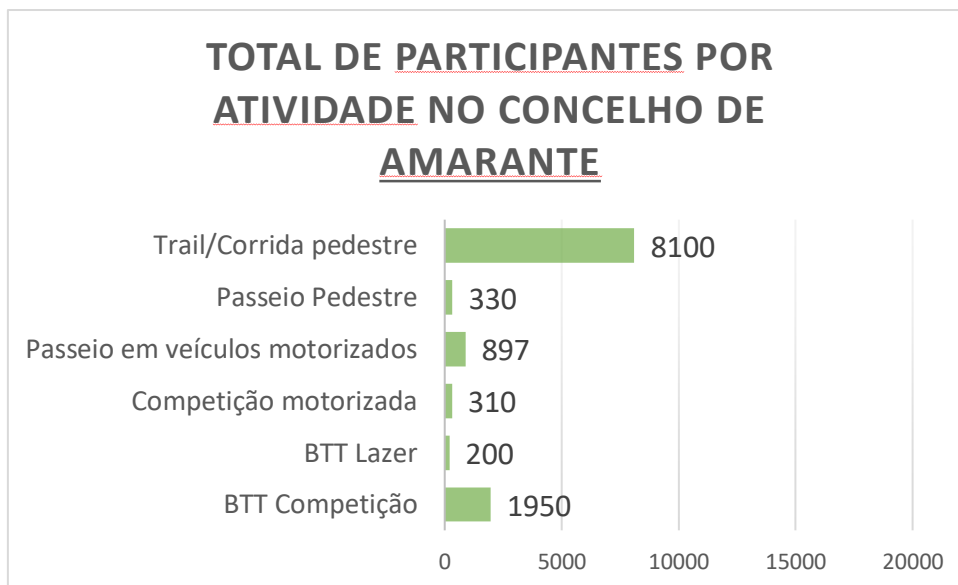


Figura 38 - Total de participantes Amarante (3 anos)

TOTAL: 11 787

O concelho de Amarante segue, também, a lógica do elevado número de participantes em trails e competições de BTT. O mesmo se sucede com Santa Marta de Penaguião, com um nº mais reduzido de participantes, porém com mais ao nível de competições de BTT.



Figura 39 - Total de participantes Santa Marta de Penaguião (3 anos)

TOTAL: 9 466

7.2.3.2. PNM

Relativamente ao PNM, a maioria da sua atividade ocorre no concelho de Bragança, uma vez que praticamente todo o parque se situa nesse município, a meias com Vinhais.

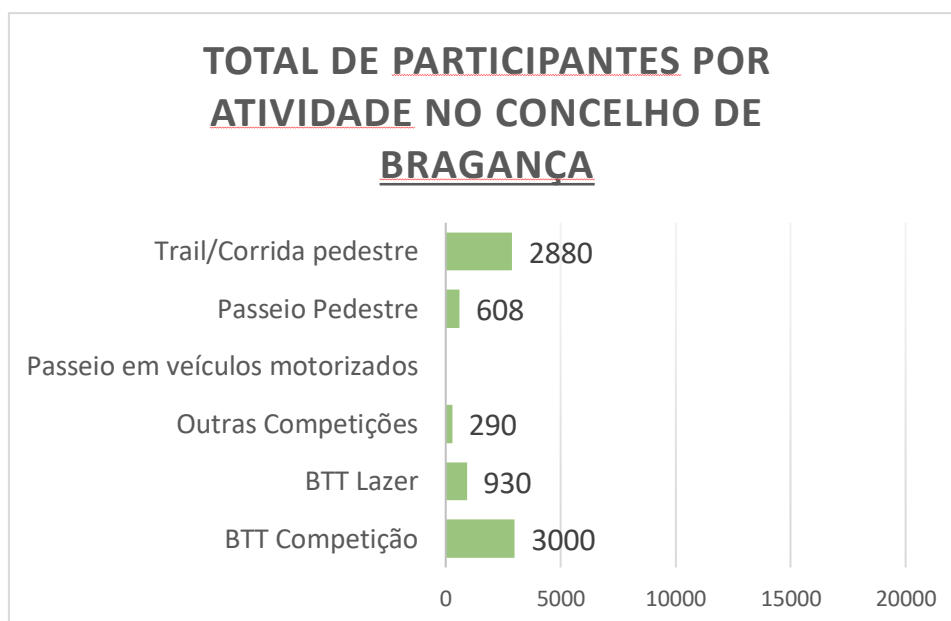


Figura 40 - Total de participantes Bragança (3 anos)

TOTAL: 7 708

Tal como referido anteriormente, o PNM possui a menor representatividade em comparação com as restantes AP's. Neste sentido, nota-se um nº mais reduzido de participantes em todos os concelhos, embora se destaquem as competições de BTT e os passeios de bicicleta.

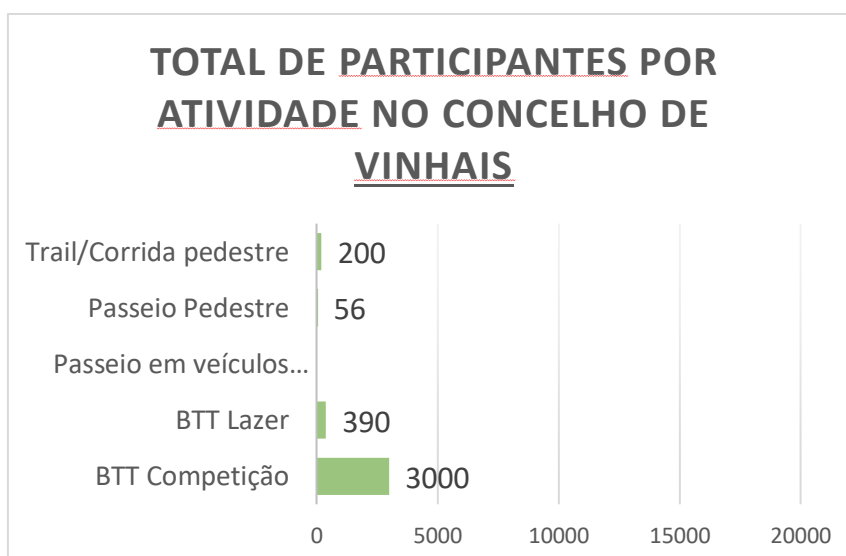


Figura 41 - Total de participantes Vinhais (3 anos)

TOTAL: 3 646

**TOTAL DE PARTICIPANTES POR
ATIVIDADE NO CONCELHO DE MACEDO
DE CAVALEIROS**

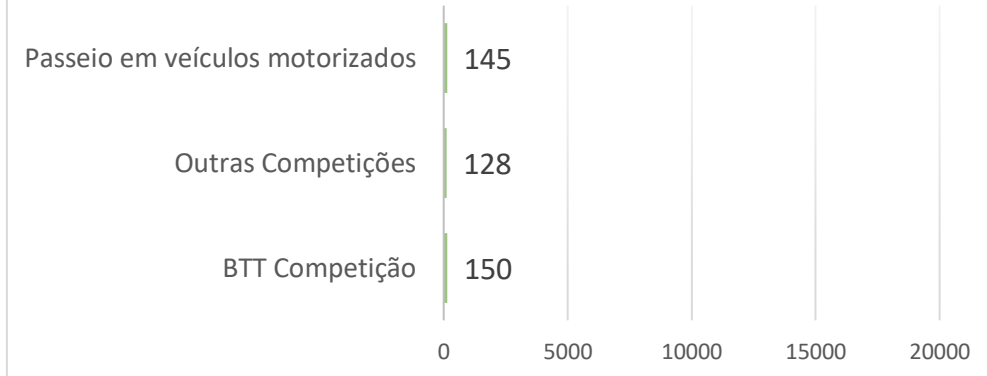


Figura 42 - Total de participantes Macedo de Cavaleiros (3 anos)

TOTAL: 423

7.2.3.3. PNDI

Quanto ao PNDI, embora a sua atividade seja reduzida, destaca-se Miranda do Douro como o concelho com mais dinâmica e visitantes.

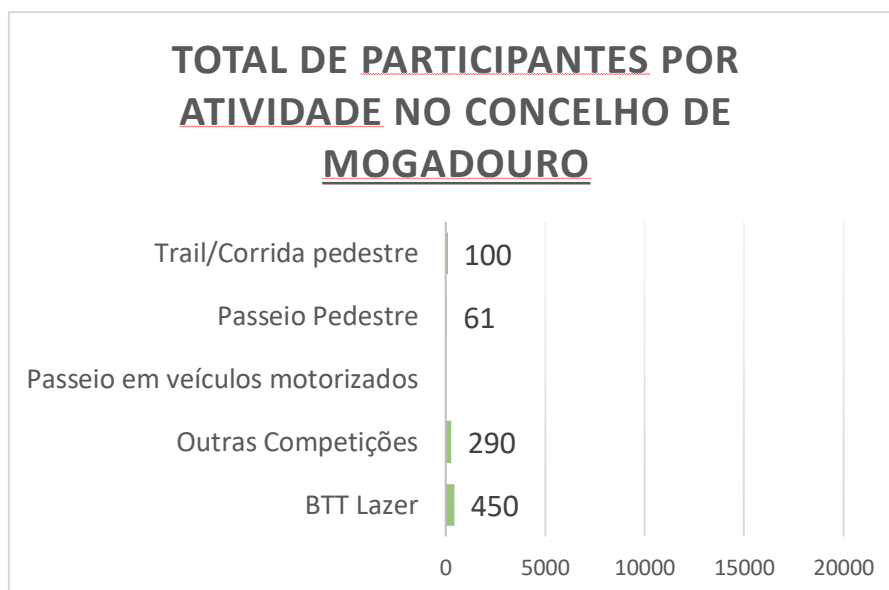


Figura 44 - Total de participantes Mogadouro (3 anos)

TOTAL: 901



Figura 43 - Total de participantes Miranda do Douro (3 anos)

TOTAL: 2 601

TOTAL DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

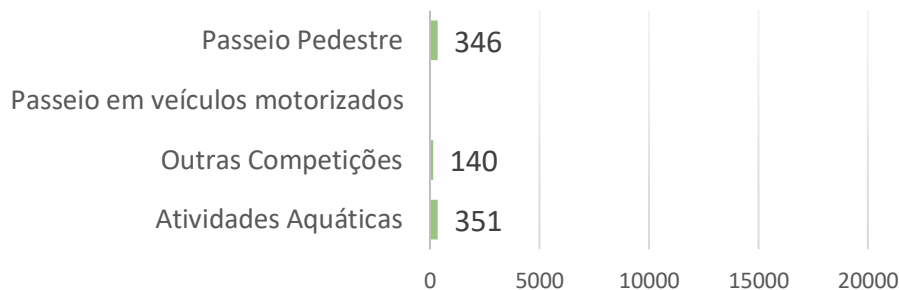


Figura 45 - Total de participantes Freixo de Espada à Cinta (3anos)

TOTAL: 837

TOTAL DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE NO CONCELHO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

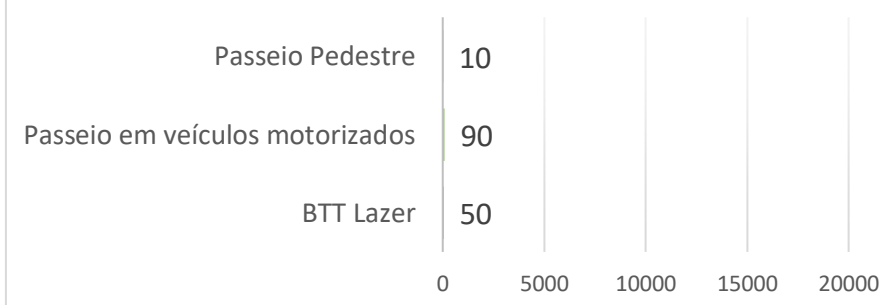


Figura 46 - Total de participantes Figueira de Castelo Rodrigo (3anos)

TOTAL: 150

Embora com pouca expressão ao nível de participantes, destaca-se o pedido de parecer para atividades aquáticas no caso de Freixo de Espada à Cinta, com um total de 351 participantes nessas atividades.



Figura 47 - Total de participantes Vimioso (3 anos)

TOTAL: 1 280

Em Vimioso destacam-se os passeios em veículos motorizados, seguindo-se os trails pedestres e outras competições.

7.2.3.4. PNLN

Relativamente ao PNLN, a maioria dos participantes pertence ao concelho de Viana do Castelo, embora quase todos se integrem nos pareceres relativos aos trails pedestres.



Figura 48 - Total de participantes Esposende (3anos)

TOTAL: 4 230

No concelho de Esposende destacam-se claramente as atividades relacionadas com o BTT, enquanto que em Viana do Castelo se verifica o mesmo, embora haja uma quantidade muito superior no que aos trails pedestres diz respeito, constituindo a grande maioria dos seus participantes.

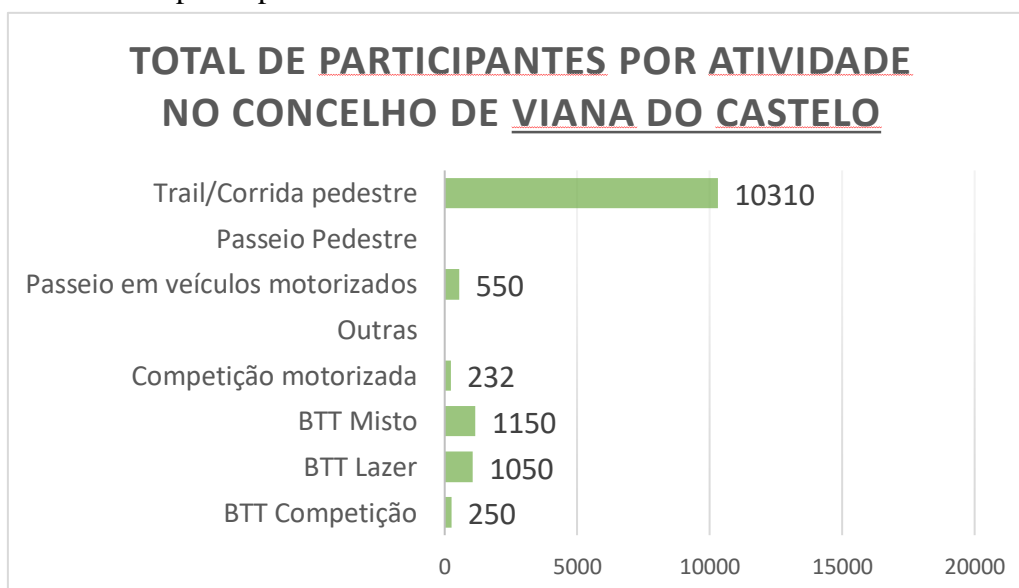


Figura 49 - Total de participantes Viana do Castelo (3 anos)

TOTAL: 13 542

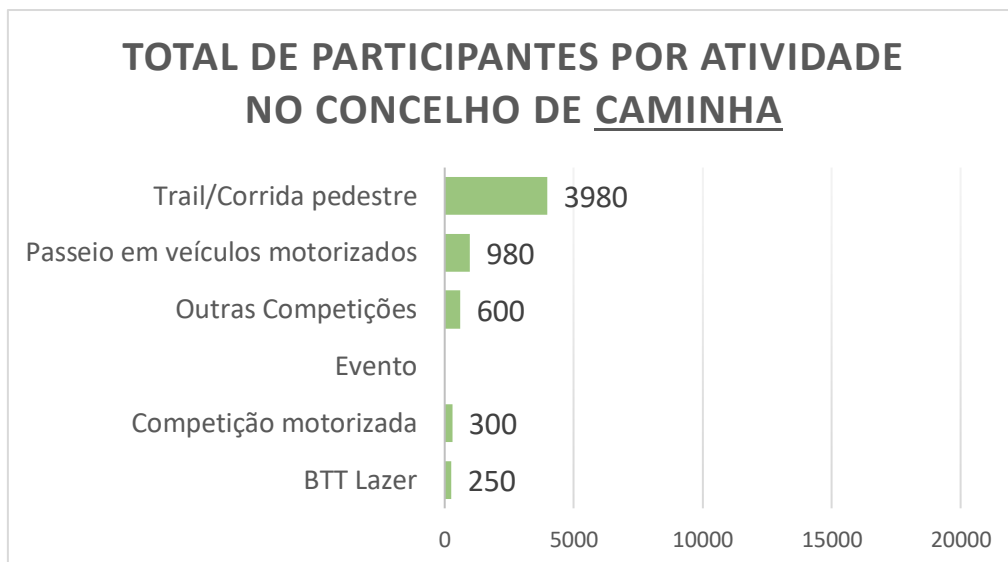


Figura 50 - Total de participantes Caminha (3 anos)

TOTAL: 6 110

Nos casos de Caminha e Vila Nova de Cerveira, verifica-se a preferência pelos trails pedestres e os passeios em veículos motorizados.

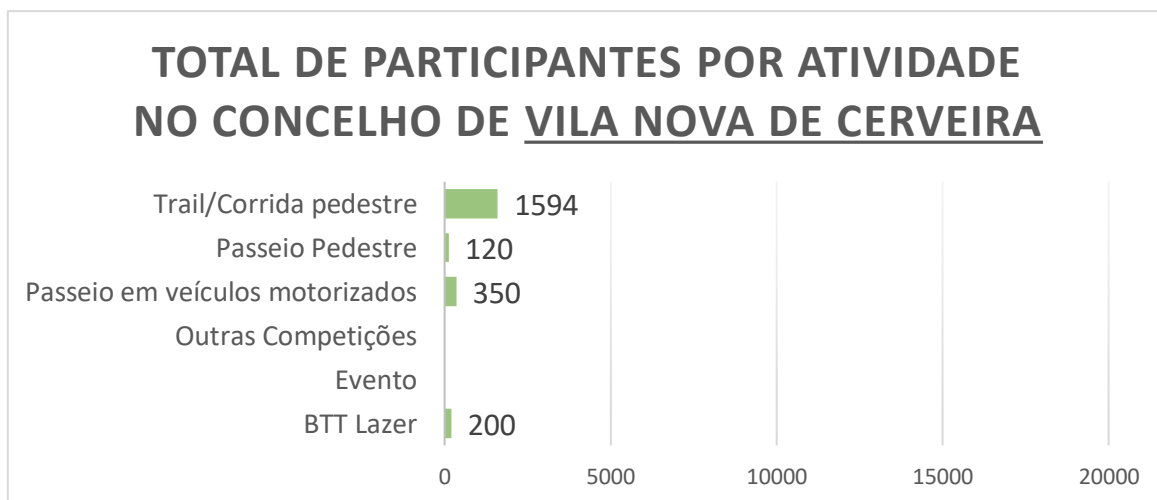


Figura 51 - Total de participantes Vila Nova de Cerveira (3 anos)

TOTAL: 2 264

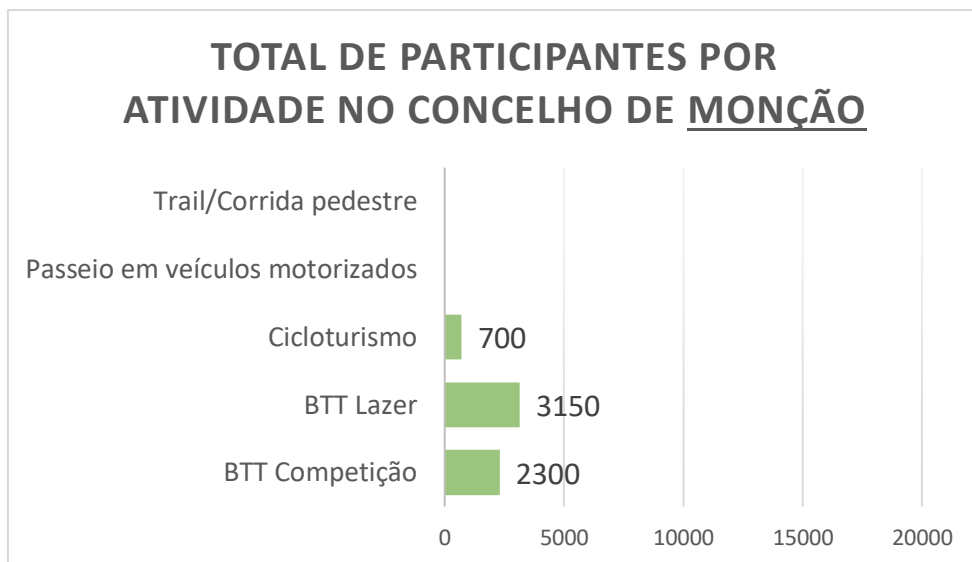


Figura 52 - Total de participantes Monção (3 anos)

TOTAL: 6 150

Em Monção, apenas encontramos dados relativos a atividades relacionadas com bicicleta, ou seja, os participantes integram todas atividades de BTT e cicloturismo. Por outro lado, em Ponte de Lima, verificamos um maior equilíbrio entre passeios de BTT, passeios em veículos motorizados e trails.

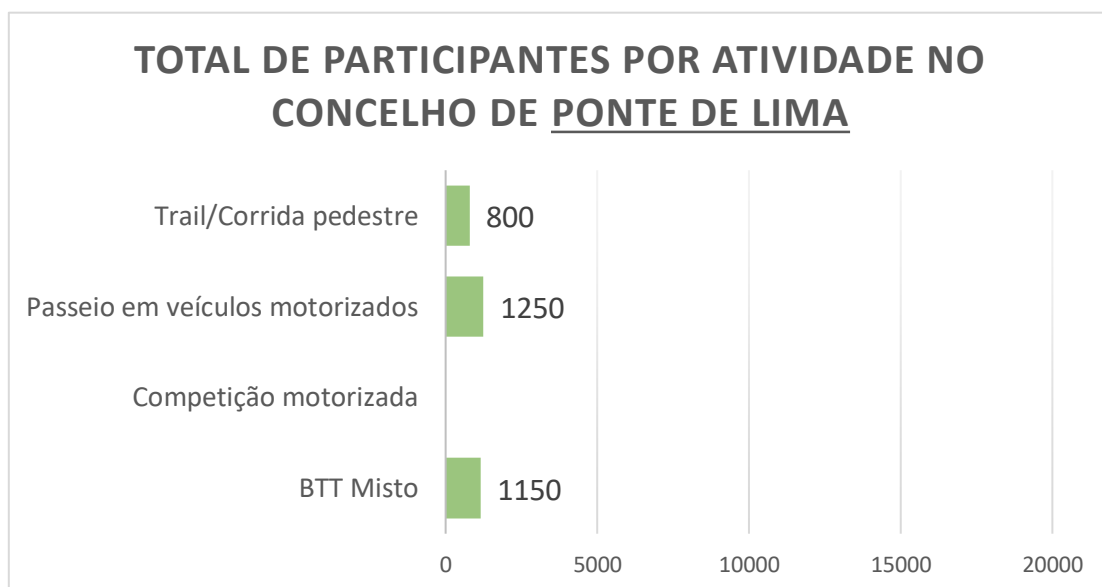


Figura 53 - Total de participantes Ponte de Lima (3 anos)

TOTAL: 3 200

7.2.3.5. PNPG

Por fim, no caso do PNPG, os concelhos com mais participantes foram Terras de Bouro e Vieira do Minho.

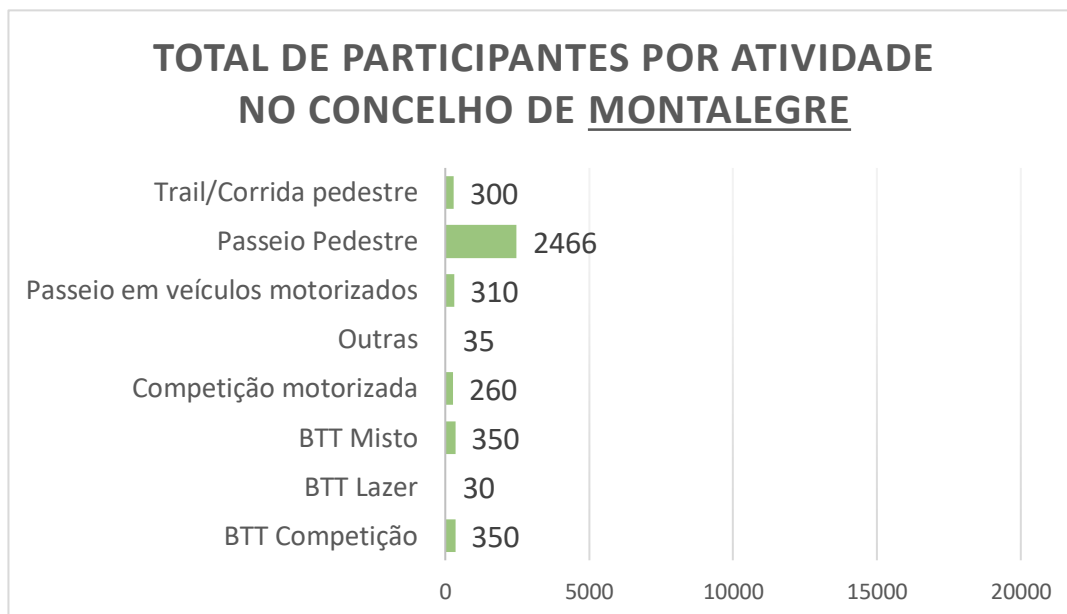


Figura 54 - Total de participantes Montalegre (3 anos)

TOTAL: 4 101

Em Montalegre, destacam-se os participantes nos passeios pedestres. No caso de Terras de Bouro, há um maior equilíbrio entre passeios e trails pedestres, além de se destacarem as competições de BTT.

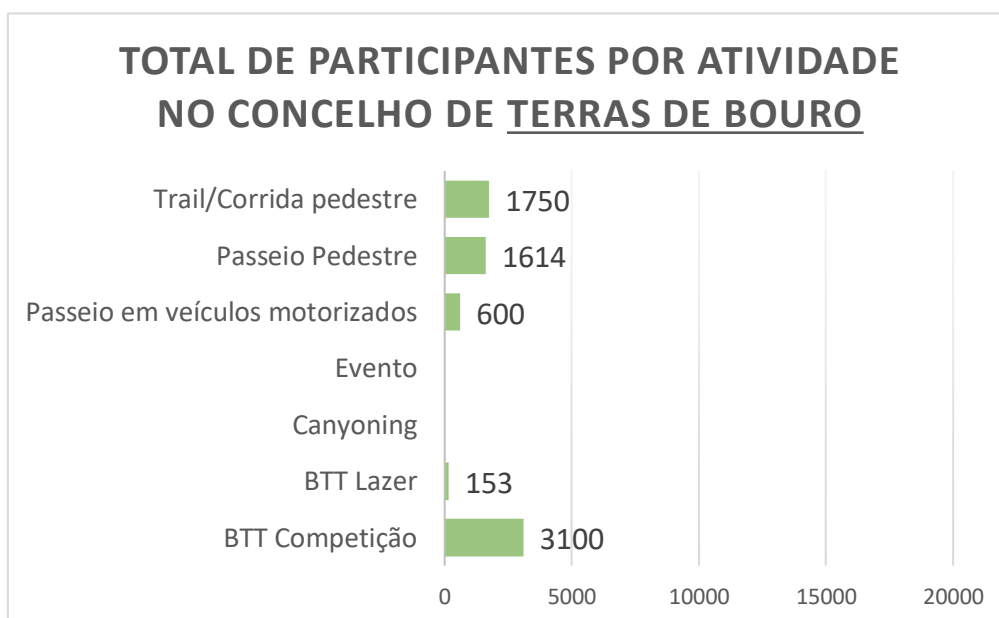


Figura 55 - Total de participantes Terras de Bouro (3 anos)

TOTAL: 7 217

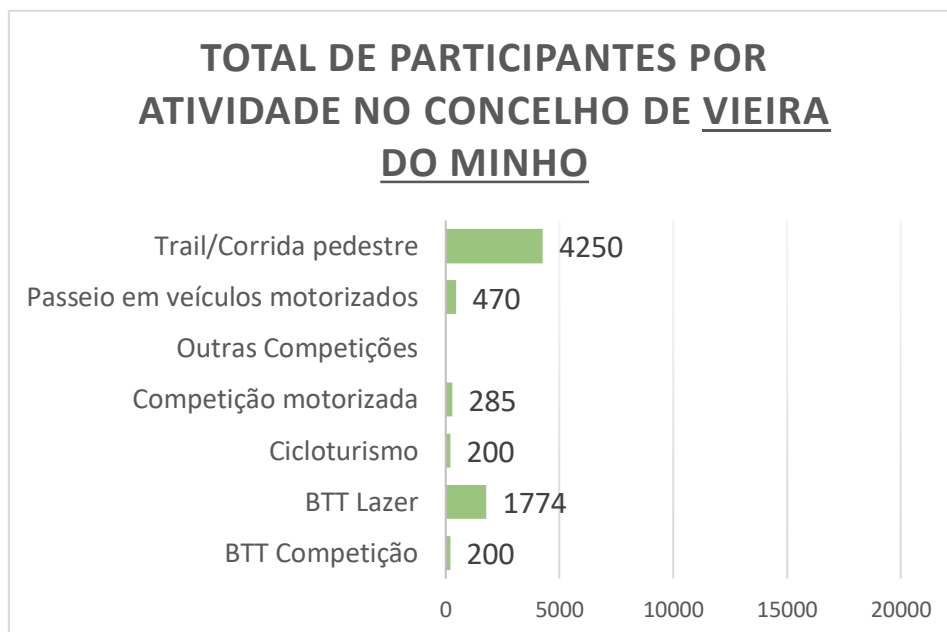


Figura 56 - Total de participantes Vieira do Minho (3 anos)

TOTAL: 7 179

Em Vieira do Minho predominam os participantes em trails pedestres, seguindo-se os utilizadores do BTT em lazer.

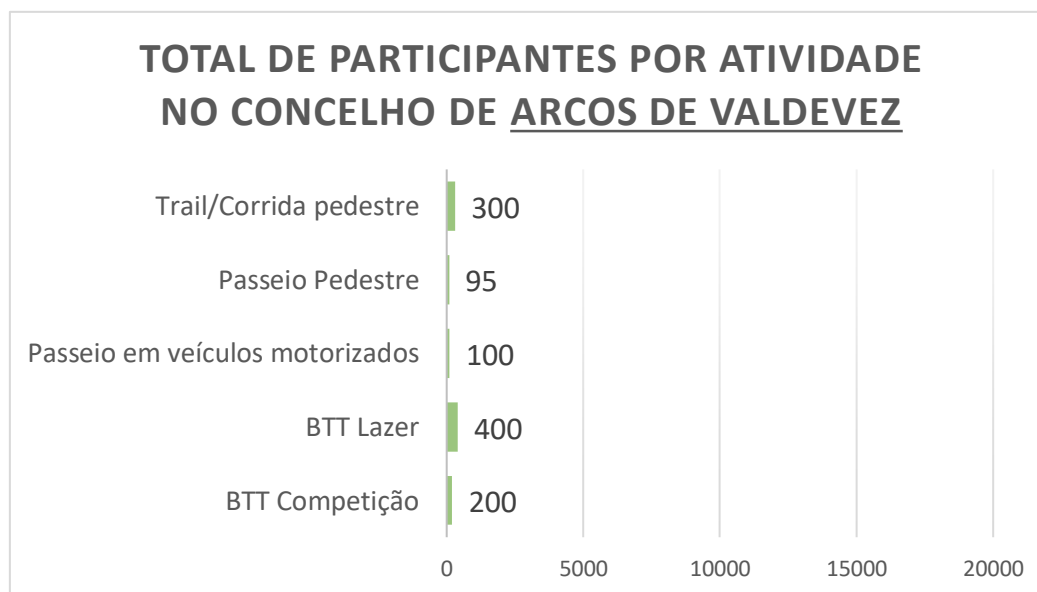


Figura 57 - Total de participantes Arcos de Valdevez (3 anos)

TOTAL: 1 095

Quanto aos Arcos de Valdevez, embora haja poucos dados, é possível concluir um predomínio dos utilizadores do BTT, seguindo-se os trails pedestres.

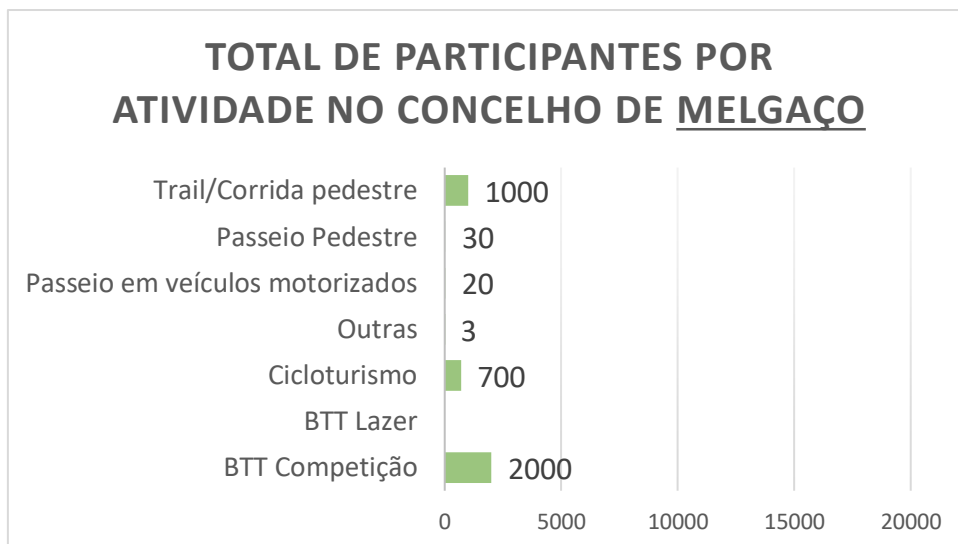


Figura 58 - Total de participantes Melgaço (3 anos)

TOTAL: 3 753

No que respeita ao concelho de Melgaço, há um claro predomínio pelas atividades em bicicleta. Por outro lado, em Ponte da Barca destacam-se os participantes nos trails pedestres.

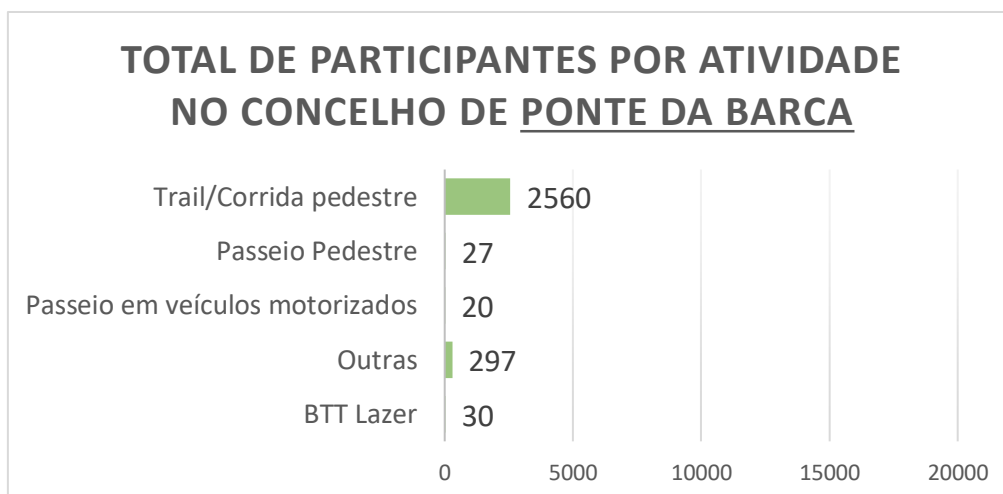


Figura 59 - Total de participantes Ponte da Barca (3 anos)

TOTAL: 2 934

7.3. Dados das AP's Regionais/Locais

Passando aos dados que se conseguiram obter através do contacto com as AP's no Norte sem gestão direta do ICNF, ou seja, por parte de Municípios ou Associações, tendo contactado todas as existentes com recurso a e-mails, foi possível obter resposta por parte do Parque Natural do Vale do Tua e da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertiandos e São Pedro de Arcos. No caso da Reserva Natural do Estuário do Douro, da Paisagem Protegida do Corno de Bico e da Reserva Natural da Faia Brava houve resposta, mas por indisponibilidades temporárias e falta de resposta acabaram por não se realizar as conversas/entrevistas exploratórias. Por parte das restantes AP's, não houve resposta alguma.

Assim, com base nas questões colocadas às AP's em que foi possível estabelecer contactos, foi possível retirar algumas informações pertinentes relativas à visita nessas áreas. As questões/tópicos, de forma geral foram as seguintes:

- Existem atividades na AP?

- Quem faz as atividades pede licença/autorização?

- Quantos visitantes, em média, costumam ter por ano e em que meses há mais afluência?

- Que empresas mais se destacam ao nível da quantidade de atividades que desenvolvem?

- Qual a realidade turística nos últimos 3 anos (2017, 2018, 2019)?

- Qual o tipo de entidades predominante?

- Qual o tipo de atividades predominante?

No caso da entrevista realizada com o Parque Natural do Vale do Tua, feita via online no dia 14/02/2020, com o seu diretor Artur Cascarejo e o seu técnico Ari Neiva, as informações prestadas foram as seguintes:

- Os principais pilares em que a AP aposta são o Ambiente e Biodiversidade, Serviço Educativo e o Turismo Sustentável;
- Há uma forte aposta nas redes de pedestrianismo, presente em todos os municípios constituintes, no birdwatching e na observação de estrelas;
- Quem visita o parque está fortemente integrado em pacotes turísticos vendidos previamente;
- O centro interpretativo Foz do Tua possui em média, por ano, cerca de 10 mil visitantes;
- A maioria da atividade na AP ocorre entre março e novembro;
- Não é necessário pedir licença à gestão da AP, apenas são enviadas recomendações aos requerentes por parte do parque, sobre a sua visitação;
- As atividades com maior expressão são o pedestrianismo, arborismo, escalada, trial, cicloturismo e a pesca desportiva.

A segunda entrevista, com o técnico responsável pelas Lagoas de Bertandos, o Sr. Gonçalo Rodrigues, foi feita por telefone, uma breve conversa exploratória uma vez que, segundo o técnico, não seria necessário marcar uma entrevista formal uma vez que conseguiria transmitir as informações através de chamada telefónica. Assim, com base nessa chamada, as informações pertinentes, tendo em conta as questões mencionadas anteriormente e que foram igualmente colocadas, foram as seguintes:

- No verão, há uma forte visitação por parte de grupos mais novos, nomeadamente através das férias escolares e da sua componente pedagógica, muito enraizada e presente no parque;
- Numa estimativa, a AP possui cerca de 100 mil visitantes por ano, em que há volta de 60% se refere a visitas escolares;
- É complicado controlar as entradas e saídas uma vez que os espaços são abertos e pouco ou nada controlados;
- A Quinta de Pentieiros é um dos principais dinamizadores da AP;
- As principais atividades desenvolvidas na AP são as visitas guiadas (pedestres), passeios equestres, BTT e Orientação;
- Há uma forte aposta por parte da AP no Turismo de Aventura e Turismo Ativo;
- Há uma grande afluência por parte do mercado brasileiro, francês e galego, que se estende ao longo do ano contribuindo para o prolongamento da sazonalidade.

Em suma, com base nos dados fornecidos pelas duas AP's que colaboraram, é possível verificar que, embora sejam áreas com menor dimensão, possuem dinâmicas interessantes e são muito procuradas para todo o tipo de atividades outdoor. Embora seja difícil, em ambos os casos, controlar a visitação, uma vez que não é necessário solicitar parecer para realizar atividades nesses locais, é possível obter uma estimativa dos visitantes, com recurso às visitas organizadas e aos centros interpretativos existentes.

8. Políticas | Estratégias | Recomendações

Analisados os dados obtidos, o presente capítulo pretende estabelecer algumas conclusões e sugestões de melhoria para o ICNF e AP's em geral, de modo a desenvolver o Turismo Outdoor na região Norte e apostar cada vez mais na inovação e no controlo do Turismo em espaços naturais.

Em primeiro lugar, uma das principais elações a retirar deste trabalho prende-se com a necessidade imperativa de apostar e investir na monitorização e controlo dos visitantes. As AP's e demais áreas verdes, por serem espaços abertos e livres para todos, apresentam um grau elevado de dificuldade nesta matéria. Contudo, esta temática parece ser descuidada por parte de quem gere estes espaços, uma vez que não são implementados sistemas de controlo de entradas e saídas, tal como se verifica noutros países. Esta monitorização, contínua e estudada, só contribuiria para melhorar e desenvolver o turismo e os demais negócios diretos e indiretos existentes nestes locais, uma vez que permitiria identificar as zonas com maior pressão turística e as alturas do ano mais procuradas. Numa altura em que tanto se fala em Turismo Sustentável, é essencial perceber a realidade no terreno e se o mesmo está a ser explorado de forma exaustiva e indevida ou não.

Por parte do ICNF, esta monitorização poderia ser melhorada se fosse obrigatório colocar a estimativa do número de participantes relativa a cada parecer requisitado. Contudo, no próprio formulário do ICNF, não consta o campo relativo ao número de participantes estimado, o que por si só é um erro. Seria uma boa iniciativa alterar e rever o formulário que é necessário para solicitar as autorizações. Além disso, verifica-se que, com base em conversas com os técnicos do ICNF e numa perspetiva geral, muitas empresas, associações e pessoas em geral desconhecem a necessidade de solicitar autorização/parecer quando pretendam realizar atividades em espaços protegidos. Seria importante divulgar mais intensamente essa informação e explicar de forma apelativa e informal (por exemplo, recorrendo às redes sociais) a necessidade de pedir parecer, o que acabaria por contribuir para a monitorização do turismo nas AP's.

Outro dos problemas encontrados foi a ausência dos relatórios semestrais que as EAT's que solicitam licenças necessitam de enviar ao ICNF. Embora seja parte integrante do “acordo” estabelecido entre o ICNF e as empresas de animação turística que requerem as licenças, apenas um número muito reduzido de empresas enviam, efetivamente, os

relatórios semestrais para as AP's respetivas, o que é uma situação a lamentar e que contribui para o pouco controlo da realidade no terreno e das próprias empresas.

Uma das sugestões que gostaria de apresentar seria direcionada às AP's regionais/locais, onde se propõe não um parecer formal como no caso do ICNF, mas uma comunicação prévia à entidade gestora das AP's sob a realização das atividades, principalmente no caso dos grupos organizados (empresas, associações, clubes e escolas). Isto permitiria melhorar o controlo dos visitantes e contribuiria de forma positiva para o estudo do turismo nestes espaços.

Outra recomendação dirigida ao ICNF seria a criação por parte de todas as AP's de mais atividades, no caso das que já existam, e visitas guiadas recorrendo a profissionais da área do Turismo e que permitissem rentabilizar e dinamizar os parques. Aquando da visita de campo ao PNLN, em conjunto com o seu técnico Artur Viana, o mesmo referiu que são uma forte componente do parque, são pagas, mas que não são realizadas mais vezes uma vez que apenas ele as realiza, no caso da sua AP. Isto revela que há vontade por parte dos agentes envolvidos e dos visitantes, é necessário apostar e investir. Contribuiria para dinamizar os parques e, indiretamente, criaria mais riqueza para os alojamentos e demais agentes turísticos, além de ajudar a desenvolver as comunidades locais.

Outro dos problemas encontrados ao longo do trabalho prendeu-se com a desatualização das Cartas de Desporto de Natureza, uma vez que foram encontrados diversos trilhos e percursos que não se encontravam nesses documentos. Seria importante desenvolver uma base de dados com estas informações que, embora se encontrem, por exemplo, no site Natural.PT, ainda poderiam ser melhor trabalhadas.

Por fim, tal como foi falado por diversas vezes com colaboradores do ICNF, seria importante uniformizar o tratamento de dados em todas as AP's do Norte, uma vez que cada uma apresenta as suas especificidades o que, por vezes, não é positivo quando se quer ter uma visão global da realidade. Nota-se que há mais exigência numas AP's do que nas outras e, na visão que se foi criando no desenvolvimento deste estudo, isto é um ponto negativo e que devia ser discutido de forma conjunta.

9. Considerações Finais

Considerando as sugestões apresentadas no capítulo anterior, resta apresentar algumas considerações finais relativas ao presente relatório de estágio.

Em primeiro lugar, gostaria de concluir que a realização de este estágio foi positiva, embora pudesse ter sido muito mais proveitosa, fruto das condicionantes provocadas pela pandemia da Covid-19. Infelizmente, o estágio ainda se encontrava numa fase inicial quando o país “fechou”. Tudo isto gerou bastantes dificuldades ao longo do desenvolvimento do trabalho, não só no estudo em si, mas a nível de prazos.

Outra das considerações tem que ver com a dificuldade em obter resposta por parte das entidades. Foi uma das grandes dificuldades encontradas ao longo do trabalho, agravada pela pandemia e necessidade de todos se adaptarem, principalmente a nível tecnológico e novas metodologias de trabalho.

Embora o relatório contenha informação analisada entre os anos de 2017 e 2019, gostaria que o trabalho fosse prolongado no tempo, principalmente pelo que ocorreu posteriormente. Seria importante perceber de que forma a pandemia condicionou o Turismo de Natureza e como é que este se desenrolou nos últimos 2 anos. Parece claro que a sociedade em geral se refugiou na natureza e nos espaços menos atribulados, como foi possível verificar através da maior procura pelo PNPG e pela região do Douro, nomeadamente para férias em família. O mercado interno pareceu desenvolver-se bastante fruto da impossibilidade em viajar para o exterior. Notou-se por parte das empresas uma maior promoção do turismo interno, o que se revelou positivo ao nível da saúde e que foi permitindo alguma subsistência ao turismo em Portugal.

Em suma, foi um gosto ter terminado este mestrado trabalhando sobre a minha área de eleição no que ao turismo diz respeito. Espero ter contribuído de forma positiva para o Turismo Outdoor, para o TURNOUT e concluo que este estágio me ajudou a aumentar o conhecimento sobre o Turismo de Natureza, ansiando que num futuro próximo possa exercer uma profissão ligada ao segmento.

10. Referências Bibliográficas

- Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U., & Simpson, M. (2007). Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective. *Living Reviews in Landscape Research, 1*. <https://doi.org/10.12942/lrlr-2007-2>
- Buckley, R. (2003). Ecological indicators of tourist impacts in parks. *Journal of Ecotourism, 2*(1), 54–66. <https://doi.org/10.1080/14724040308668133>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2021. CCDR-N, 2021; acessido em 17-05-2021: <https://www.ccdr-n.pt/pagina/regiao-norte/apresentacao>
- Instituto Nacional de Estatística – Região Norte em números: 2019. Lisboa: INE, 2021. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/481534656>. ISSN 1645-7897. ISBN 978-989-25-0551-0
- Job, Huber & Paesler, Ferdinand (2013). “Links between nature-based tourism, protected areas, poverty alleviation and crises—The example of Wasini Island (Kenya)”. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism, Vol. 1–2, June 2013, 18-28*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jort.2013.04.004>
- Lopes, R., Barroco, C., & Antunes, J. (2017). Turismo de Aventura Acessível : Análise da oferta na Região Centro de Portugal, 319–332.
- Hall, C. M., Weiler, B. (1992). Special interest tourism. London: Halsted Press.
- Mackenzie, S. H., Son, J. S., & Eitel, K. (2018). Using outdoor adventure to enhance intrinsic motivation and engagement in science and physical activity: An exploratory study. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism, 21*(January), 76–86. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2018.01.008>
- Margaryan, L., & Fredman, P. (2017). “Bridging outdoor recreation and nature-based tourism in a commercial context: Insights from the Swedish service providers”. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism, 17*(July 2016), 84–92. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jort.2017.01.003>
- Martins, Bruno Miguel Simões (2009). “A criação e o desenvolvimento das empresas de animação turística no território das —Aldeias de Xisto”. Dissertação de Mestrado em Gestão. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/2962>

- Ministério da Economia (2015). Decreto-Lei nº186/2015 de 3 de setembro. Diário da República 1.ª Série. nº172, 6947-6982.
- Ministério da Economia e do Emprego (2013). Decreto-Lei nº95/2013 de 19 de julho. Diário da República 1.ª Série. nº138, 4191-4215.
- Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação (2009). Portaria nº651/2009 de 12 de junho. Diário da República 1.ª Série. nº112, 3641-3642.
- Nunes, Paulo Alexandre Correia (2010). “Desporto, turismo e ambiente : o turismo de natureza como pólo de atracção turística complementar ao produto sol & mar na sub-região do litoral alentejano”. Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Ciências do Desporto. Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2602>
- Pickering, C., Rossi, S. D., Hernando, A., & Barros, A. (2018). Current knowledge and future research directions for the monitoring and management of visitors in recreational and protected areas. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 21(November 2017), 10–18. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2017.11.002>
- Rosa, Paulo Filipe da (2014). “Desporto, recreação e turismo em áreas protegidas: modelo de gestão participada para o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros”. Doutoramento em Ciências do Desporto. Universidade da Madeira. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/1014>
- Silva, Francisco António dos Santos da (2013). “Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores”. Doutoramento em Geografia (Planeamento Regional e Urbano). Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/8742>
- Tavares Esteves, Elsa, & Odete Fernandes, Paula, & Pinto Cardoso, Carla (2013). “Animação Turística como fator implícito da procura turística”. *Tourism & Management Studies*, 1(),87-92. ISSN: 2182-8458. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3887/388743874020>
- TravelBI, Turismo de Portugal, 2021. “Turismo em Portugal 2019”. Direção de Gestão do Conhecimento, Departamento de Business Intelligence. Janeiro de 2021.

Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/turismo-em-portugal-2019.aspx>

- Tverijonaite, E., Ólafsdóttir, R., & Thorsteinsson, T. (2018). Accessibility of protected areas and visitor behaviour: A case study from Iceland. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 24(May), 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2018.09.001>
- Vera, F., Palomeque, L., Marchena, J., & Anton, S. (1997). Análisis territorial del turismo. Barcelona: Ariel Geografía.
- Weaver, D., Faulkner, B. e Lawton, L. (1999). Nature-based tourism in Australia and beyond: A preliminary investigation. Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism (CRCST).

11. Anexos

Anexo 1 – Formulário TN Entidades Empresariais



ATIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA - ENTIDADES EMPRESARIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

NIF/NIPC:

Nome do requerente:

Nome de contacto:

Morada da Sede:

Localidade:

Código-postal: -

Freguesia:

Concelho:

Telefone:

Telemóvel:

Fax:

Endereço eletrónico:

Website:

Nº de RNAAT¹ (preenchimento obrigatório):

ÁREAS CLASSIFICADAS - Rede Nacional de Áreas Protegidas e/ou Rede Natura 2000, identifique a área:

¹ Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (Dec.-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, parcialmente alterado pelo Dec.-Lei n.º 93/2013 de 19 de julho e republicado pelo Dec.-Lei n.º 186/2013/2013 de 3 de setembro)

Selecione as atividades de Turismo de Natureza a exercer na(s) Área(s) Classificada(s) indicada(s) (Ponto I, do Anexo do Dec.-Lei nº 108/2009, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei nº 95/2013, de 19 de julho, e republicado pelo Dec.-Lei nº 186/2015, de 3 de setembro):

Atividades	Descrição de atividades não identificadas
Caminhadas/Passeios Pedestres	
<i>Atividades Similares</i>	
Atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves)	
Atividades de observação de cetáceos e outros animais marinhos (ver documentos a anexar)	
<i>Atividades Similares</i>	
Atividades de Orientação:	
Pedestre	
BTT/Ciclismo	
Geocaching	
Caça ao tesouro	
<i>Atividades Similares</i>	
Montanhismo	
Escalada em parede natural	
Escalada em parede artificial	
Canyoning	
Coasteering	
<i>Atividades Similares</i>	
Espeleologia	
Arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a manobras com cordas e cabos de aço como <i>rapel, slide e pontes</i>)	
<i>Atividades Similares</i>	
Paintball	
Tiro com arco	
Besta	
Zarabatana	
Carabina de pressão de ar	
<i>Atividades Similares</i>	
Passeios de bicicleta (cicloturismo)	
BTT	
Passeios de segway	
<i>Atividades Similares</i>	
Passeios equestres	
Passeios em atrelagens de tração animal	
<i>Atividades Similares</i>	

Atividades em veículos não motorizados:		
Gokarts		
Speedbalance		
<i>Atividades Similares</i>		
Passeios em veículos motorizados:		
Moto/2		
Moto/4		
Viatura 4x4		
kartcross		
<i>Atividades Similares</i>		
Passeios de barco, com ou sem motor		
Canoagem		
Rafting em águas calmas e em águas bravas		
Natação em águas bravas (<i>hidrospeed</i>)		
Vela		
Remo		
<i>Atividades Náuticas Similares</i>		
Surf		
Bodyboard		
Windsurf		
Kitesurf		
Skimming		
standup paddle boarding		
<i>Atividades Similares</i>		
Pesca turística		
Mergulho		
Snorkling		
<i>Atividades Similares</i>		
Balonismo		
Asa delta com motor		
Asa delta sem motor		
Parapente		
<i>Atividades Similares</i>		
Experiências de paraquedismo		
Atividades de <i>teambuilding</i> (quando incluam qualquer das atividades identificadas neste formulário)		
Atividades de sobrevivência (quando incluam qualquer das atividades identificadas neste formulário)		
<i>Outras atividades não designadas</i>		

Caso tenha selecionado a opção de Observação de cetáceos, indique as instalações que a empresa dispõe em terra, nomeadamente para a receção e informação dos clientes.
Indicar as respetivas localizações:

OPERAÇÕES TURÍSTICAS PARA OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS

Para a atividade de observação de cetáceos, deverão também ser inseridos os seguintes elementos (de acordo com o especificado no Dec-Lei nº 9/2006, de 6 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 92/2010, de 26 de julho):

- Comprobativos da habilitação da tripulação de acordo com o tipo de embarcação - alínea a) do art. 14º²;
- *Curriculum Vitae* do técnico com formação académica média ou superior na área das ciências biológicas, do comportamento animal ou da educação ambiental, responsável pela qualidade ambiental e educacional do programa oferecido aos participantes e pelo registo, adequado e sistemático, da informação relativa às observações de cetáceos - alínea b) do art. 14º²;
- *Curriculum Vitae* do monitor de bordo que divulgue aos participantes informações relevantes sobre os cetáceos e sobre as características naturais e culturais da região e cujas funções podem ser acumuladas com outras funções da tripulação - alínea c) do art. 14º²;
- Programa ambiental/*briefing* das atividades a desenvolver.

NOTAS IMPORTANTES

Nota 1: Antes submeter o presente formulário verifique abaixo os DOCUMENTOS NECESSÁRIOS a anexar ao pedido de parecer / autorização para Realização de Atividades na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

- Fotocópia do livrete das embarcações - para as atividades de passeios de barco, Observação de cetáceos e mergulho, *snorkling* e similares;
- Memória descritiva e programa das atividades a desenvolver;
- Cartografia em formato KMZ ou à escala de 1: 25 000, ou escala inferior, sempre que justificável, para cada percurso e para cada atividade a desenvolver, devidamente assinalado e delimitado.

Nota 2: Se pretender enviar o presente formulário e os respetivos anexos em FORMATO DIGITAL, poderá remeter para o seguinte endereço eletrónico: rtm@icnf.pt

Nota 3: Para a atividade de Mergulho deverá também ser inserida a Certificação de Mergulhador, emitida pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (Lei nº 24/2013, de 20 de março).

Nota 4: A autorização para realização de atividades de turismo de natureza poderá abranger até 2 anos de atividade, caso o requerente assim o especifique.

² Dec-Lei nº 9/2006, de 6 de janeiro, sobre a atividade de observação de cetáceos.

Anexo 2 – Formulário TN Entidades Não Empresariais



ATIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA – ENTIDADES NÃO EMPRESARIAIS

Tipo de Entidade: n.º 4, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, parcialmente alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho; e republicado pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro.

TIPO DE ENTIDADE: **Outra Entidade (descreva no campo seguinte)** **Outra -**

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

NIF/NIPC:

Nome do requerente:

Nome para contacto:

Morada da Sede:

Localidade:

Código-postal:

Freguesia:

Concelho:

Telefone:

Telemóvel:

Fax:

Endereço eletrónico:

Website:

Rede Nacional de Áreas Protegidas e/ou Rede Natura 2000 (Designação do/s sítio/s):

Selecione as atividades de Turismo de Natureza a exercer na(s) Área(s) Classificada(s) indicada(s):

(Ponto I, do Anexo do Dec.-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, e republicado pelo Dec.-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro)

Atividades		Descrição de Atividades não identificadas
Caminhadas		
Outras Atividades Pedestres		
<i>Atividades Similares</i>		
Atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves)		
<i>Atividades Similares</i>		

Atividades de Orientação:		
Pedestre		
BTT/Ciclismo		
Geocaching		
Caça ao tesouro		
<i>Atividades Similares</i>		
Montanhismo		
Escalada em parede natural		
Escalada em parede artificial		
Canyoning		
Coasteering		
<i>Atividades Similares</i>		
Espeleologia		
Arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a manobras com cordas e cabos de aço como <i>rapel, slide</i> e pontes)		
<i>Atividades Similares</i>		
Paintball		
Tiro com arco		
Besta		
Zarabatana		
Carabina de pressão de ar		
<i>Atividades Similares</i>		
Passeios de bicicleta (cicloturismo)		
BTT		
<i>Atividades Similares</i>		
Passeios equestres		
Passeios em atrelagens de tração animal		
<i>Atividades Similares</i>		
Atividades em veículos não motorizados:		
Gokarts		
Speedbalance		
Passeios de segway		
<i>Atividades Similares</i>		

Passeios em veículos motorizados:		
Moto/2		
Moto/4		
Viatura 4x4		
kartcross		
<i>Atividades Similares</i>		
Passeios de barco, com ou sem motor		
Canoagem		
Rafting em águas calmas e em águas bravas		
Natação em águas bravas (<i>hidrospeed</i>)		
Vela		
Remo		
<i>Atividades Náuticas Similares</i>		
Surf		
Bodyboard		
Windsurf		
Kitesurf		
Skimming		
standup paddle boarding		
<i>Atividades Similares</i>		
Pesca turística		
Mergulho		
Snorkling		
<i>Atividades Similares</i>		
Balonismo		
Asa delta com motor		
Asa delta sem motor		
Parapente		
<i>Atividades Similares</i>		
Experiências de paraquedismo		
Atividades de <i>teambuilding</i> (quando incluam qualquer das atividades identificadas neste formulário)		
Atividades de sobrevivência (quando incluam qualquer das atividades identificadas neste formulário)		
<i>Outras atividades não designadas</i>		

TURISMO DE NATUREZA NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

*** O ICNF, I.P., emitirá os pareceres, no pressuposto que são cumpridos os Requisitos Cumulativos referidos no nº 4 e no nº 5, do Artigo 5º do Dec-Lei nº 95/2013, de 19 de julho, que alterou parcialmente o Dec-Lei nº 108/2009, de 15 de maio, e republicado pelo Dec-Lei nº 186/2015, de 3 de Setembro, a saber:**

- i) A organização e a venda das atividades não tenham fim lucrativo;
- ii) As atividades se dirijam única e exclusivamente aos seus membros e associados e não ao público em geral;
- iii) As actividades tenham carácter esporádico e não sejam realizadas de forma contínua ou permanente, salvo se forem desenvolvidas por entidades de cariz social, cultural ou desportivo;
- iv) Obedeçam, na realização de transportes, ao disposto no artigo 26º, com as devidas adaptações;
- v) No caso de serem utilizadas embarcações e demais meios náuticos, estes cumpram os requisitos e procedimentos técnicos, designadamente em termos de segurança, regulados por diploma próprio.

Ter celebrado ou vira celebrar *...um seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais que cubra os riscos decorrentes das atividades a realizar e, quando se justifique, um seguro de assistência válido no estrangeiro nos termos previstos no capítulo 27.º, aplicando-se-lhes igualmente a admissibilidade de garantia financeira ou instrumento equivalente nos termos dos nº 2 e 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de julho, devidamente adaptados.*

Eu, _____, representante do/a _____,
li e declaro o cumprimento integral dos itens acima indicados*.

TURISMO DE NATUREZA NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

CÓDIGO DE CONDUTA EM ÁREAS PROTEGIDAS¹

(Estabelecido na Portaria nº 651/2009, de 12 de junho; nº 6 do Artigo 5º, do Dec-Lei nº 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Dec-Lei nº 95/2013, de 19 de julho, republicado pelo Dec-Lei nº 186/2015, de 3 de setembro)

I – Responsabilidade

1. São responsáveis pelo comportamento dos seus associados/cidadãos no decurso das atividades de turismo de natureza que desenvolvam, cabendo -lhes garantir, através da informação fornecida no início da atividade e do acompanhamento do grupo, que as boas práticas ambientais são cumpridas;
2. Sempre que os seus programas tenham lugar dentro de áreas protegidas, devem cumprir as condicionantes expressas nas respetivas cartas de desporto de natureza, planos de ordenamento e outros regulamentos, nomeadamente no que respeita às atividades permitidas, cargas, locais e épocas do ano aconselhadas para a sua realização;
3. Devem respeitar a propriedade privada, pedindo autorização aos proprietários para o atravessamento e ou utilização das suas propriedades e certificando -se de que todas as suas recomendações são cumpridas, nomeadamente no que respeita à abertura e fecho de cancelas;
4. Na concessão das suas atividades devem certificar -se de que a sua realização no terreno respeita integralmente os habitantes locais, os seus modos de vida, tradições, bens e recursos;
5. Devem assegurar que os técnicos responsáveis pelo acompanhamento de grupos em espaços naturais têm a adequada formação e perfil para o desempenho desta função, quer ao nível da informação sobre os recursos naturais e os princípios da sua conservação, quer ao nível da gestão e animação de grupos;
6. São co -responsáveis pela salvaguarda e proteção dos recursos naturais devendo, quando operam nas áreas protegidas e outros espaços naturais, informar o ICNF, I. P., ou outras autoridades com responsabilidades na proteção do ambiente, sobre todas as situações anómalas detetadas nestes espaços;
7. São agentes diretos da sustentabilidade das áreas protegidas e outros espaços com valores naturais devendo, sempre que possível, utilizar e promover os serviços, cultura e produtos locais;
8. Devem atuar com cortesia para com outros visitantes e grupos que se encontrem nos mesmos locais, permitindo que todos possam desfrutar do património natural.

II - Boas práticas ambientais

1. Devem ser evitados ruídos e perturbação da vida selvagem, especialmente em locais de abrigo e reprodução;
2. A observação da fauna deve fazer-se à distância e, de preferência, com binóculos ou outro equipamento ótico apropriado;
3. Não devem ser deixados alimentos no campo, nem fornecidos alimentos aos animais selvagens;
4. Não devem recolher -se animais, plantas, cogumelos ou amostras geológicas;
5. Quando forem encontrados animais selvagens feridos estes devem, sempre que possível, ser recolhidos e entregues ao ICNF, I.P., ou ao Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA) ou a situação reportada aos referidos organismos, para encaminhamento para centros de recuperação ou outros locais de acolhimento adequados;
6. Os acidentes ou transgressões ambientais detetados devem ser prontamente comunicados ao serviço SOS Ambiente e Território, ao ICNF, I.P., ou ao SEPNA;
7. O lixo e resíduos produzidos devem ser recolhidos e depositados nos locais apropriados;
8. Só deverá fazer-se lume nos locais autorizados para o efeito;
9. Seja qual for a natureza da atividade, todas as deslocações que lhe são inerentes devem utilizar caminhos e veredas existentes;
10. A sinalização deve ser respeitada.

Eu, _____, representante do/a _____, li e declaro a adesão formal ao Código de Conduta das empresas de turismo de natureza e o cumprimento integral dos itens acima indicados.

¹ Disponível em: www.icnf.pt/nortal/turatur/cod-condut (em Português, Inglês e Espanhol)

Nota 1: Antes submeter o presente formulário verifique abaixo os **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS** a anexar ao pedido de parecer / autorização para Realização de Atividades na Rede Nacional de Áreas Protegidas/Rede Natura 2000.

Nota 2: Se pretender enviar o presente formulário e os respetivos anexos em **FORMATO DIGITAL**, poderá remeter para o seguinte endereço eletrónico: rtn@icnf.pt

- ◆ Fotocópia do livrete das embarcações - para as atividades de passeios de barco e mergulho
- ◆ Fotocópia do último recibo de quitação da apólice do seguro de responsabilidade civil
- ◆ Fotocópia do último recibo de quitação da apólice do seguro de acidentes pessoais
- ◆ Fotocópia do último recibo de quitação da apólice do seguro de assistência a pessoas no estrangeiro (quando aplicável)
- ◆ Memória descritiva e programa das atividades a desenvolver;

Cartografia em formato KMZ ou à escala de 1: 25 000, ou escala inferior, sempre que justificável, para cada percurso e para cada atividade a desenvolver, devidamente assinalado e delimitado.

MERGULHO

Para a atividade de Mergulho deverá também ser inserida a Certificação de Mergulhador, emitida pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (Lei nº 24/2013, de 20 de março).

Nota importante:

A autorização para realização de atividades de turismo de natureza poderá abranger até 2 anos de atividades, caso o requerente assim o especifique.

Anexo 3 - Grelha fornecida pelo ICNF

Ref.ª SD - Nº Entrada e ano	Nome do promotor	Tipo entidade	Atividade	Local da atividade (Concelhos abrangidos)	Área Protegida	Rede Natura 2000	Perimetro Florestal	Nº Participantes	Data da atividade	Observações
	Tipologia de atividade/parecer									
	ATN									
	Passeio pedestre/observ. Natureza									
	Atividade de orientação									
	Escalada e/ou rapel									
	Arvorismo e obstáculos									
	Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares									
	Passeio de bicicleta									
	Cicloturismo									
	BTT lazer									
	Passeio e/ou outras atividades equestres									
	Passeio em veículos motorizados;									
	Canyoning									
	Filagens e fotografia									
	Sobrevoos com drone									
	Outras actividades de turismo de natureza de baixo impacte ambiental									
	Passeio de barco, com ou sem motor;									
	Vela, remo, canoagem e atividades náuticas similares;									
	Autorização empresas ou associações									
	ATN - novas empresas									
	ATN - renovações									
	ATN - adendas									
	Outras atividades condicionadas									
	Competições desportivas									
	Trail, Corridas pedestres									
	BTT competição ou misto									
	Ciclismo									
	Competições motorizadas (Motos, veículos TT, rallies)									
	Competições motorizadas em vias pavimentadas									
	outras motorizadas									
	Outras Iniciativas (festivals, concertos, romarias, feiras...)									
	Tipo de entidade									
	Escolas									
	Associações culturais, juvenis, ambientalistas e desportivas									
	Clubes e federações									
	Particulares									
	Autarquias									
	Forças Armadas									
	Outras/Empresas não ATN									